



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓSGRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

CAPITAL SOCIAL E IGREJA CATÓLICA
expressões e práticas no sertão do Seridó

José Lucena de Medeiros

Natal/RN

2007



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓSGRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

CAPITAL SOCIAL E IGREJA CATÓLICA

expressões e práticas no sertão do Seridó

Dissertação de mestrado apresentado ao
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais por José Lucena de Medeiros, sob a
orientação do Professor Dr. Lincoln Moraes
de Souza.

Natal/RN

2007

JOSÉ LUCENA DE MEDEIROS

CAPITAL SOCIAL E IGREJA CATÓLICA

expressões e práticas no sertão do Seridó

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como exigência para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Prof Dr.Lincoln Moracs de Sousa

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Orientador

Prof Dr.João Bosco Araújo da Costa

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Membro

Profa. Dr.Safira Ammann

Universidade de Brasília (UNB)
Membro

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus filhos Luísa e Esaú, por serem razões fortes da minha persistência nesta vida por dias menos doridos e mais dignos.

Ainda, dedico à minha companheira e esposa, Rubineide Medeiros, pela “barra” que segurou em momentos ásperos durante este trajeto.

In memoriam, aos meus entes queridos que já partiram deste mundo de carne [...] a Reginaldo Lucena de Medeiros (meu querido irmão), em especial.

Também, *in memoriam*, aos meus amigos de Pós-Graduação: Everaldo e Corrêa.

Por fim, dedico para todos os meus familiares com carinho e apreço.

AGRADECIMENTOS

Sem dúvida, são inúmeros os agradecimentos a serem feitos aqui. Tentarei, na medida em meu cérebro permitir, lembrar de todos e a todos prestar a minha sincera gratidão. Se não conseguir, a culpa será dele (o cérebro) e não minha...

O agradecimento primeiro (e muito especial) é para o meu orientador, Lincoln Moraes de Souza, que, antes de qualquer coisa, dispensou, durante o período de (re)construção desta dissertação, uma atenção rara tanto ao texto, como ao seu orientando. Do primeiro, cuidou com zelo no tocante ao rigor metodológico, as questões da língua portuguesa, as normas dos trabalhos científicos etc. Com o segundo, o professor Lincoln demonstrou-se um educador largo: carinhoso, alegre, durão, brincalhão, claro, sincero e atento. Suas atitudes foram de um humanista profundo, daqueles que parecem existir apenas nos ideais construídos na mente humana. A Nildete, sua companheira, agradeço pela forma educada e gentil que me tratou quando, por diversas vezes, tive orientação em sua casa.

A Geraldo e Otânio, da secretaria da Pós-Graduação, sou grato pela paciência e pela camaradagem que a mim dispensaram em inúmeras oportunidades, principalmente, em momentos difíceis. Aos amigos Chico, Ana Patrícia, Raimundo, Lenina e Ronaldo, pela força ofertada e solidariedade revelada durante minha trajetória no mestrado.

Agradeço carinhosamente a João Matos Filho, pelo acolhimento intelectual que me deu durante toda a trajetória de construção e realização deste trabalho. Suas leituras, dicas e palavras ajudaram a configurar a idéia principal desta dissertação. A Geraldo Barbosa (“o príncipe mouro”), pela acolhida em sua casa (Natal), um agradecimento fraterno.

Aos amigos seridoenses: Damião Santos, José Procópio, João Bento, Verônica Barros, Jailma, Fabiana, Fabiane, Geraldinho e Emídio agradeço-lhes pela força que a mim ofertaram de variadas maneiras. Ao amigo, historiador (e sempre professor) Muirakytan, pelos S.O.S’s que me proporcionou nos momentos em que a luz da razão teimava em fugir, agradeço. Também uma palavra de agradecimento a Ione Diniz, pela boa vontade de ler um “punhado” de *rabiscos* com pouca ordem e quase sem sentido, quando o texto ainda estava em processo embrionário. A meu amigo Helder Macedo pelas respostas sempre úteis aos meus email’s que, normalmente, solicitavam dele uma ajuda sobre um ou outro caso da história seridoense.

Grato sou, também, ao Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários (SEAPAC) por ter me ofertado sua estrutura física onde, por mais de uma oportunidade, pude escrever e realizar outras atividades deste trabalho.

Agradeço, de maneira especialíssima, aos meus pais Luordes e Marccone, por terem me despertado o gosto pelas *letras* antes da idade “permitida” através de aulas particulares.

EPÍGRAFE

Tudo é paixão, tudo é sertão.

Renato Teixeira e Almir Sáter

RESUMO

Historia e analisa o capital social na região Seridó. As tradições associativas seridoenses são reconstruídas a partir das dimensões: econômica, social, religiosa e política. Nelas é possível perceber ações que formam o capital social da região. Os sertanejos do Seridó apresentam uma tradição associativa baseada na ajuda mútua, na confiança e reciprocidade que se remonta há décadas na sua história. A relação entre a Igreja Católica, que historicamente está presente na região, e comunidades rurais, através de suas associações comunitárias, é o pano de fundo onde se encontram os elementos associativos responsáveis pelo *tear* do tecido social regional: nele (o pano de fundo) encontra-se o capital social responsável pelo trabalho das organizações comunitárias rurais. A Igreja Católica, através de sua ação social e o Programa de Combate à Pobreza Rural, do Rio Grande do Norte são a liga que sustenta as ações coletivas seridoenses.

Palavras-chaves: capital social, associações rurais, tradição associativa.

ABSTRACT

It historizes and it analyzes the social capital in the area Seridó. The traditions associative seridoenses are reconstructed starting from the dimensions: economical, social, religious person and politics. In them it is possible to notice actions that form the social capital of the area. The country of Seridó present an associative tradition based on the mutual help, in the trust and reciprocity that she remount there are decades in your history. The relationship among the Catholic Church, that historically it is present in the area, and rural communities, through your community associations, it is the backdrop where you/they are the responsible associative elements for the tear of the regional social fabric: in him (the backdrop) he/she is the responsible social capital for the work of the rural community organizations. The Catholic Church, through your social action and the Program of Combat to the Rural Poverty, of Rio Grande do Norte is the league that sustains the actions collective seridoenses.

Word-keys: social capital, rural associations, associative tradition.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: municípios, seus respectivos padroeiros no Seridó e suas festas religiosas.....	46
Quadro 2: zonas homogêneas e municípios do Seridó.....	48
Quadro 3: demonstrativo das ações associativas seridoenses.....	89
Quadro 4: evolução do número de municípios atendidos pelo PCPR-RN (1997-2002).....	102
Quadro 5: número e valor dos subprojetos financiados pelo PCPR segundo categoria (1997-2002).....	107
Quadro 6: número de beneficiários, valor dos investimentos e fontes segundo os subprojetos.....	111
Quadro 7: demonstrativo da atuação do SEAPAC no Seridó de 1985 a 2006.....	122
Quadro 8: demonstrativo da atuação do SEAPAC no município de São João do Sabugi.....	123
Quadro 9: demonstrativo da atuação do SEAPAC no município de Caicó.....	124
Quadro 10: demonstrativo da atuação do SEAPAC no município de Ouro Branco...	125
Quadro 11: demonstrativo da atuação do SEAPAC no município de Jardim de Piranhas.....	125
Quadro 12: resultados da atuação do SEAPAC na região Seridó em 2003.....	126
Quadro 13: resultados da atuação do SEAPAC na região Seridó em 2004.....	127
Quadro 14: resultados da atuação do SEAPAC na região Seridó em 2005.....	127

LISTA DE SIGLAS

SEAPAC: Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários

PCPR: Programa de Combate à Pobreza Rural

ADECOSA: Associação de Desenvolvimento Comunitário de São João do Sabugi

IICA: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura

PDSS: Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó

CEB's: Comunidades Eclesiais de Base

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

PSD: Partido Socialista Democrático

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

AI5: Ato Institucional n.º 5

AP: Ação Popular

JOC: Juventude Operária Católica

MEB: Movimento de Educação de Base

SAR: Serviço de Assistência Rural

DDAS: Departamento Diocesano de Ação Social

CECAPAS: Centro de Capacitação e Acompanhamento aos Projetos Alternativos Comunitários

PT: Partido dos Trabalhadores

ACC: Associação Comunitária dos Cachos

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

P1MC: Programa 1 Milhão de Cisternas Rurais

PROCAT: Programa de Assessoramento Técnico e Gerencial

INFOCAMPO: Programa de Informática no Campo

FAS: Projeto de Fortalecimento do Associativismo no Seridó

CDS: Colégio Diocesano Seridoense

FAMUSE: Feira de Artesanato do Seridó

MPB: Música Popular Brasileira

CDR: Conselho de Desenvolvimento Rural

APCR: Apoio às Pequenas Comunidades Rurais

FUMAC: Fundo Municipal de Apoio Comunitário

FUMAC-P: Fundo Municipal de Apoio Comunitário – Piloto

PAPP: Programa de Apoio ao Pequeno Produtor

STR: Sindicato dos Trabalhadores Rurais

PFL: Partido da Frente Liberal

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

DNOCS: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

FETARN: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte

CNPJ: Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas

FOCAMPO: Fórum do Campo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:.....	80
----------------	----

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	iii
AGRADECIMENTOS.....	iv
EPÍGRAFE.....	vi
RESUMO.....	vii
ABSTRACT.....	viii
LISTA DE QUADROS.....	ix
LISTA DE SIGLAS.....	x
LISTA DE FIGURAS.....	xii
1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 DELIMITANDO O OBJETO: UM COMENTÁRIO AQUI OUTRO ACOLÁ....	18
2 CAPITAL SOCIAL: ALGUMAS REFLEXÕES.....	22
2.1 CAPITAL SOCIAL: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO.....	30
3 TRADIÇÃO ASSOCIATIVA SERIDOENSE.....	39
3.1 CURRAIS, FÉ E ALGODÃO: O SERIDÓ EM ALGUNS <i>KBYTES</i>	40
3.1.1 O Chegar e Ficar no Sertão.....	40
3.1.2 Os Currais.....	41
3.1.3 A Fé.....	43
3.1.4 O Algodão.....	45
3.1.5 Um Olhar Contemporâneo na Região Seridó.....	47

UM TÍMIDO COMENTÁRIO SOBRE OS EMBRIÕES REGIONAIS.....	49
3.2 ANTECEDENTES ASSOCIATIVOS NO SERIDÓ: GESTOS PRIMITIVOS....	49
3.2.1 Dimensão Socioeconômica.....	51
3.2.1.1 O uso coletivo de cacimbas e cercados comunitários.....	52
3.2.1.2 Caatinga, ferro e agulha: vaquejadas solidárias.....	53
3.2.1.3 Plantar, colher: eu, nós e vós.....	55
3.2.2 Dimensão Religiosa.....	60
3.2.2.1 Fé e fraternidade: o ofertar da Semana Santa.....	61
3.2.2.2 Ação social católica no cenário nacional.....	63
3.2.2.3 A Igreja Católica no Rio Grande do Norte: pioneirismo social.....	66
3.2.2.4 Igreja Católica no Seridó: fé e ação social.....	67
3.2.2.5 Parelhas e São João do Sabugi: dois municípios e uma só ação associativa....	69
3.2.3 Dimensão Educacional.....	74
3.2.3.1 Instrução pública no Seridó: preocupação de outrora.....	75
3.2.3.2 Capital social e educação: um visto no IDH.....	79
3.2.4 Dimensão Política.....	82
3.2.4.1 Relações no sertão seridoense: aspectos horizontais e verticais.....	82
3.2.4.2 Participação direta: o PDSS e outros.....	85

UM COMENTÁRIO CONCLUSIVO.....	87
OUTRO COMENTÁRIO CONCLUSIVO.....	90
MAIS UM COMENTÁRIO CONCLUSIVO.....	92
UM OUTRO COMENTÁRIO CONCLUSIVO.....	93
4 SERIDÓ: (IN)CONTEXTO ATUAL.....	95
4.1 PCPR E O RIO GRANDE DO NORTE: UMA RELAÇÃO EM CONSTRUÇÃO.....	95
4.2 DA CENTRALIZAÇÃO À DESCENTRALIZAÇÃO: UMA APOSTA EM CAPITAL SOCIAL.....	99
4.3 O PCPR E O SERIDÓ.....	100
4.4 ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS NO SERIDÓ.....	103
4.5 ILUSTRANDO O QUADRO COMUNITÁRIO SERIDOENSE: DO POLÍTICO AO ECONÔMICO.....	104
4.5.1 São João do Sabugi: Participação e Projetos Executados.....	104
4.5.2 Serra Negra do Norte: O Potencial Econômico das Barragens.....	108
4.6 ESPAÇO DE CIRCULÇÃO DE CAPITAL SOCIAL.....	112
4.7 MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO: UM CONSTRUCTO DE PROJETO....	113
4.8 FUNCIONAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS.....	116

4.9 SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS: APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS.....	117
4.10 PREFEITURAS: UM APOIO GOVERNAMENTAL NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL.....	118
4.11 AÇÕES DO SEAPAC NO SERIDÓ: VISÃO PANORÂMICA.....	120
COMENTÁRIOS DE FIM DE CAPÍTULO.....	128
CONSIDERAÇÕES (IN)FINITAS.....	130
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS/BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	138

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa o capital social seridoense e tem seu foco voltado à reconstrução das formas associativas seridoenses com a seguinte questão geral de partida: existe um vínculo entre as associações comunitárias e a Igreja Católica?

A hipótese geral que serviu de orientação da pesquisa foi construída a partir das informações de sondagens e de revisão bibliográfica, é que as associações comunitárias são fortes em virtude, principalmente, do trabalho da ação social da Igreja Católica. É claro que a resposta provisória, aqui, foi apenas um *norte* geral para que se tivesse um ponto de referência e orientação nas veredas percorridas, muitas vezes, espinhosas e de difícil percurso, como a própria caatinga em que encontra o recorte do trabalho: o Seridó, para facilitar o árduo trabalho de reconstruir a partir de um problema posto, de acordo com a postura da historiografia contemporânea. É pertinente observar que outros elementos podem e devem ter contribuído para a formação do tecido social seridoense. Os fatores sócio-culturais (ajuda mútua, reciprocidade, fraternidade etc. construídos a partir das necessidades concretas do cotidiano e incentivados, também, pela fé cristã) vinculados à estrutura econômica e política e ao fator meio ambiente (como a aridez e outros desafios da natureza), podem ser alguns deles, mas o trabalho social da Igreja foi a liga mais importante na tradição associativa da região. No caso da sondagem, na verdade, ela é o resumo de 10 anos de experiência em trabalhos voluntários e profissionais do autor relacionados ao tema aqui trabalhado, que, através de observações e anotações, acredita que onde a Igreja

Católica tem presença mais ativa e sistemática de sua ação social as comunidades têm associações fortes ou mais sólidas: enraizadas, presente no local, atuantes etc.

Segundo o Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários – da Igreja Católica - (SEAPAC), a região Seridó possui mais de 500 associações comunitárias rurais distribuídas pelos seus 28 municípios. Mesmo em níveis diferentes, parte delas possui um ativo sistema de participação nas questões referentes ao desenvolvimento de cada comunidade, de cada município e da região. Sobre a vida associativa Putnam diz que “Um indicador básico da sociabilidade cívica é a vibração da vida associativa.” (2002, p. 105) Acredita-se que a partir da “vibração” dessas associações, ou seja, da dinâmica associativa, há um fortalecimento e o aumento de capital social no Seridó. Essa “vibração” ocorre, também, e, principalmente, em virtude da presença da Igreja Católica que, por um lado, instiga as comunidades a se organizarem sócio, política e, em alguns casos, economicamente. Enquanto, por outro lado, as comunidades são, também, incentivadas a se organizarem para participar do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) através de mecanismo de participação popular.

A experiência vem demonstrando que as ações relacionadas ao desenvolvimento sócio-político e econômico das comunidades organizadas têm trazido importantes benefícios para a população. No entanto, há dúvidas quanto à sua manutenção, durabilidade e se há redução da pobreza.

Um outro aspecto que se coloca é que no início da década de 1990 aparece um discurso, na ação social da Igreja, no movimento sindical dos trabalhadores rurais e nos técnicos do governo do estado Potiguar, que trabalham com o combate à pobreza rural, que o associativismo é um “caminho” para uma vida mais digna das famílias do campo e depois, na seqüência, já nos últimos anos da década e nos primeiros do ano 2000, passa-se a falar de em capital social na região. Era comum ouvir de técnicos da Igreja, ou do governo, e até de outras instituições como o movimento sindical e das próprias associações comunitárias, que a região tinha um “bom capital social”. Assim, de boca em boca, foi-se espalhando que o associativismo e o capital social do Seridó estavam construindo uma sociedade com maior possibilidade de obter sucesso no seu desenvolvimento. Daí, como o fazer da ciência, assim como a arte, também, nasce de uma inspiração, veio o desejo de conhecer, de maneira mais apurada, o capital social e como se constituía no Seridó.

Por isso, o fenômeno de organização comunitária no Seridó necessitou ser sistematizado, analisado e mostrado sob um olhar científico capaz de ofertar aos interessados no tema uma contribuição crítica, ainda que introdutória, sobre o processo de organização da sociedade civil seridoense.

O **objetivo geral** do presente trabalho é analisar o capital social no Seridó, através de suas associações, onde a Igreja Católica é forte, já que, historicamente, ela tem presença marcante na região desde sua colonização. Os **objetivos específicos** são:

(a) analisar a relação da Igreja Católica com as comunidades, pois ela faz-se presente

desde o início do processo histórico de criação das formas associativas seridoenses e (b) analisar as formas associativas presentes na região e sua relação com o Estado através do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR).

A partir do caso do processo associativo da região Seridó Potiguar, priorizou-se, aqui, os caminhos da pesquisa qualitativa. Entre eles a *observação direta* e alguns elementos da pesquisa *participante*, onde o contato direto do pesquisador com o objeto observado se faz necessário para o recolhimento de ações dos atores pesquisados em seu contexto “natural”.

Participou-se de encontros e reuniões das associações comunitárias na região, onde foram coletados elementos de perspectivas e de pontos de vista do objeto a partir dos atores. A observação direta permitiu uma *descrição fina* dos componentes da situação em que se encontra o objeto de estudo.

Utilizou-se, também, a *entrevista não-diretiva*, baseada no livre discurso do entrevistado, ainda que este partisse de questões gerais pré-estabelecidas. Com ela objetivou-se captar e recolher informações de pessoas que vivem e trabalham na região e que são conhecedoras práticas e ativas do assunto pesquisado. Entre elas: diretores de associações, sindicalistas, técnicos, pesquisadores, lideranças comunitárias (e beneficiários de projetos), políticas e religiosas. Ainda com relação às entrevistas, os critérios de escolha dos entrevistados foram os seguintes: (a) pessoas (agricultores e trabalhadores rurais) de 50 anos e mais, que tinham informações sobre as origens da

tradição associativa regional; (b) as pessoas que participaram diretamente do processo de construção de formas associativas na região (independente de entidade ou instituição) e (c) pessoas pertencentes às diferentes instituições (públicas e privadas).

A análise de documentos foi um terceiro caminho utilizado pela pesquisa. Através dela interpretou-se informações e dados coletados em documentos como atas, projetos e relatórios. Assim tornou-se possível compreender criticamente os sentidos da comunicação, manifestação e significações implícitas e explícitas no conteúdo.

Para ilustração, se fez uso da iconografia que os atores dispõem sobre o objeto de pesquisa e de mapas e quadros construídos para este trabalho e disponível em trabalhos e documentos que tratam do tema direto ou indiretamente. Com essas veredas metodológicas, foi possível viabilizar a pesquisa.

A pesquisa foi realizada em toda a região Seridó, mas o Seridó Ocidental, em virtude da proximidade e vivência do autor, teve uma incisão maior. Mesmo assim, as três zonas homogêneas seridoenses foram trabalhadas com os seguintes municípios, a saber. Nas Serras Centrais: Lagoa Nova, Florânia, Cerro Corá e Tenente Laurentino Cruz; no Seridó Oriental: Parelhas, Acari, Carnaúba dos Dantas; no Seridó Ocidental: Caicó, São João do Sabugi, Ipueira, Serra Negra do Norte, Timbaúba dos Batistas, Jardim de Piranhas, São Fernando, Cruzeta, Ouro Branco, Jardim do Seridó, Santana do Seridó. Em termos gerais, foram pesquisados, mesmo com intensidade diferente, 17

dos 28 municípios da região, ou seja, os dados e informações foram direta e indiretamente coletados em mais de 60% dos municípios da região.

1.1 DELIMITANDO O OBJETO: UM COMENTÁRIO AQUI OUTRO ACOLÁ

Após uma sondagem inicial direta realizada para este trabalho, em 9 municípios, (dos 28 que compõem a região) a saber: São João do Sabugi, Caicó, Ipueira, Serra Negra do Norte, Ouro Branco, Jardim de Piranhas, São Fernando e Timbaúba dos Batistas, verificou-se que, até os primeiros anos da década de 1990 (mais precisamente entre 1990 e 1993), cada município tinha entre 02 e 05 organizações comunitárias incluindo, cooperativa de pequenos produtores rurais e sindicatos rurais e/ou associações com caráter urbano/rural, ou seja, associações de desenvolvimento comunitário originárias da Fundação Banco do Brasil como a Associação de Desenvolvimento Comunitário de São João do Sabugi (RN) – ADECOSA - que realiza trabalho com comunidades rurais e urbanas.

Este número cresce vertiginosamente após dez anos, ou seja, nos primeiros anos de 2000 (entre 2000 e 2003) esses mesmos municípios passam a ter, em média, 21 associações comunitárias rurais. A região Seridó conta em média com 19,2 associações comunitárias por município, que se enquadram nos critérios do PCPR; ou seja, associações rurais e urbanas (essas últimas em municípios com até sete mil e quinhentos habitantes em sua sede). O referido programa é fruto de empréstimo do governo potiguar com o Banco Mundial com o objetivo de diminuir carências de

ordens diversas no setor rural do Rio Grande do Norte, como a questão de infraestrutura hídrica, por exemplo.

É claro que, estes dados quantitativos não são suficientes para verificar a hipótese de que as associações comunitárias são mais ou menos fortes em virtude de uma cultura cívica anterior. Outros elementos devem corroborar para o fortalecimento do trabalho. Entre eles, os qualitativos, como as experiências com êxitos nos municípios de Parelhas, Caicó; São João do Sabugi; Serra Negra do Norte etc. na execução de projetos do PCPR.

Outros dois elementos são importantes, também colhidos para este estudo: primeiro é que diretamente, de acordo com diretores de associações como Diana Wanderley Mariz¹ (Comunidade Arapuá, em Serra Negra do Norte), membros de conselhos e diretores de sindicatos rurais como Eraldo Pereira², (presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Negra do Norte), além de técnicos que trabalham na região como João Bento da Silveira Figueredo³ (SEAPAC/Caicó), não se têm notícias de que estas associações trabalhem com outro programa, projeto, ou política pública, além do PCPR, pelo menos de maneira mais sistemática. O segundo elemento é a presença ativa da Igreja Católica na criação dessas associações. Vale salientar que o trabalho social da instituição na região remonta à década de 20 do século XX, e isso implica em experiência adquirida no trabalho social de base e

¹ MARIZ, Diana Wanderley. **Entrevista concedida a José Lucena de Medeiros**. Serra Negra do Norte (RN). 16. set. 2005.

² PEREIRA, Eraldo. **Entrevista concedida a José Lucena de Medeiros**. Serra Negra do Norte (RN). 16. set. 2005.

³ FIGUEREDO, João Bento da Silveira. **Entrevista concedida a José Lucena de Medeiros**. Caicó (RN). 14. set. 2005.

credibilidade perante a sociedade local. Por isto também, o Seridó é reconhecidamente uma região eminentemente católica .

Capital Social e Igreja Católica: expressões e práticas no sertão do Seridó estar dividido em três capítulos e Considerações Finais, além da Introdução. No primeiro (teórico metodológico), construído a partir do problema e da literatura sobre o tema, faz-se uma resumida abordagem sobre o conceito de capital social com objetivo de oferecer suporte teórico e conceitual ao corpo da dissertação. Nesse capítulo, vale observar que a revisão e o resumo bibliográfico foram importantes, pois, contribuíram para oferecer ao autor uma visão da complexidade e variedade de posições teóricas e metodológicas sobre o conceito. A literatura colaborou com o amadurecimento do problema/questão de partida: existe um vínculo entre as associações comunitárias e a Igreja Católica?

O segundo capítulo apresenta a região Seridó de maneira geral, oferecendo uma compreensão panorâmica do espaço através de suas matrizes constitutivas como os currais (pecuária), a fé (a presença histórica da Igreja Católica) e o algodão. Em seguida, são apontados os antecedentes associativos seridoenses, na tentativa de corroborar com a afirmação de que as associações são mais ou menos fortes de acordo com a presença da ação social da Igreja Católica. O capítulo foi constituído através de dois pilares metodológicos, a saber: primeiro a consulta bibliográfica geral e local (sobre o Seridó); e, segundo, foi realizada uma abordagem utilizando-se de ferramentas da história oral, objetivando encontrar ações de caráter coletivo e

comunitário com pessoas (de faixa etária acima de 50 anos) que viveram ou ouviram falar de atos de confiança mútua, solidariedade e de regras de reciprocidade.

O terceiro constrói o quadro contextual da região Seridó e analisa as associações comunitárias e suas relações com a Igreja Católica e o Programa de Redução à Pobreza Rural (PCPR). As bases metodológicas são: (a) análises de documentos da ação social da Igreja Católica como os projetos trienais direcionados ao apoio às comunidades rurais e, também, dos relatórios de implementação e de resultados do PCPR no Rio Grande do Norte; (b) o uso de alguns elementos da observação direta e participante de reuniões das associações comunitárias.

Por fim, se faz sínteses conclusivas sobre as análises realizadas.

2 CAPITAL SOCIAL: ALGUMAS REFLEXÕES

Antes das reflexões iniciais sobre o conceito de capital social, é pertinente fazer uma nota de esclarecimento sobre o uso e a operacionalidade dele neste trabalho. Apesar do conceito está na literatura, principalmente, ligado ao desenvolvimento sócio-econômico, procurar-se-á enfatizar outras dimensões. Portanto, capital social, aqui, operacionaliza-se como elemento gerado das ações coletivas traçadas a partir das associações comunitárias rurais, sendo ele produto das ações associativas, por um lado e, por outro, ele é fio que penetra no tecido social e que pode colaborar para o seu fortalecimento. Neste sentido, foca-se, especialmente, a sua função no Seridó e os vínculos com suas instituições.

Ao estudar o projeto de regionalização da Itália, iniciado na década de 1970, Putnam (2002) descobre que as regiões do Norte desenvolvem-se mais do que as do Sul. Utiliza-se da historiografia italiana como ferramenta de estudo e descobre que as regiões do Norte têm uma tradição cívica herdada da Idade Média italiana e que essa tradição é responsável pelo seu desenvolvimento. Já as regiões do Sul, por não possuírem uma herança cívica, tinham se desenvolvido menos, ou seja, as culturas do Norte e Sul foram o divisor de águas no processo de desenvolvimento regional italiano.

O autor trabalha com o conceito de capital social entendendo que ele “[...] diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas,

que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas [...]” (PUTNAM, 2002, p. 177). Para ele, as regiões do Norte tinham se utilizado de seu capital social construído ainda no feudalismo.

Ele afirma que “A cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica.” (Idem, *ibidem*, p. 177). Segundo o autor, na comunidade cívica prevalecem as relações horizontais e estas colaboram com governos democráticos e descentralizados. Depois deste trabalho, o conceito de capital social ganha visibilidade acadêmica e no meio de organismos fomentadores de desenvolvimento. Mas, voltar-se-á a dialogar com Putnam posteriormente, antes, porém, se faz necessário percorrer as trilhas sobre o capital social.

Começando-se sobre a questão da centralização e descentralização de serviços públicos, Abu-El-Haj faz uma síntese crítica no artigo *O debate em torno do capital social: uma revisão crítica* (1999) e mostra que em trabalho de Etrick Ruerschmeyer e Peter Evans, nos anos de 1980, fora levantada a hipótese de que o sucesso de ações desenvolvimentistas se dava em virtude de um Estado forte e autônomo. A autonomia do Estado se dava por dois fatores: primeiro por uma burocracia forte e segundo por um *sprit de corps*.

Lembra ainda que o trabalho dos anos de 1990 de Charles Collins e Andrew Green, em sentido semelhante, mostra problemas causados pela descentralização.

Ressaltam estes autores, que se deve ter cuidado para não cair na conceituação de políticas descentralizadas para serviços privatizados. E concluem que, no caso britânico, a descentralização levou a perdas no desempenho nos serviços de saúde.

Porém, um dos testes que mais teria contribuído para o debate de centralização/descentralização partirá dos teóricos do capital social. Entre estas contribuições, uma das mais relevantes, afirma Abu-El-Haj (1999, pp. 67-8), seria a de Tandler e Friedheim (1994) a respeito do Programa de Agentes de Saúde no estado do Ceará, Brasil. As autoras concluíram que, com base em estudo de campo, o programa teve um bom desempenho no Ceará em virtude da postura centralizada do Estado.

Com relação ao papel que a sociedade desempenha no desenvolvimento, em artigo publicado na obra *Transição em fragmentos: desafios da democracia no final do século XX*, organizada por Alzira Alves de Abreu (2001), Skidmore (2001), no artigo intitulado *Sociedade civil, capital social e desenvolvimento econômico*, oferece uma visão geral do assunto e compara o que chama de teorias estatistas e neoliberais.

Para o autor, quando se trata de discutir desenvolvimento em países dependentes (considerados subdesenvolvidos), principalmente a partir da década de 1990, não raro, o tema divide-se em dois setores: de um lado, os estatistas, que defendem que em mercados frágeis há necessidade de uma ação mais enérgica do Estado weberiano autônomo.

No outro, os neoliberais defendem os chamados mercados livres para agirem com recursos sem a intervenção do Estado. Quando tocam no papel que a sociedade civil desempenha no desenvolvimento econômico, ambos “batem o martelo” em um ponto comum: avaliam negativamente o impacto econômico do associativismo. Sobre isto ele diz que

“Os estatistas receiam que uma sociedade civil vigorosa pressione o Estado com múltiplas demandas. Essas pressões externas minam a autonomia burocrática, pré-requisito central da administração neutra, tecnocrática do processo de desenvolvimento. [...] Os neoliberais vêem a questão em termos similares: a mobilização da sociedade implica geralmente conluio entre agentes que buscam favorecimento, que tentam transferir renda de outros segmentos da sociedade manipulando mercados ou políticas estatais. ”
(SKIDMORE, 2001, p 129-30)

Sob este olhar, quem não se organiza associativamente não consegue receber os “prêmios”.

Para os defensores desta visão, o resultado disto será um jogo de soma zero, já que nada acrescenta ao desenvolvimento, ao contrário, interfere no processo. Ao tratar sociedade civil, capital social e desenvolvimento econômico, Skidmore (2001) questiona se o Estado ou outros atores intervêm de maneira intencional no estímulo e acumulação de capital social na sociedade civil.

A partir da última década do século XX, essa discussão recebe contribuições importantes de sociólogos, economistas e cientistas políticos na tentativa de atribuir valor às formas associativas da sociedade civil e, ao mesmo tempo, diminuir o impacto da visão de estatistas e neoliberais, com relação às conseqüências negativas do

associativismo no desenvolvimento econômico. Assim sendo, “a noção de capital social serviu como ponta de lança desse esforço por definir uma ‘terceira via’ no caminho do desenvolvimento. ” (Idem, ibidem, p. 130). Dessa maneira, o capital social das organizações sociais, com suas normas, colaboraria, em essência, com o papel da sociedade civil.

Faz-se pertinente observar que se fala em organizações que geram capital social positivo na sociedade, como as que mantêm relações horizontais: pequenas cooperativas agrícolas ou associações comunitárias rurais; diferentemente das que se sustentam à base de verticalidade, como cartéis de drogas e relações patrão cliente.

Mas, como lembra Skidmore (2001, p. 131), na literatura de capital social não há nenhum estudo que aponte o crescimento de capital social positivo a partir de alguma intervenção, seja do Estado ou do mercado. “[...] intervir intencionalmente para estimular a acumulação de formas positivas de capital social na sociedade civil é uma questão importante que, entretanto, ainda aguarda resposta. ” Bem, que esta questão ainda espera resposta é perfeitamente aceitável, agora, há várias experiências em processo nos países dependentes com resposta em potencial. Para citar algumas que parecem mais pertinentes a este trabalho, existem na América Latina e no Caribe algumas experiências a esse respeito. Entre elas a do semi-árido brasileiro a partir de empréstimos do Banco Mundial aos governos dos estados nordestinos⁴.

⁴ Ver relatório do PCPR no Rio Grande do Norte (1997 – 2002).

No sentido dessa discussão, também, estar o trabalho organizado por Correa (2003), chamado *Capital social e desenvolvimento regional*, que procura convalidar a relação de capital social e desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul. Dois capítulos, em especial, se aproximam do interesse deste trabalho.

O primeiro que se encontra na primeira parte da obra, *Medindo o capital social: uma análise das regiões do Rio Grande Sul*, onde Monastério (2003, p. 61 - 84) procura mensurar o capital social com o objetivo de compreender sua distribuição pelo estado. Ao mesmo tempo, trata e testa como hipóteses presentes na obra de Putnam (1993), a saber: a primeira é que o capital social é uma herança cultural; a segunda é que o capital social herdado condiciona a qualidade da administração pública. Ou seja, as ações de confiança, reciprocidade, presentes na sociedade civil, são capazes de contribuir com o desenvolvimento econômico.

Com relação ao capítulo *Associativismo e desenvolvimento: considerações sobre a existência de capital social*, Reidl e Vogt (2003, p. 149 - 211), na parte dois do livro, fazem uma avaliação histórica do capital social na colônia alemã de Santa Cruz procurando estabelecer vínculos entre capital social e desenvolvimento local.

Para isto, trabalham com a profusão de associações comunitárias em Santa Cruz do Sul. Chegam à conclusão que a intervenção do Estado autoritário na região diminuiu o estoque de capital social e, conseqüentemente, das práticas de cooperação, solidariedade e cultura cívica. Dizem eles que “No caso do município em questão a

intervenção do Estado e do capital provocou o desaparecimento de grande número de organismos associativos comunitários, que haviam sido criados e reproduzidos pela própria sociedade civil.” (REIDL & VOGT, 2003, p. 205).

A evidência mais clara da intervenção estatal na região, causando a diminuição de capital social, foi durante o Estado Novo (1937 a 1945), por causa do fechamento definitivo de organizações comunitárias. O outro fator causador da queda de capital social foi o capital que dominou a produção e a comercialização dos produtos agrícolas na região, como o fumo.

Em suas considerações, os autores logo acima citados acreditam que organizações comunitárias como associações, cooperativas e sindicatos, além de movimentos sociais, geram capital social em virtude da politização que oferecem aos seus integrantes, mesmo admitindo que, teoricamente, deveriam gerá-lo com mais expressividade.

Um outro trabalho de relevância significativa sobre desenvolvimento sócio-econômico é o de Kliksberg (2002), *Capital social e cultura: as chaves esquecidas do desenvolvimento*. Nesta obra ele chama a atenção para a contribuição do capital social e da cultura para o desenvolvimento econômico e social, principalmente, na América Latina, pelos graves problemas vividos por ela no tocante à pobreza. O autor lembra que no final do século XX, a humanidade conta com uma capacidade produtiva nunca vista antes na história. As pesquisas avançam em diversos setores do conhecimento

como na informação, robótica, microeletrônica, telecomunicação, agricultura etc., ampliando a expectativa de contínuo crescimento futuro.

No entanto, esses avanços não têm se traduzido em bem-estar para a humanidade, ou pelo menos para sua maioria. As mazelas existentes, distribuídas, principalmente, nos países dependentes indicam que “1,3 bilhão de pessoas carecem do mínimo essencial e mal sobrevivem na faixa de pobreza extrema com menos de um dólar de renda diária, enquanto outros 3 bilhões [...] têm de subsistir com menos de dois dólares diários. Mais ainda, 1,3 bilhão de pessoas carecem de água potável, 3 bilhões não têm instalações sanitárias básicas e dois bilhões não recebem eletricidade.” (KLIKSBERG, 2002, p. 7).

Ou seja, o desenvolvimento econômico e social não chega para a maioria da população mundial. A pobreza em que vive a humanidade fortalece as incertezas sobre um futuro melhor. Nesse contexto de pobreza e incerteza há um novo debate. Esse debate aborda aspectos não incluídos no pensamento econômico tradicional. Nele cresce a idéia de capital social. O que chama a atenção do autor é o reexame na relação entre cultura e desenvolvimento. Sobre cultura se deve levar em conta, no tocante ao desenvolvimento, as potencialidades de cada povo, pois “há múltiplos aspectos na cultura de cada povo” afirma ele “que podem favorecer seu desenvolvimento econômico e social, é preciso descobri-los e potencializa-los, apoiar-se neles.” (Idem, *ibidem*, p. 8)

Acredita o autor que aspectos culturais de uma sociedade podem ser potencializados em favor do desenvolvimento econômico e social. Entre eles, os que se referem ao capital social. Além disso, o trabalho mostra a presença concreta de capital social em ação em regiões latino-americanas como México, El Salvador e Brasil. Assim, o interesse do presente trabalho baseou-se, em parte, no trabalho do Kliksberg (2002), especialmente em virtude de dois pontos: a importância da cultura e, também, ações concretas de capital social.

2.1 CAPITAL SOCIAL: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

A categoria de análise capital social vem sendo abordada nas ciências sociais e, também, na economia de maneira crescente nos últimos anos. A multiplicação de sua utilização gerou a popularização do conceito, principalmente, como se sabe, a partir do referido trabalho de Putnam (2002), com *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Para o autor, como citado anteriormente, capital social “[...] diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas [...]” (PUTNAM, 2002, p. 177) Os estudos a seu respeito vem crescendo nas últimas décadas de modo que “é difícil pensar em outro conceito acadêmico que tenha se institucionalizado no vocabulário do discurso social tão rápido quanto capital social”, dizem Riedl & Vogt. (2003, p. 149) Mas, para um melhor entendimento do tema, faz-se necessário lançar-se na origem e problematização do conceito.

A expressão *capital social* foi usada pela primeira vez pelo educador Lyda Judson Hanifan, de acordo com D'Araújo (2003), que utilizou o conceito para descrever sua leitura sobre centros comunitários de escolas rurais no tocante ao acréscimo de pobreza e sua relação com a perda de sociabilidade entre uma população. “Segundo ele a comunidade se beneficiaria da cooperação de todos e quando as pessoas criam um hábito de se relacionar, por razões sociais, de lazer ou econômicas, esse ‘capital social’ ou seja, essa rede de relações pode ser dirigida para o bem-estar da comunidade.” (D’ARAÚJO, 2003, p. 23 - 4). Daí para frente, o conceito passou a ser utilizado por diversos estudiosos.

Sua trajetória pode ser traçada a partir da segunda metade do século vinte, da seguinte maneira: nos anos de 1950 o sociólogo canadense John Seeley usou a expressão para assinalar como o pertencimento a certos clubes e associações facilitavam o acesso a outros bens e a direitos (idem, *ibidem*, 24).

Na década de 1960 Jane Jacobs, em sua clássica obra *A morte e a vida das grandes cidades americanas*, utilizou o termo capital social para demonstrar a importância de grupo informais de sociabilidade em metrópoles e para apontar como as redes sociais de uso misto constituíam uma forma de capital social que encorajava a segurança pública. Segundo ela:

“Para autogestão de um lugar funcionar, acima de qualquer flutuação da população deve haver a permanência das pessoas que forjaram a rede de relações do bairro. Essas redes são o capital social urbano insubstituível. Quando se perde esse capital, pelo motivo que for, a renda gerada por ele

desaparece e não volta senão quando se acumular, lenta e ocasionalmente, um novo capital.” (JACOBS, 2000, p.150-1)

Nos anos de 1970, ainda segundo Araújo (2003), o economista Glenn Loury e o sociólogo Ivan Light usaram a expressão quando analisaram o problema do desenvolvimento econômico em áreas centrais das grandes cidades americanas. Segundo eles, os afro-americanos não demonstravam ter os laços de confiança e de conexão social que existiam nos asiático-americanos e ou outros grupos étnicos.

Com o sociólogo americano Coleman, em fins dos anos 1980, o conceito entrou definitivamente na agenda acadêmica através de dois artigos clássicos. Num deles examinava o papel das normas sociais como guias de ação para o indivíduo, como expectativas que expressam se nossas ações estão certas ou erradas. As normas prescrevem ações, comportamentos.

“O capital social, ensina Coleman (1990:302), ‘não é uma entidade singular, mas uma variedade de diferentes entidades que possuem duas características em comum: consistem em algum aspecto de uma estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que estão no interior dessa estrutura.’” (COLEMAN apud ABRAMOVAY, 2000, p. 3)

Coleman define capital social, também, por sua função: como qualquer capital, permite a criação de certos bens que sem a sua presença seriam impossíveis, segundo Abramovay. Mas chama também atenção para o fato de que sociedades ou grupos ricos em capital social podem promover melhor o desenvolvimento das pessoas, ou seja, promover o crescimento do capital humano. O passo seguinte foi dado por

Putnam (1993), que estimulou um intenso debate sobre o papel do capital social e da sociedade civil italiana, conforme já foi exposto.

A contribuição do economista nipo-americano Fukuyama (2000), para o conceito de capital social também tem sua importância. Ele diz ter dedicado vários livros ao tema das relações entre prosperidade econômica, cultura e capital social nos Estados Unidos e em países da Europa e da Ásia. Em seu livro *A Grande Ruptura*, ele trata da questão da mudança da *Era Industrial* para a *Era da Informação* (principalmente na parte I). A substituição da produção industrial pelos serviços; o aumento da criminalidade nas grandes cidades; o declínio da relação familiar, queda da fertilidade; aumento da desconfiança das pessoas para com seus governos e, finalmente, do aumento da desconfiança de pessoas para pessoas. Isso tudo vem ocorrendo, de forma mais enfática, a partir, afirma ele, da segunda metade do século XX. Sobre essas mudanças (que não deixam de serem dramáticas) diz que “Em conjunto elas constituíram a *Grande Ruptura*⁵ nos valores sociais que prevaleceu na sociedade da era industrial de meados do século XX...” (FUKUYAMA, 2000, p.17)

Analisando valores sociais dentro do contexto de ruptura, o “capital social pode ser definido como um conjunto de valores ou normas informais, comuns aos membros de um grupo, que permitem a cooperação entre eles.” (Idem, ibidem, p. 28). Entre os valores e as normas, elementos que constituem capital social, está a confiança que “é como um lubrificante que torna mais eficiente o funcionamento de qualquer grupo ou organização.” (Idem, ibidem, p. 28). A obra de Fukuyama tem olhar voltado para os

⁵ Grifo nosso

chamados países desenvolvidos a partir dos anos 50 do século XX. Seu trabalho tem como principais fontes: a) dados de criminalidades; b) dados sobre famílias e c) dados de pesquisa sobre confiança, valores e sociedade civil.

Tratando capital social e desenvolvimento local, Franco (2002) chama a atenção para a genealogia do conceito afirmando que capital social é uma noção tocquevilliana em virtude no nexos conotativo entre sociedade civil e democracia, inicialmente, percebido por Aléxis de Tocqueville na sociedade norte-americana, em meados do século XIX; jacobina por causa da existência de um nexos conotativo entre desenvolvimento e rede social, já que é com Jane Jacobs que pela primeira vez a noção é usada com o significado que se utiliza hoje, quando ela estudou a *morte e vida das grandes cidades americanas*.

Também a noção seria putniana pela sugestão de um nexos conotativo entre associativismo, confiança e cooperação em estudo sobre o desenvolvimento regional na Itália moderna. Seguindo essa linha de origem política do conceito, ele afirma que

“capital social é rede social. Redes sociais são, em essência, os múltiplos caminhos existentes entre indivíduos e grupos. Capital social se refere, portanto, à configuração móvel das conexões internas de um corpo coletivo de seres humanos, incluindo não apenas a sua morfologia, mas também o ‘metabolismo’ que parece lhe ser próprio (ou, pelo menos, menos possível); ou seja, a democracia. Assim, capital social não é um conceito econômico (como poderia sugerir o termo ‘capital’), nem sociológico (como poderia sugerir o termo ‘social’). É um conceito político, que tem a ver com os padrões de organização e com os modos de regulação praticados por uma sociedade.” (Franco, 2005, p. 1)

Assim, é necessário ter cuidado na hora de utilizar o conceito de capital social em outras disciplinas. A noção multidisciplinar do conceito exige atenção metodológica e epistemológica que são necessárias para sua útil aplicação nas diversas ciências humanas.

Essa rápida apresentação da origem e evolução histórica do conceito de capital social mostra que ele é emergente, por um lado, e, por outro, já se consagrou na academia. Seu uso plural o torna, sem dúvida, um conceito democrático que “passeia” nas diferentes disciplinas. O fato dele não ser um conceito fechado e pronto, talvez, suscite dúvidas metodológicas. Quando se observa a literatura que o trata, percebe-se que há uma produção dedicada a explorar dúvidas conceituais e problemas relacionados à carência de rigor teórico em alguns trabalhos. É importante manter o cuidado para não cair na tentação e usá-lo como um conceito capaz de oferecer respostas a todas as questões políticas, econômicas e sociais evitando, assim, transformá-lo em *panacéia*.

Apesar de sua elasticidade, seus significados, em geral, convergem e aproximam o leitor do seu sentido intelectual e de suas aplicações teóricas. A utilização do conceito em questões de pobreza e democracia envolve certo ar de “apego” e, de certa forma, passa a ter um “sotaque” especial; talvez por serem questões em voga no mundo acadêmico desde a última década do século XX em virtude do aumento da pobreza e das necessidades de fortalecimento das democracias

ou, quem sabe, até pelo desejo utópico dos que querem um mundo mais democrático e menos pobre, portanto, mais justo e equilibrado.

Nesse sentido, não por acaso, quando se observa as áreas geográficas que vêm se pesquisando ou se avaliando projetos de desenvolvimento relacionados ao tema capital social, os países dependentes predominam, principalmente, com abordagens realizadas pelo Banco Mundial⁶. Mas qual o entendimento que o Banco tem de capital social? Para ele “capital social refere-se às instituições, relações e normas sociais que dão qualidade as relações interpessoais em uma dada sociedade.” (FRANCO, 2002, p.10)

Sobre a utilização do conceito nos chamados países desenvolvidos e nos dependentes D’Araújo (2003, p. 28) diz que “temos um conceito para dois mundos. Quando se trata de examinar capital e democracia, as sociedades estudadas são as desenvolvidas [...] Quando a meta é pensar capital social e desenvolvimento, executando-se os trabalhos de sociologia histórica... o foco recai nas regiões mais pobres.”

Mas, ainda sobre o Banco Mundial, é importante saber que a visibilidade do conceito de capital social, a partir da década de 1990, deu-se também em virtude da “política de adoção” que a instituição passa a usar explorando questões vinculadas à pobreza. Observando o material disponível em seu site percebe-se que, grosso modo, o

⁶ Para maiores informações dos trabalhos sobre capital social e o Banco Mundial, ver site www.world-bank.org/poverty/scapital/

Banco passa a investir, claramente, com a “preocupação” e/ou o “interesse” de fortalecer os laços sociais nas chamadas comunidades carentes aonde vem atuando com projetos de desenvolvimento econômico que possam gerar capital social. Isso ocorre na África, na Ásia, no Caribe, América Central e América do Sul.

Com isso, seja qual for o objetivo dessa instituição financeira internacional, o reflexo de sua ação pode ser observado no semi-árido do Nordeste brasileiro através do financiamento de programas e projetos, como é o caso do PCPR no estado do Rio Grande do Norte, que trabalha na execução do programa, pelo menos na região Seridó, tendo a Igreja Católica na “sombra” das comunidades assessorando as associações comunitárias.

Portanto, é a partir das ações da Igreja, do PCPR e das associações comunitárias que se trabalhará com o conceito de capital social. Para efeito deste texto, utilizar-se-á o conceito entendendo que ele diz respeito ao agrupamento de indivíduos, de maneira informal (como grupos criados para ajuda mútua em caráter temporário) e formal (organizados em associações comunitárias, cooperativas etc.) trabalhando para o desenvolvimento local.

Acredita-se que, por si só, o capital social, e suas práticas de civismo, solidariedade e ajuda mútua, não são capazes de modificarem profundamente quadros e situações desfavoráveis nas esferas política, social e econômica nas comunidades. No entanto, elas “se constituiriam em elementos importantes para as regiões

enfrentarem e se adaptarem aos desafios e oportunidades da realidade presente e futura”. (D’ARAÚJO, 2003, p. 154).

3 TRADIÇÃO ASSOCIATIVA SERIDOENSE⁷

O presente capítulo, objetiva apresentar elementos antecedentes da base associativa seridoense (re)construída a partir da historiografia regional e dos testemunhos de pessoas acima de 50 anos que viveram em um Seridó mais rural e dispõe de informações sobre ações de cunho coletivo.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó (PDSS)

“É possível, a partir de determinadas recorrências discursivas, culturalmente configuradas no Seridó, detectar alguns traços distintivos de sua feição regionalista. Pode-se analiticamente isolar características de maior realce. Assim, os componentes dessa rede de significações estão ancorados, basicamente, em quatro instâncias: a religiosa, a política, a socioeconômica e a educacional. Esses quatro mananciais são responsáveis pela formação da *identidade* regional seridoense, tal como ela é encenada e atualizada no imaginário da maioria da sociedade que vive no Seridó.” (2000, p. 176)

Dessa forma, será feita uma análise das instâncias (ou dimensões) socioeconômica, religiosa, educacional e política para, a partir delas, apreender elementos capazes de revelar os antecedentes associativos seridoenses (elementos de capital social).

⁷ As informações e os dados apresentados neste capítulo foram levantados na região pelo autor no período entre os anos de 2001 e 2006.

3.1 CURRAIS, FÉ E ALGODÃO: O SERIDÓ EM ALGUNS *KBYTES*

Introdutoriamente parece indispensável apresentar a região Seridó, ainda que de modo muito geral, para que se possa ter uma idéia, sobre o espaço que o presente trabalho propõe-se a tratar.

3.1.1 O Chegar e Ficar no Sertão

O início da colonização do interior da América Portuguesa dar-se, de maneira sistemática, a partir do enfraquecimento do elemento gentio nos sertões na segunda metade do século XVII. A Coroa, tendo conseguido diminuir os “perigos nativos”, penetra nos sertões através de seus colonizadores construindo na imensidão sertaneja caminhos estratégicos para a posse da terra e para o equilíbrio da economia açucareira predominante nas terras próximas ao litoral, no caso do Nordeste. “Ao iniciar o século XVIII, a resistência indígena ao processo colonizador no sertão” diz Monteiro (2000, p. 77) “perdera a sua força e a ocupação de terras pela Coroa Portuguesa, através dos colonos, começaria a avançar rapidamente.” Continua a autora

“[...] na medida em que essas terras passaram a ser cada vez mais disputadas [...] a legislação portuguesa referente à concessão de sesmarias foi sendo modificada para tentar disciplinar os conflitos que começaram a ocorrer e para obrigar aqueles que recebiam sesmarias a fazer a terra produzir, pois dessa produção a Coroa extraía parte de suas rendas, através de impostos. [...] Dessa forma, sesmeiros e grandes posseiros, tendo acesso à fonte de riqueza fundamental – a terra – formaram a base da elite econômica, social e política da colônia. [...] No Rio Grande, após as primitivas entradas pelo interior da capitania e expedições militares, que ‘desocuparam’ a terra de seus habitantes nativos, estabeleceram-se as primeiras grandes fazendas criatórias. (pp. 79)

Com a ocupação e o avanço da faixa litorânea pela cana restou ao gado a penetração nos sertões, tornando-se a principal fonte de riqueza sertaneja da época, os produtos do gado: carnes, queijos, couros etc. foram fundamentais para a sobrevivência do colono em terras sertanejas.

3.1.2 Os Currais

A importância alcançada pela pecuária nos sertões, principalmente no Rio Grande, foi de tal valor que o holandês Joan Nieuhof, em relato ao Conselho holandês em Pernambuco, (entre 1640 e 1649), diz que “[...] se o inimigo dominasse o interior e nos privasse do fornecimento do gado e farinha do Rio Grande [...] ser-nos-ia quase impossível manter a posse do Brasil Holandês [...].” (MACÊDO, 2005, p. 32) Um dos elementos mais relevantes para o crescimento da atividade pecuária na capitania foi o aumento da aglomeração humana nas fazendas. O ato de fixar residência no sertão foi fator decisivo para o aumento da povoação das terras secas.

Na capitania do Rio Grande, os vaqueiros, escravos e jornaleiros, seguindo as famílias sesmeiras e posseiras, consolidaram o interior como território de domínio português. “Assim, por exemplo, o coronel Cipriano Lopes Galvão recebeu sesmaria e instalou-se com sua fazenda de gado, por volta de 1755, na região do atual município de Currais Novos, tendo sido o primeiro coronel do Regimento de Cavalaria da Ribeira do Seridó.” (Idem, ibidem, p. 81) De curral em curral, de fazenda em fazenda fora se constituindo um sertão colonizado.

Das fazendas de gado surgiram as vilas no século XVIII, entre as primeiras a Vila do Príncipe, criada em 1788, um dos primeiros marcos, de povoação mais densa na formação do Seridó.

Sobre o povoamento da região, Macêdo (2005, p. 40) afirma que “partindo de Pernambuco e Paraíba [...] adentrou-se pelos sertões, seguindo basicamente duas vias: de Leste para Oeste, pelo Boqueirão de Parelhas e do Sul para o Norte pela Borborema proveniente da Bahia, atingindo o sertão do Piancó, a ribeira do Piranhas e por fim o Seridó.” Assim se fizeram os primeiros caminhos seridoenses: Acauã, Seridó, Espinharas e Piranhas.

Com um povoamento já considerável nas ribeiras do sertão, distribuído nas fazendas e vilas, as lideranças regionais requerem das autoridades da Coroa uma delimitação física do espaço que hoje se denomina Seridó. Com a assinatura do Pe. Francisco de Brito Guerra, em 31 de outubro de 1831, sai o decreto que diz:

“Art. 1º - A Vila Nova do Príncipe da Província do Rio Grande continuará na posse de todo o território, que lhe foi no ato de sua criação em 31 de julho de 1788; ficando o dito território dentro dos limites da Comarca e sujeitos os moradores dele ao Governo Civil e Militar e a administração da fazenda da Sobredita província, com exclusão, porém, de toda a freguesia de Patos, tal qual atualmente existe, e daquela parte do Cuité que sempre pertenceu à Província da Paraíba, na qual ficam compreendidas tanto esta parte do Cuité, como a dos Patos.” (MEDEIROS, apud MACÊDO, 2005, p. 78)

Estabeleciam-se assim, os limites físicos do Seridó no Rio Grande do Norte com suas raízes primeiras fincadas nos *currais*.

Até hoje, os *currais* estão presentes na região, o Seridó tem importante bacia leiteira no estado potiguar e os produtos seridoenses, derivados dela, guardam lugar cativo nas mesas, dentro e fora da região. Entre eles os queijos de coalho e manteiga, a manteiga de garrafa, a nata, a carne de sol e outras guloseimas fabricadas com leite como bolos, biscoitos, bolacha de leite etc.

3.1.3 A Fé

Igreja e Estado caminhavam juntos no período de colonização dos sertões, e, comumente, após a instalação de um curral, que poderia ser criado com apenas um touro e três vacas (*uma semente de gado*) era comum a chegada de um representante religioso para zelar do *rebanho de almas* espalhados pelas ribeiras já instaladas. Sendo assim e

“Passado os tempos da ocupação inicial do espaço sertanejo, a atividade pastoril prosperava e junto com ela a terra enchia-se de gente. No entanto, nem só de bois vivia o sertanejo. Sua vida religiosa resumida às devoções domésticas, ao terço rezado ao cair da noite, às novenas recitadas nas datas santas, necessitava de uma melhor acomodação sob o teto dos templos católicos e sobre a autoridade dos padres.” (MACÊDO, 2005, p. 66)

As primeiras capelas construídas na região foram a de Queiquó (Caicó), em 1700; outra na fazenda Serra Negra (hoje a cidade de Serra Negra do Norte), em 1735 e, mais uma, no Acauã (Acari), também em 1735.

Entre as primeiras freguesias da capitania do Rio Grande está a da *Gloriosa Senhora Santa Ana*, em 1748, criadas para zelo das almas sertanejas. Antes desta data,

as desobrigas dos *currais* da ribeira do Seridó eram feitas pela freguesia do Piancó (PB).

Nos primeiros tempos, os vigários costumavam percorrer os sertões de quando em vez para *assistirem* os espíritos que viviam nas fazendas. “Era um dia de festa para aqueles (sic) mundos”, afirma Faria (2006, p. 55), que continua:

“Além de batizar (sic) os pagãos e casar os noivos e amancebados – assistia a todos, do ‘sinhô’ ao escravo, não só no confessionário, como de conselhos e ensinamentos vários que mais das vezês, envolviam dúvidas do espírito, do corpo e do trabalho. Os padres-velhos, de mais anos vivido naquela freguesia, recebiam a visita dos fies já batizados por êles que lhes beijavam as mãos e pediam as suas bênçãos. Alguns exerciam por tão longos anos o seu nobre mister de pastor da mesma freguesia, que passava a ser conhecido por todos, indistintamente, ricos e pobres, homens e mulheres, brancos e pretos, pela denominação de padrinho-padre. Assim aconteceu com o padre Tomaz Araújo que exerceu, durante meio século, as funções de vigário na freguesia do Acari (Seridó, RN).” (idem, *ibidem*, p. 55)

As preocupações com a fé, o espírito e a alma acompanham os seridoenses há séculos. A Igreja Católica é a base religiosa da região Seridó.

Exemplo disto são as festas dos padroeiros e das padroeiras, cultuadas em todos os municípios da região, sendo elas uma das mais importantes do ano em cada município. As mais conhecidas são as Festas de Santa Ana: Currais Novos e Caicó. Com exceção de fevereiro, abril e maio, as festas religiosas distribuem-se pelos 12 meses do ano. O Quadro 1 oferece uma visão geral das festas e padroeiros(as) na região. Todos os municípios do Seridó comemoram as festividades de seu padroeiro ou padroeira durante um período específico do ano. A primeira delas é a de São Sebastião, realizada em Parelhas, durante o mês de janeiro. No meio do ano (além das

já citadas, que têm Santa Ana como padroeira, em julho), têm-se as festividades de São João Batista, no mês de junho e em dezembro, município de Jardim do Seridó, é hasteada a bandeira de Nossa Senhora da Conceição. Mesmo nos meses em que não se comemora festa religiosa, com exceção de fevereiro, comumente mês do carnaval, em abril tem-se a Semana Santa, onde a Paixão de Cristo é cultuada e, também, comemora-se a Páscoa. Por fim, em maio todas as paróquias estão em festa em homenagem à Maria (Mãe de Deus). Parece pertinente falar que o Seridó *respira* religiosidade a ano todo.

3.1.4 O Algodão

Se nos primeiros tempos o gado foi à base de construção do Seridó, o algodão entra na cena seridoense em virtude da Revolução Industrial Inglesa, ao necessitar cada vez mais de matéria-prima para suas fábricas de tecido, e com a luta de independência dos norte-americanos (1776 – 1783). A cotonicultura, que até então era atividade de subsistência, passa a ser incentivada em diferentes áreas das Américas, aí se incluindo o sertão nordestino, e, neste, o Seridó.

Mas, o algodão entraria definitivamente na história de construção da região com a eclosão da Guerra de Secessão dos Estados Unidos na década de 1860

“que teve como consequência uma interrupção das exportações americanas do algodão para o mercado europeu, a cotonicultura recebeu um novo estímulo no Nordeste do Brasil, os algodoads se espalharam por diferentes províncias, permitindo um segundo surto exportador de algodão pelo país e consolidando essa lavoura como uma atividade agrícola típica dessa região

e de grande importância, particularmente no Rio Grande do Norte.”
(MONTEIRO, 2000, pp. 129 – 30)

Quadro 1: municípios, seus respectivos padroeiros no Seridó e suas festas religiosas

Muni- cípio	Cai- có, Cur- rais Nov- os, Sant- ana do Ser- idó e Sant- ana do Mat- os	Carn- aúba dos Dant- as e São José do Ser- idó	Aca- ri	Jardi- m do Ser- idó	Serr- a Negr- a do Nort- e	Jucuru- tu, Florâ- nia, Parel- has e Equador	Cruz- eta	Cer- ro Cor- á, São João do Sab- ugi	Jardi- m de Pira- nhas	Ouro Bran- co	Lagoa Nova e Tenen- te Laure- ntino	Ipue- ira	São Vinc- ente	São Ferna- ndo	Timb- aúba dos Batist- as
Padr- oeiro	Sant- a Ana	São José	Nos- sa Sen- hora da Gui- a	Noss- a Sen- hora da Con- cei- ção	Noss- a Sen- hora do Ó	São Sebastião	Noss- a Sen- hora dos Rem- édios	São João Bat- ista	Noss- a Sen- hora dos Aflit- os	Divi- no Espí- rito Sant- o	São Franc- isco de Assis	Noss- a Sen- hora do Perp- étuo soco- rro	São Vice- nte Férr- er	Noss- a Sen- hora do Patro- cínio	
Mês de festa	Julh- o	Març- o	agos- to	Deze- mbro	sete- mbr- o	Janeiro/n- ovembro	Outu- bro	jun- ho	sete- mbr- o	sete- mbr- o	Outub- ro	agos- to	sete- mbr- o	nove- mbro	Nove- mbro

Fonte: Anuário da Diocese de Caicó – 2007

Assim, a região Seridó torna-se a maior e melhor produtora de algodão do Rio Grande do Norte e um grande produtor do Nordeste brasileiro, principalmente, através da variedade *mocó*, a partir de 1880 estendendo-se até a década de 70 do século seguinte.

Nesse sentido “A cotonicultura representou, nas chamadas províncias do *Norte*, a única cultura que concorreu de forma marcante com o açúcar em termos de exportação para o mercado internacional. [...] O *Nordeste* agrário não-açucareiro será redefinido, portanto, pelo algodão.” (MACÊDO, 2005, p.175)

Porém, com o fim dos conflitos americanos, a Inglaterra retoma seus vínculos comerciais com os Estados Unidos e o algodão oscila no Nordeste brasileiro. No entanto, “o desenvolvimento da indústria têxtil algodoeira nacional garantiu a permanência da cotonicultura como setor agrícola de peso na economia nordestina.” (Monteiro, 2000, 176) A produção de algodão, no Rio Grande, disputa espaço de igual para igual como maior produto de exportação do estado.

Com o mercado favorável, o algodão *mocó*, variedade nativa do Seridó, ganha espaço e deixa marca incisiva na economia e no imaginário da região como sendo a malvacea uma das responsáveis por um Seridó forte como sua gente.

Portanto, o Seridó, neste olhar, parece razoável dizer, fez-se dos *currais de gado*, da fé Católica Apostólica de Roma e dos capuchos do algodão *mocó*.

3.1.5 Um Olhar Contemporâneo na Região Seridó

Localizada em pleno semi-árido nordestino, a região Seridó não apresenta aspectos naturais exuberantes, sua vegetação é baixa, rala, características do bioma caatinga. Seus solos são rasos e de pouca fertilidade, o tabuleiro predomina na paisagem seca, sendo os aluviões raros e apenas presentes nas chamadas terras baixas, próximas aos rios.

Hoje, a região conta, segundo o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó (PDSS), com 28 municípios, distribuídos em três zonas, a saber: Zona de Currais Novos, com 06 municípios; Zona de Caicó, com 12 municípios e Zona das Serras Centrais, com 10 municípios. Veja-se a distribuição no Quadro 2 abaixo.

Quadro 2: Zonas homogêneas e municípios do Seridó

ZH DE CURRAIS NOVOS (06 municípios)	ZH DE CAICÓ (12 municípios)	ZH DAS SERRAS CENTRAIS (10 municípios)
Acari	Caicó	Subzona de Santana do Matos (07 municípios)
Carnaúba dos Dantas	Cruzeta	Bodó
Currais Novos	Ipueira	Cerro Cora
Equador	Jardim de Piranhas	Florânia
Parelhas	Jardim do Seridó	Lagoa Nova
São Tomé	Ouro Branco	Santana do Matos
	Santana do Seridó	São Vicente
	São Fernando	Tenente Laurentino Cruz
	São João do Sabugi	Subzona de Jucurutu (03 municípios)
	São José do Seridó	Campo Grande
	Serra Negra do Norte	Jucurutu
	Timbaúba dos Batistas	Triunfo Potiguar

Fonte: PDSS – 2000

Esses municípios ocupam $\frac{1}{4}$ do território potiguar. A população da região é de 289.767 habitantes e corresponde apenas a 11, 3% da população norte-rio-grandense.

Com relação à economia seridoense atual, o setor agropecuário, através da bovinocultura leiteira, vem sendo seu “puxador”. A bacia leiteira é a segunda maior do estado, principalmente, incentivada por um programa governamental, o Programa do Leite.

UM TÍMIDO COMENTÁRIO SOBRE OS EMBRIÕES REGIONAIS

Mas, talvez, uma das coisas que mais caracterize a região seja a pessoa que nela nasce. O apego que o nascido nesse sertão tem às suas origens revela muito do que é o Seridó: antes de qualquer coisa, o Seridó é a terra dos seridoenses.

Pode-se também dizer, que as atividades econômicas e sociais, elementos materiais e imateriais das matrizes formadoras da região, podem ser consideradas a base onde foram erguidos os pilares de sustentação regional. O elemento religioso (católico apostólico) de Roma apresenta-se, historicamente, como a liga que une e fortalece a estrutura de formação do Seridó.

Parece pertinente afirmar (como se verá no item seguinte), mesmo que seja com a devida cautela exigida, que o embrião do capital social seridoense pode ser encontrado nos cheiros exalados dos currais; na fé e devoção representada pela *Cruz de Nosso Senhor* e na esperança de um sertão tangido pelo progresso estampado nos roçados pelos capuchos do algodão mocó.

3.2 ANTECEDENTES ASSOCIATIVOS NO SERIDÓ: GESTOS PRIMITIVOS

Com a intenção de encontrar elementos que indiquem as origens de civismo, solidariedade, reciprocidade, ajuda mútua e ação associativa na região, procura-se

basear no caminho percorrido por Putnam (2002). Ele afirma estar no passado das comunidades os traços e elementos de capital social que colaboraram com a região Norte da Itália (moderna) para que ela apresentasse melhor desenvolvimento regional em comparação com a região Sul, durante os primeiros vinte anos do processo de regionalização italiano.

Para verificar tal fato, o autor lança-se nos caminhos da história e chega aos tempos medievais da Itália. O trajeto histórico percorrido o leva a encontrar comunidades que, por passarem por dificuldades semelhantes, somam forças para reduzirem problemas comuns entre si. São as chamadas comunidades cívicas. Se o capital social tem suas bases no passado, se segue, aqui, passos rumados até as décadas de 50, 60 e 70 do século XX com a intenção de encontrar (ou não) vestígios de ações comunitárias e associativas para verificar se, no caso do Seridó, assim como na Itália, guardadas as devidas especificidades, as raízes do capital social estão fincadas em outro tempo (ou não).

Para isso, utilizar-se-á a história para *iluminar veredas* que levem as ações de solidariedade, civismo e ajuda mútua na região. As fontes históricas principais serão os testemunhos de pessoas que viveram tais ações no período acima proposto ou que viram e ouviram sobre os acontecimentos e alguns textos escritos diretamente sobre o Seridó. Estas serão as fontes documentais para se atingir o objetivo aqui proposto.

A oralidade de pessoas que vivenciaram décadas de muitas dificuldades, geradas pelas conseqüências das *secas* e pela distância de políticas públicas do Estado, podem revelar fragmentos pioneiros de ações comunitárias e associativas na região. Apresentar-se-á, para isto, os elementos seguintes, distribuídos por dimensões: (a) cacimbas e cercado comunitário, (b) colheitas (feijão, milho e arroz,), (c) a debulha (feijão), (d) a *batida* do arroz, (e) o descaroçamento do algodão (para uso doméstico), (f) a apartação e vacinação do rebanho, (g) as ofertas de alimentos na Semana Santa e (h) a *farinhada*; a partir deles, se argumentará e analisar-se-á se há de solidariedade, ajuda mútua e ação associativa etc.

3.2.1 Dimensão Socioeconômica

O Seridó, conforme já discorrido, tem nas raízes o elemento pecuário, foi ele o primeiro a oferecer às ribeiras dos sertões uma idéia de *lugar*, no sentido de colonização/povoação, especialmente, no tocante à economia. Para que os *currais* expandissem suas fronteiras em quantas léguas fossem necessárias, a produção de alimentos agrícolas teve lugar cativado no setor econômico local. Se com o gado o sertanejo colabora com a produção de carnes, queijos e couros para a economia do Nordeste, principalmente, durante a colônia, com a terra dos baixios ele retirou parte importante dos itens de sua dispensa.

A chamada agricultura de subsistência foi o outro “lado da moeda” da economia sertaneja, ou, dito de outra maneira, a coadjuvante importante no desenrolar do

espetáculo do *crear dos sertões*, seja com a pecuária ou, no caso do Seridó, também, com o algodão. Apresentar-se-á, a seguir, fragmentos dessa atividade objetivando uma colaboração na construção dos antecedentes associativos seridoenses. O feijão, o milho, o arroz, a macaxeira e a mandioca, essa principalmente, para a produção de farinha foram culturas fundamentais, seja de roçado ou vazante, para a sustentação do homem sertanejo⁸.

3.2.1.1 O uso coletivo de cacimbas e cercados comunitários

O trabalho de escavação e zelo com as chamadas *cacimbas* nos leitos secos dos rios e riachos, que se remonta a gerações passadas, pode conter elementos que se busca aqui. Quando os períodos de escassez de chuvas começavam a trazer consigo suas causas, os seridoenses buscavam água nos leitos secos dos rios e dos demais riachos e córregos, prática comum no semi-árido brasileiro, abrindo a areia até chegar ao lençol freático. Construindo as *cacimbas* eles encontravam a água do *gasto* de casa e para garantir a *semente* de gado⁹.

A carência e até a falta de água faziam com que as águas encontradas nas cacimbas fossem utilizadas por pessoas a quem a terra não lhes pertencia. As cacimbas, durante as *secas*, ofereceram (e oferecem até hoje) às pessoas do campo e da cidade, uma alternativa parca de enfretamento aos seus efeitos sendo, muitas vezes, a única maneira de resistir e permanecer no sertão. Para Dário de Araújo Gorgônio (ex-

⁸ Ver, para informações sobre economia da região, o PDSS (2000)

⁹ A água do *gasto* de casa, quer dizer, do uso diário nos afazeres domésticos. E salvar a *semente* de gado significa literalmente conseguir passar o período da *seca* com a parte possível dos seus melhores animais.

prefeito de São João do Sabugi - 1984-1988; 1993-1996), 64 anos, “[...] as cacimbas de São João são antigas e eram muitas. Quando Jonas Alencar de Medeiros era prefeito tinha as cacimbas abertas pela prefeitura. Era para todo mundo [...] Quando eu fui prefeito a primeira vez, ainda fiz cacimbas no rio [...]”.¹⁰ Segundo os testemunhos, há 100 anos, pelo menos, os sertanejos constroem cacimbas usando “energia solidária” ou seja se ajudando mutuamente. Esse tipo de ação pode ter sido uma pioneira *maneira* comunitária de lidar com a água: recurso tão escasso no semi-árido.

O agricultor Miguel de Medeiros Brito (54 anos) – do município de São João do Sabugi - confirma as cacimbas comunitárias e ainda revela que “[...] a prefeitura tinha cacimba e tinha também um cercado para todo mundo que não tinha onde criar um bicho criar lá. Era para todo mundo, ninguém era discriminado”.¹¹ O poder público começa a contribuir em questões comunitárias nas décadas de 60, 70 do século XX no município de São João do Sabugi, com cacimbas e com o *cercado da prefeitura*¹².

3.2.1.2 Caatinga, ferro e agulha: vaquejadas solidárias

Mas, a oralidade também revela registros históricos das vaquejadas *primitivas* onde os vaqueiros juntavam-se nos alpendres e oitões das casas das propriedades rurais ao *quebrar da barra*¹³ para, de maneira coletiva, adentrar na caatinga e realizarem a *apartação e ferrar* o gado. Um dos vaqueiros mais antigos (vivo) da região (ainda em

¹⁰ GORGÔNIO, Dario de Araújo. **Entrevista concedida a José Lucena de Medeiros**. São João do Sabugi (RN). 18 dez. 2002.

¹¹ BRITO, Miguel de Medeiros. **Entrevista concedida a José Lucena de Medeiros**. Várzea (PB). 23 dez. 2002.

¹² O *cercado da prefeitura* era um espaço público comum de apoio às pessoas que criavam ou pretendiam criar algum animal para melhoria da renda familiar e não tinham terra para tal.

¹³ O *quebrar da barra*, literalmente significa na aurora do dia.

atividade rural), natural de Jardim do Seridó, Gerson Alves Simões (75 anos) afirma ter participado de muitas apartações, diz que: “Os vaqueiros ia tudo no traje, tudo *incorado* da bota ao chapéu. O *comer* era feito no mato [...] a gente pegava o bicho e botava o ferro do dono.”¹⁴ Atualmente, como as propriedades têm uma infra-estrutura melhor, como um maior número de cercas existentes, são raros os casos de apartação. Mas, até hoje a *vaqueirama* se soma para vacinar o rebanho. Saem cumprindo um calendário nos currais uns dos outros até que todos os rebanhos tenham sido vacinados. Ainda sobre atos de solidariedade, o mesmo vaqueiro Gerson revela que

“[...] um dia, quando a gente morava lá no Riachão (zona rural de Jardim do Seridó), amanheceu uma ovelha malhada amojada lá em casa. Ninguém sabia de onde ela tinha vindo. Papai tirou notícia dessa bicha, mas ninguém soube dizer de quem era ela, nem, também, ninguém veio procurar por ela. Ela ficou lá em casa por dois anos. Quando foi um dia de madrugada, papai acordou com aquela zoada de animal. Nós saímos e demos de frente com um vaqueiro que vinha, há mais de três léguas e meia (lá de Acari), tirar informação da ovelha perdida. Ela já tinha parido quatro bichos, já tinha um rebanho de uns oito [...] Juntamos os bichos, papai separou a metade e a outra metade da cria o vaqueiro levou para Acari.”

Sobre esta atitude do sertanejo, Faria (2006, p 100-1) cita o testemunho de Euclides da Cunha nos sertões de Canudos (Bahia).

“Quando surge no logradouro um animal alheio cujo ferro desconhece, conserva o intruso, tratando-o como os demais. Se é uma vaca e da cria, ferra a esta com o mesmo sinal desconhecido, que reproduz com perfeição admirável; e assim pratica com tôda a decência daquela, de quatro em quatro bezerros porém (sic), separa um, para si. É a sua paga. Estabelece com o patrão desconhecido o mesmo trato que tem com o outro. E cumpre estritamente, sem juízes e sem testemunhas, o estranho contrato que ninguém escreveu ou sugeriu.”

¹⁴ SIMÕES, Gerson Alves. **Entrevista concedida a José Lucena de Medeiros**. Várzea (PB). 12 jul. 2006.

3.2.1.3 Plantar, colher: eu, nós e vós

Outra ação presente no passado do Seridó são as colheitas, as *debulhas* e *batidas* de grãos; como o arroz, o milho e o feijão. Nesses momentos os vizinhos eram convidados pela família dona do *roçado* e de maneira coletiva, colhiam e descaroçavam os grãos num ritual de ajuda mútua, confiança e solidariedade exprimindo ação associativa.

No caso do arroz era feito a colheita e, em seguida, realizado o desmembramento dos grãos dos pendões em um jirau de varas, com uma distância de 2 cm uma da outra, colocadas horizontalmente, medindo aproximadamente 2 metros quadrados, erguido em torno de 1,5 m de altura. O trabalhador pegava os feixes e batiam-nos contra o jirau até que o arroz se desprendesse dos cachos. O processo ritualístico se repetia, até que todos das “redondezas” tivessem realizado as atividades de separar o grão de arroz do pendão, em seguida o arroz era colocado em sacos e transportado para a casa da família a que pertencia.

De maneira semelhante se fazia com o feijão. Primeiro a colheita coletiva, depois se realizava o ato de bater as vargens com pedaços de madeira retirando, assim, os grãos de feijão de suas vargens. Em seguida o grão era *ventado*¹⁵ e armazenado em

¹⁵ *Ventado (ventar)*: ato de colocar o feijão em um lençol ou lona no terreiro e com a força do vento separar os grãos da palha. Com um recipiente apanha-se do solo o feijão misturado à palha. Em seguida leva-o até a altura

silos. Todos plantavam praticamente na mesma semana, em anos de bom inverno havia muito feijão a colher, e os vizinhos juntavam-se para evitar que alguém perdesse o grão (tão precioso nos meses e até anos seguintes), pois se armazenava o do consumo e se comercializava o excedente no mercado local (tanto se vendia como se trocava produtos), seja no *barracão* rural ou na bodega urbana. Havia, assim, confiança recíproca entre os vizinhos.

Ainda com relação ao feijão, havia também a *debulha* que se dava da seguinte forma: as pessoas, depois do jantar, deslocavam-se para as casas dos vizinhos ao claro da lua ou à luz de lamparina, no campo ou nas pequenas povoações e cidades, e, nas salas e calçadas, debulhavam *trouxas* e *trouxas*¹⁶ de feijão, regadas com um quente e carinhoso cafezinho. Com o milho o procedimento era o mesmo.

Animados com diversas histórias e estórias para gostos diversos, as pessoas se reuniam e ficavam horas trabalhando coletivamente.

A *farinhada* é outra ação que merece atenção. A mandioca, ainda hoje, é um produto importante na economia local e indispensável na mesa nordestina, seja bem cozida com água e sal e servida com carne-de-sol assada na brasa (como é o caso de regiões como o Seridó) ou transformada em farinha e servida como acompanhamento dos mais diversos pratos regionais. A transformação da macaxeira em farinha, no

do peito e o solta. A força da gravidade devolve o feijão ao solo e o vento cuida de levar a palha para outro espaço.

¹⁶ A *trouxa* é uma espécie de unidade de medida utilizada pelos seridoenses onde um lençol serve de recipiente para o feijão. O lençol é colocado no chão, próximo ao paiol, e nele se deposita as vargens, em seguida fecha-se o lençol dando-se nós entre as pontas do tecido: isso é a *trouxa*.

Seridó, ofertou momentos que estão guardados na memória de muitos seridoenses com mais de 50 anos de idade. Produzida de meia ou de terça, o produto era colhido e, em seguida, com data, local e hora marcada, era feita a farinha. Era um momento de fartura, festa e fraternidade, pois os produtores juntavam-se em determinada fazenda com forno apropriado à produção de farinha e, coletivamente, produziam a farinha que era dividida de acordo com a quantidade de macaxeira que cada um levava para a *farinhada*.

“[...] primeiro a gente fazia a farinha e dividia, depois era hora de fazer o beiju, agora não era um beijuzinho, não [...] era grande. [...] o trabalho só acabava quando todo mundo saía com sua farinha [...]”¹⁷ (diz o agricultor Dedin de Neco de Sérvulo). Hoje a região não apresenta mais a festa da *farinhada*, com exceção dos municípios da Serra de Santana, onde se concentra a produção de macaxeira da região e também de farinha, que em uma ou outra comunidade rural os pequenos produtores fazem sua farinha à moda antiga. Mas, o mais importante é que a *farinhada* contribuiu na construção do tecido coletivo regional.

Por fim o algodão. Um dos produtos mais importantes da história econômica do semi-árido nordestino foi, sem dúvida, o algodão (ver item 3.1.4); seja em virtude dos conflitos norte-americanos no tocante a sua independência e a Guerra de Secessão, ou pela expansão da indústria têxtil britânica, e/ou pela industrialização do setor têxtil nacional. O fato é que

¹⁷ BRITO, Miguel de Medeiros. **Entrevista concedida a José Lucena de Medeiros**. Várzea (PB). 23 dez. 2007.

“O algodão, em uma de suas variedades arbóreas, a denominada ‘*Gossipium Brasiliense*’ é uma planta nativa do Brasil. Fiado o tecido pelos índios na época pré-colonial, sempre esteve presente no quadro das ocupações produtivas da colônia [...] era utilizado para a confecção dos tecidos de que servia a massa da população colonial.” (TAKEYA, 1985, p. 25)

No Rio Grande do Norte, conforme discorrido anteriormente, a cultura do algodão foi, junto com o gado, um elemento importante na *criação* dos sertões. Um fato curioso é que

“O algodão era por natureza uma cultura mais democrática que a cana-de-açúcar. Não só os grandes proprietários, utilizando mão-de-obra escrava e assalariada, cultivavam-no, como também os pequenos proprietários, foreiros e moradores. [...] Koster, ao percorrer o Nordeste, encontrou-o cultivado nas terras descansadas, em associação como o milho. Esta era uma das suas grandes vantagens: partilhar com uma cultura de subsistência a terra que ocupava [...] Além disso, após a colheita, feita no período mais seco do ano, podiam a rama do algodoeiro e a palha do milho servir de alimento ao gado [...] justamente nos meses mais secos do ano, quando o gado não dispunha de pastagens no campo” (ANDRADE, 1986, pp. 125-6).

A cultura associada do algodão com o milho, além ter a vantagem de utilização de pouca mão-de-obra, já que era um único cuidado agrícola para dois cultivos, e, também, oferecer dois subprodutos importantes à pecuária: a rama e a palha, tinham outras vantagens: (a) era (é) uma cultura de curto ciclo vegetativo; assim ocupa menos o agricultor e menor quantidade de mão-de-obra e (b) o produtor/agricultor não (pré) industrializava o produto, já que havia na região indústrias descaroadoras e até mesmo de beneficiamento algodoeiro mais complexo.

Ora, estes elementos geravam, pelo menos, mais duas questões importantes, a saber, conforme análise de Andrade (1985, pp. 147-181): primeiro, em virtude do

curto ciclo vegetativo e da pouca mão-de-obra utilizada, o cultura algodoeira não se mostrava viável para a utilização do trabalho escravo, pois era uma atividade que ia de maio a dezembro, assim, o escravo não teria ocupação durante os meses de janeiro, fevereiro, março e abril, e isto encarecia a manutenção da escravaria. Logo, o proprietário buscava alternativa vantajosa e lucrativa para suas atividades, por um lado.

A segunda questão diz respeito a rama e a palha. Pelo outro lado, ele utilizava a terra em regimes de meia, de terça, de quarta e, também pela *palha* (como era denominada a relação de trabalho da cultura do algodão em associação com o milho). O proprietário explorava numa ponta e na outra ofertava aos pequenos agricultores e trabalhadores rurais a possibilidade de ter seu roçado de algodão. Ora, se o algodão era uma cultura mais democrática, o era em virtude do jogo de interesse e de necessidade dos que produziam, e/ou vivam e trabalhavam na terra sertaneja. Por isso é que o algodão se tornou uma “cultura de ricos e de pobres.” (Idem, *ibidem*, p.128)

Sendo como produto vital à economia no geral ou como parte essencial da subsistência, o algodão, democrático por interesse e necessidade, está presente no cotidiano e na história do sertanejo do semi-árido brasileiro. O Seridó pertence à regra: o algodoeiro é questão transversal na cultura do seridoense: das usinas descaroçadoras; passando pela fabricação de tecidos rústicos, utilizados em produtos como a rede de dormir (utensílio indispensável ao seridoense) ou em casos mais primitivos, como o descaroçamento do algodão para a confecção de pavio de lamparina: as pessoas se

juntavam e o fazia solidariamente até altas horas. Como o jantar era normalmente servido ao cair da tarde, pouco antes do sol se pôr, quando a natureza transitava entre o dia e a noite, esses atos noturnos tinham uma duração média de quatro horas de trabalho, já que o sertanejo dorme cedo e acorda mais cedo ainda.

Então, como era costume ter sempre um rádio de pilha ligado, quando a Emissora de Educação Rural de Caicó – A Rádio Rural - (a mais ouvida pelas pessoas que realizavam a empreitada coletiva, segundo os colaboradores dessa pesquisa) saía do ar era o momento de encerrar os trabalhos, agradecer e se sentir agradecido à ajuda recebida. Na noite seguinte, na casa de outra família, o trabalho continuaria.

3.2.2 Dimensão Religiosa

Aqui será feito um rápido resgate das atitudes realizadas durante o período da *Semana Santa*, além de uma recuperação sintética da história da ação social da Igreja Católica (do cenário nacional ao regional/local).

Decerto que região Seridó abriga outros credos, nela encontram-se de evangélicos a cultos afro-descendentes.

“Entretanto, há uma persistência do referencial cristão, que se encontra imantado no imaginário seridoense com uma aderência identitária muito forte. Isto porque, inegavelmente, a religião católica tem um caráter de fundação e instituição de um estilo de pensar, de viver e de delimitar espaço nos sertões seridoenses. [...] Partindo da divisão administrativa da Igreja Católica na Colônia, o Seridó ganhou existência no plano cartográfico como território fiscal – o dízimo do gado era cobrado nesse espaço; como território espiritual – dominado por Sant’Ana; e como território político – a

povoação do Queiquó (antiga denominação de Caicó), posteriormente Vila do Príncipe, como sede do poder civil da freguesia.” (PDSS, 2000, p. 176-7)

O espaço ocupado pelas demais religiões, já há décadas, não tem afastado do imaginário da população a ligação fervorosa com o catolicismo. As festas religiosas, que ocorrem em todos os municípios seridoenses, reforçam isto.

3.2.2.1 Fé e fraternidade: o ofertar da Semana Santa

Na *Semana Grande*¹⁸ havia (ainda há) o costume de ofertar aos vizinhos carnes, leite, queijos, biscoitos e outras guloseimas que estão presentes na mesa de muitos seridoenses, principalmente, durante a Semana Santa.¹⁹

O agricultor, pescador e caçador, Deroci Barbosa de Lucena (81 anos)²⁰ – do município de Ipueira -, revela que “era de costume matar (abater) uma criação (ovino ou caprino, principalmente) e dar a cada vizinho um pedaço (uma porção) de carne. Quando um vizinho matava um bicho (animal) trazia um pedaço p’rá gente”. Era o chamado *jejum*²¹ da *Semana Santa*.

¹⁸ A Semana Santa, período do ano em que a Igreja Católica e seus fiéis revivem a morte de Jesus e comemoram sua ressurreição, também é denominada de *semana grande* que, por sua vez, tem seus dias grandes, como a quarta-feira, a quinta-feira, sexta-feira e o sábado.

¹⁹ Na zona rural e nas pequenas cidades isto se observa com maior intensidade.

²⁰ LUCENA, Deroci Barbosa de. **Entrevista concedida a José Lucena de Medeiros**. Ipueira (RN). agos. 2005.

²¹ Na Semana Santa de 2006 o autor teve o prazer de se confraternizar, durante os *dias santos*, com a família do agricultor Miguel de Medeiros Brito (Várzea - PB), e presenciou a oferta de leite na *Sexta-feira Santa*. Após separar o leite do consumo da família, colocou o que restou em um recipiente e logo os vizinhos começaram a chegar e levar para casa garrafas *peti* com o leite. Segundo ele essa ação, além de ser uma coisa boa que um cristão faz para o próximo, ela também aproxima os vizinhos e cria laços de amizade e confiança.

Até hoje se encontra esse tipo de atitude na região. Dessa maneira, a vizinhança ofertava entre si o que se consumia na mesa do Seridó durante a Paixão de Cristo, de modo que, ao fim, no *Domingo de Aleluia*, a maioria, por ter realizado ações de solidariedade e fraternidade, acabava, de uma forma ou de outra, beneficiando e sendo beneficiada, servindo e sendo servido com seus atos. O lado religioso cristão flui de maneira mais acentuada nesse período. A Igreja Católica, presente desde os primeiros currais nas ribeiras dos sertões e na vida dos seridoenses, deixa marca incisiva na formação da região, como se pode perceber nos relatos.

Para prosseguir mostrando a presença da Igreja Católica no Seridó, de maneira resumida, relatar-se-á o mito de fundação da cidade de Caicó, um dos mais importantes da região. Conta-se que um dos melhores touros de um fazendeiro da região desapareceu do rebanho e, como de costume entre os criadores, o dono do animal saiu à procura do bicho caatinga adentro. Depois de dias de busca, finalmente, o homem o encontrou na ribeira do Seridó, mas o touro parecia estar *espiritado*²² e, furiosamente, atacou seu dono que fugiu desesperadamente com medo do animal. Na fuga, lembrou-se de Santana, de quem era devoto, e pediu à avó do menino Jesus que lhe livrasse da fúria do bicho que em troca ergueria uma capela em sua homenagem no local em que o animal o deixasse de perseguir²³. Após o rogo à Santa, o animal deixou de persegui-lo e o fazendeiro cumpriu a promessa erguendo a capela para Nossa Senhora de Santana.

²² *Espiritado* significa, no entendimento popular, possuído por Satanás.

²³ Para saber mais sobre o mito de fundação de Caicó ver MACÉDO, M. K de. **A penúltima versão do Seridó** - uma história do regionalismo seridoense. Natal/RN: Ed. Sebo Vermelho, 2005.

Sobre esta relação, entre Igreja Católica e população seridoense, Bacelar (2005, p. 17) diz que “A versão não oficial da origem de Caicó, fiel às visões míticas dominantes nos sertões nordestinos, reafirma a força da santa considerada protetora dos pastores.” E a Santa representa o símbolo maior da Igreja na região. Santana, até hoje, é vista como a protetora, não só dos pastores, mas da maioria dos seridoenses.

Discorrendo sobre a construção da identidade do seridoense, Bacelar (ibidem p. 17) afirmar que “Um dos lastros da construção dessa identidade, no Seridó norte-riograndense, é a presença da Igreja Católica na região.” Uma população que guarda, conserva e cultiva a religiosidade católica apostólica romana.

Parece necessário, a partir deste momento, contextualizar a presença Igreja Católica, com sua ação social, desde o cenário nacional, passando pelo Rio Grande do Norte até chegar ao Seridó, já que há uma relação histórica entre Ela e os seridoenses.

3.2.2.2 Ação social católica no cenário nacional

Para tratar a presença da ação social da Igreja Católica na região faz-se necessário esboçar, minimamente, a presença da instituição no Brasil no tocante às questões políticas e sociais, principalmente. Assim, parte-se da criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) com origem nos anos 50 do século XX, onde a fase desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek trouxe capital e tecnologia internacional para a industrialização do país naqueles anos.

Enquanto o Brasil caminhava para a intensificação de seu processo industrial, no campo os problemas aumentavam com o crescimento do êxodo rural causado pela chegada das máquinas e pelas ofertas de trabalho nas cidades, por causa da política de investimentos na indústria e, também, no caso do semi-árido, pelas *secas*. O Brasil, nesse período, perde seu caráter rural e ganha fisionomia de modernidade com o predomínio urbano. Os governos seguintes (Jânio Quadros e João Goulart) continuaram a ter os problemas do governo de Juscelino Kubitschek. Depois veio a ditadura militar implantada em 1964 e nem mesmo com um crescimento médio de 10% ao ano - entre o período de 1968 e 1973²⁴ - o Brasil conseguiu amenizar os problemas no campo.

Nesse contexto, a Igreja Católica ofertou seu apoio aos militares temendo o “perigo vermelho” dos comunistas. “Em 26 de maio, os bispos mais influentes elogiaram o golpe por meio de um manifesto que reconhecia a providência dos militares que ‘intervieram a tempo de impedir a implementação de um regime bolchevista em nosso país’ ao mesmo tempo em que defendia os líderes do laicismo da acusação de comunismo” (SILVA, 1998, p. 47). Muitos foram os que se colocaram a favor da ditadura em seus primeiros anos.

As elites, econômica e política, conjuntamente com a maioria da mídia, “abraçam” os militares, poucos os que tiveram a iniciativa de se colocarem em oposição a eles no início da ditadura. Entre os poucos, fora a esquerda, estavam um grupo do PTB e outro do PSD. Além destes, na ala dos intelectuais e artistas, surgiram

²⁴ Sobre crescimento econômico brasileiro ver Del Priore & Venâncio (2001, p. 345 ss)

opositores, principalmente, no meio acadêmico com professores e estudantes e entre cantores e compositores da chamada MPB.

Só a partir de 1968, com a implementação do Ato Institucional n.º5 (AI5), é que a Igreja Católica passa a se opor a ditadura por causa das ações arbitrárias e desumanas realizadas pelos militares como o fechamento do Congresso Nacional, censura aos meios de comunicação, torturas e mortes (inclusive entre militantes de organizações de bases e, também, religiosos). “Isto porque a repressão perpetrada pela nova ordem atingia agora os membros do próprio clero ou do laicato em conflitos com as forças de segurança. Os grupos católicos que entravam em choque com o aparelho repressivo eram representados pela Ação Popular (AP), Juventude Operária Católica (JOC).” (Idem, *ibidem*, p. 48).

A oposição da Igreja Católica ao regime militar foi mais acentuada em três regiões: no Norte, por causa dos conflitos ocorridos entre os pequenos agricultores e posseiros contra os capitalistas envolvidos na construção da rodovia transamazônica; no Sudeste, em São Paulo, em especial, com a presença ativa de Dom Evaristo Arns que denunciava os crimes cometidos pelos militares e no Nordeste os bispos criticavam as estruturas políticas e econômicas que há séculos causavam desigualdades sociais na região. Nesse período a Igreja se divide em três alas, cada uma delas com uma posição sobre os militares.

“A primeira era denominada ‘progressista’ e encabeçada por Dom Helder Câmara (*sic*). Pregava contra a violência e as injustiças sociais. A segunda era da ala ‘conservadora’, liderada por Dom Geraldo de Proença Guald,

arcebispo de Diamantina, ‘denunciava a ameaça ‘subversiva’ e impertubavelmente apoiava o regime militar’. A terceira era (sic) os moderados, caracterizada por não tomar qualquer posição pública sobre injustiça social e problemas sócio-econômicos.’” (SILVA, 1998, p. 49)

É com essa divisão de compreensão que nasce as Comunidades Eclesiais de Bases da Igreja. Com ela vem a natureza de relações sociais no interior das comunidades de bases. Estas relações já se apresentavam dentro da Igreja através do Movimento de Educação de Base (MEB) iniciado em Natal-RN alguns anos antes. Como definição, as CEBs

“São comunidades pelo fato de reunir pessoas que comungam a mesma fé e que se unem por laços de solidariedade e de compromisso de vida. Estas pessoas se reúnem, normalmente em pequenos grupos e de maneira geral pertencem à mesma vizinhança geográfica. São eclesiais porque constituídas de cristãos reunidos em razão de fé e em comunhão com toda a Igreja. É justamente este dado eclesial que confere a identidade às que (sic) integradas por pessoas populares” (Idem, *ibidem*, p. 53)

Assim, a fé e as questões sociais e políticas juntavam pessoas comuns, leigos e religiosos para enfrentarem a ditadura militar e discutirem outros problemas de ordem social, política e econômica. O Rio Grande do Norte fora pioneiro na ação social da Igreja no Brasil.

3.2.2.3 A Igreja Católica no Rio Grande do Norte: pioneirismo social

A Igreja Católica do Rio Grande do Norte é uma das pioneiras na luta contra as desigualdades sociais no Brasil. Seu Movimento de Educação de Base (MEB), precursor das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), teve início em terras potiguares através das escolas radiofônicas. O objetivo era educar, via programas de rádio, as

peessoas mais carentes localizadas nas comunidades rurais. “Em 1961 foi criado o MEB (Movimento de Educação de Base), por decreto do governo federal. Através de escolas ridiofônicas e orientado pela Confederação dos Bispos do Brasil, esse órgão passou a se impulsionador da sindicalização em diversos outros locais, especialmente em Sergipe, Maranhão e Bahia, onde sua atuação foi mais direta.” (MEDEIROS, 1989, p.77) As emissoras católicas mobilizavam e articulavam os trabalhadores para os encontros de formação sindical e cidadania. Ao mesmo tempo em que educava, fortalecia e organizava o homem do campo, o trabalho da Igreja afastava “o perigo comunista”. Além disso, foi criado o Serviço de Assistência Rural (SAR) para assistir os trabalhadores rurais. Mas, o fato da orientação da Igreja voltar-se para a não penetração do comunismo não foi algo homogêneo. As igrejas locais davam o seu próprio “tom” ao trabalho de base. No Seridó sacerdotes e leigos davam o tom da ação social da Igreja na região, movidos por uma posição menos conservadora.

3.2.2.4 Igreja Católica no Seridó: fé e ação social

Pode-se registrar que no Seridó, entre 1920 e 1940, com a chegada do Bispo Dom José Delgado na região, a Igreja incentiva formas associativas para os trabalhadores rurais e agricultores. “Já em 1929 surgiram as duas primeiras cooperativas da região, sendo a primeira em Currais Novos e a segunda em Caicó.” (AZEVEDO & LIMA, 2003, p. 54). Mas foi em 1950, com a criação do Departamento Diocesano de Ação Social (DDAS), que a Igreja do Seridó passou a ter papel

acentuado na promoção da justiça social e da cidadania através de ações voltadas para formação profissional com cursos diversos como costura e bordados.

Um outro instrumento importante da ação social da Igreja foi a Emissora de Educação Rural de Caicó em 1963. Com esse instrumento de comunicação, a Igreja “passou a desenvolver uma programação sócio-educativa voltada para o mundo rural, intensificaram-se ainda mais os trabalhos de fortalecimento do associativismo e do desenvolvimento comunitário.” (Idem, ibidem, p.55). Pelas ondas do rádio, a ação da Igreja passa a contribuir com os trabalhadores rurais.

Mas, foi nos anos de 1980 que o MEB, em articulação com o recém criado Centro de Capacitação e Acompanhamento aos Projetos Alternativos Comunitários (CECAPAS), que se inicia a elaboração e execução de projetos comunitários na região de maneira mais incisiva. “Em 1984, projetos de criação de pequenos animais, hortaliças e roças comunitárias passaram a ser implementados, assim como, cursos de educação política, cooperativismo e sindicalismo. [...] O acompanhamento desse trabalho dos Projetos Alternativos era feito pelo rádio, através de visitas e encontros.” (idem, ibidem, pp. 57-8)

Em 1988 o CECAPAS é transformado em Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários (SEAPAC), com o objetivo de descentralizar a ação social da Igreja Católica. Este instrumento de ação social da Igreja tem, desde sua fundação,

parte do seu pessoal ligado à esquerda brasileira da época, como José Procópio de Lucena, que é fundador do Partido dos Trabalhadores (PT) na região do Seridó.

O SEAPAC é um serviço da ação social da Igreja com atuação na arquidiocese de Natal e nas dioceses de Mossoró e Caicó. É pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos. Sua estrutura organizacional é a seguinte: assembléia geral, diretoria, conselho fiscal, coordenação estadual e equipe técnica. Tem como missão institucional sensibilizar a sociedade e o poder público norte-rio-grandense para a necessidade da existência e fortalecimento da produção familiar e das organizações representativas de base, enquanto alternativas de desenvolvimento para as mulheres e homens empobrecidos do campo.²⁵

Seu trabalho se dirige no Seridó, primeiramente e principalmente, aos municípios de Parelhas e São João do Sabugi. O primeiro por ter uma história construída entre comunidades e pastorais da Igreja desde a década de 1960; e o segundo em virtude da relação pessoal e familiar que o quadro técnico do SEAPAC tinha com o município.

3.2.2.5 Parelhas e São João do Sabugi: dois municípios e uma só ação associativa

O associativismo atual no município de Parelhas inicia-se na década de 1970. Nessa mesma década, a comunidade Cachoeira enraíza o trabalho coletivo “quando

²⁵ Essas informações foram retiradas do Projeto *A arte de (con)viver e aprender no semi-árido potiguar* (Plano de trabalho elaborado para o trienal 2006-2009 do Seapac)

grupos comunitários informais foram se construindo no interior da comunidade, motivados pela atração da Igreja Católica e de vários organismos não governamentais e governamentais [...]” (AZEVEDO & LIMA, 2003, p. 59). Em entrevista, a senhora Maria José Cabral do Nascimento²⁶, líder comunitária diz:

“Começamos a observar outras comunidades. Aqui já teve desde o início formas de organização, as pessoas já se reuniam para rezar o mês de maio. Aqui já tinha um trabalho com o MEB através de um padre de Caicó, começaram com a alfabetização e foi se desenvolvendo um pouco. Começou o trabalho com a Emater, e começamos a nos reunir, mas no começo era difícil porque não tínhamos preparação e só fazíamos discutir nas reuniões [...] depois [...] entrou o Fundec do Banco do Brasil [...] ai eles começaram a nos incentivar. Padre Raimundo também vinha todo mês fazer reuniões [...] Quando Padre Raimundo chegou aqui houve rejeição, porque os trabalhadores começaram a procurar seus direitos, porque o desenvolvimento era junto com o sindicato e a Igreja.” (Idem, *ibidem*, pp. 59/60)

Na segunda metade da década de 1980, o SEAPAC (ainda CECAPAS) começa a atuar na região Seridó. Os primeiros municípios são Parelhas e São João do Sabugi. Em Parelhas, a convite do Pároco Raimundo Sérvulo da Silva, o SEAPAC vai até a comunidade Juazeiro apresentar o novo serviço da Igreja direcionado para o campo.

Para mobilizar e articular a comunidade, mais uma vez foi utilizado o rádio, através da Rádio Rural, veículo de comunicação da Igreja Católica, e o resultado foi positivo: a comunidade foi mobilizada. A reunião aconteceu e o trabalho começou a ser apresentado às comunidades do campo e difundido. Através de uma entrevista para a Rádio Rural de Caicó sobre a reunião na comunidade Juazeiro, a população da comunidade Cachoeira se fez presente para também conhecer as diretrizes do trabalho.

²⁶ NASCIMENTO, Maria José Cabral do. **Entrevista concedida a Azevedo & Lima**. Parelhas (RN). set. 2002

Desse contato nasce também uma relação com a comunidade Cachoeira e com ela vem o primeiro projeto da comunidade: queijeira comunitária em 1991. Depois, a comunidade conquista os projetos das cerâmicas comunitárias que têm elaboração e assessoria técnica da ação social da Igreja Católica, via SEAPAC. Azevedo & Lima (2003, p.137) constata que

“Os moradores que já vinham sendo envolvidos no trabalho de evangelização e incentivo à organização comunitária da Igreja Católica [...] passaram a se reunir e discutir os problemas visando encontrar solução. Aos poucos foi se introduzindo uma cultura de afirmação coletiva dos anseios da população local, que foi revelando o espaço de Cachoeira, como um espaço comum [...] com a intensificação das práticas associativas informais e das necessidades comunitárias...”

O SEAPAC prestou seus trabalhos ao município de Parelhas de maneira sistemática de 1985 (quando ainda era CECAPAS) até 2005, ou seja, durante 20 anos comunidades rurais parelhenses contaram com assessoria técnica, política, social e pedagógica da Igreja Católica do Seridó.

Com relação a São João do Sabugi, em virtude da relação pessoal que um dos técnicos do SEAPAC tem com a comunidade Cachos, nasce o trabalho social da Igreja no município. A partir da equipe de futebol local, Cachos Futebol Clube, o SEAPAC inicia seu trabalho na comunidade em 1987, data da fundação e registro dos estatutos.

Então,

“Depois de fundada a associação a comunidade passou a dar passos importantes nas conquistas de autonomia política e de cidadania. Organizar a equipe de futebol lhe proporcionou a constituição de práticas coletivas capazes de gerar o fortalecimento das ações de cultura e lazer. Os objetivos da associação Cachos Futebol Clube indicam uma nova forma de pensar e

agir dentro do espaço geográfico, social e político comunitário.”
(MEDEIROS, 2003, p. 29)

Juntos, associação local e SEAPAC elaboram e executam projetos para a comunidade; entre eles a rede de abastecimento de água da Vila Cachos e a bonelaria comunitária.

Assim como em Parelhas, o SEAPAC trabalhou de forma sistemática no município de São João do Sabugi de 1987 a 2005. O trabalho nos dois municípios objetivou fortalecer as comunidades, principalmente as rurais e, em especial, a comunidade Cachos.

A comunidade encontra-se há 16 km a Nordeste de sua sede e a população está em torno de 200 pessoas distribuídas em 39 famílias. Sua economia vem de produtos agrícolas e, principalmente da pecuária de leite, proporcionada pelas margens do Rio Sabugi através das águas do açude público Santo Antônio, que tem a capacidade de armazenar 65 milhões de metros cúbicos de água.

O livro de Atas, que contém a ata de fundação dos Cachos Futebol Clube, assinada por 15 pessoas (sócios fundadores), revela que no mês de fevereiro do referido ano, a comunidade aprova seu estatuto, e em dezembro, funda sua associação desportiva.

Entre seus objetivos, que se encontram no capítulo II, artigo 2º, estão: (a) promover a educação física e incrementar a prática do esporte, dentro de seus limites;

(b) promover meios para a difusão e integração de diversões de caráter desportivo, cultural, social e cívico; (c) promover festas sociais para seus sócios e convidados em geral; e (d) buscar na comunidade uma forma constante dos moradores se encontrarem para o diálogo, entendimento e a paz através da prática do esporte.

Organizar a equipe de futebol lhes proporcionou a constituição de práticas coletivas capazes de gerar o fortalecimento das ações de lazer. Os objetivos da associação Cachos Futebol Clube indicam uma nova forma de pensar e agir dentro do espaço geográfico, social e político da comunidade.

Um ponto que chama atenção na fundação da associação dos Cachos é a presença de José Procópio de Lucena (engenheiro agrônomo) e Josival G. de Figueiredo (professor e pecuarista sabugiense), ambos tinham ligação com a esquerda brasileira da época. O primeiro é fundador do Partido dos Trabalhadores (PT) de Caicó-RN, enquanto o segundo é ex-companheiro de “luta” de Luís Inácio Lula da Silva (presidente do Brasil eleito em 27 de outubro de 2002) nas empreitadas a favor dos trabalhadores do *abc* paulista. Ambos apresentavam ideologias de cunho socialista e são remanescentes da luta contra a ditadura militar no Brasil. Ainda há uma outra participação que merece destaque na fundação dos Cachos Futebol Clube: o professor universitário e pecuarista Clóvis Almeida de Oliveira, membro do primeiro Conselho Deliberativo dos Cachos Futebol Clube.

A participação desses três no processo de formação da agremiação desportiva dos Cachos demonstra que a comunidade recebeu uma assessoria de pessoas com uma formação política e cidadã mais “instruída”. Traziam consigo experiências adquiridas fora do ambiente rural, nas universidades, lutas operárias, trabalhistas e estudantis, para dentro da comunidade. Seus diplomas universitários e outras vivências, sem dúvida, podem ter sido importantes para a organização da equipe de futebol (vale salientar que esses moços são filhos de agricultores. Suas famílias são rurais de gerações e gerações passadas). No momento que isso se somou à vontade dos comunitários fortaleceu e facilitou o processo de organização do time de futebol. Esse foi o pontapé inicial para a organização comunitária local, que em julho de 1995 funda a Associação Comunitária dos Cachos (ACC).

Esses são os primeiros passos do serviço da Igreja Católica no Seridó. Segundo informações dos técnicos (SEAPAC, em Caicó) Damião Santos de Medeiros e José Procópio de Lucena, o SEAPAC se afasta dos dois municípios no final de 2005 porque o trabalho de ação social da Igreja Católica analisa que, tanto Parelhas como São João do Sabugi, já têm um dote de capital social que lhes possibilita “caminharem com suas próprias pernas”, nas palavras dos técnicos²⁷.

3.2.3 Dimensão Educacional

²⁷ MEDEIROS, Damião Santos de. LUCENA, José Procópio de. **Entrevistas concedidas a José Lucena de Medeiros**. Caicó (RN). Fev. 2006.

É comum encontrar na literatura sobre o Seridó citações, explicações, argumentações, afirmações e, até, reflexões sobre o valor que a educação tem para a população seridoense, principalmente, no tocante ao discurso regionalista. Entre o universo de pesquisadores da e sobre a região, a títulos de ilustração e construção de argumento, pode-se citar: Bacelar (2005), Macedo (2005), Medeiros (1998), Medeiros (1998) (ambos in Páginas Sabugienses, 1998) e Moraes (2004), entre outros, apontam nesse sentido, além do PDSS. (2000).

3.2.3.1 Instrução pública no Seridó: preocupação de outrora

No texto introdutório sobre a instância ou dimensão educacional do PDSS (2000, p. 182), é constatado que “um dos elementos constituintes da identidade regional é também o valor dado à educação formal. Ao analisar-se mais detidamente tal constatação, dá-se conta de alguns fatos que são definidores dessa percepção.” Primeiramente a criação da Escola de Latim, em Caicó (na época cidade do Príncipe), na segunda metade do século XIX é um fato que chama a atenção.

“No caso do Seridó, o exemplo mais expressivo fica por conta da Cadeira de gramática Latina, que o Deputado Pe. Brito Guerra fez aprovar na corte, em 1832. [...] Outro elemento significativo é a geração de políticos-intelectuais [...] todos formados em Direito pela prestigiosa Faculdade de Direito de Recife. Formam esses indivíduos os primeiros no Seridó a fazer profissão de fé na qualidade do ensino formal.” (Idem, *ibidem*, p.182)

José Augusto é um caso notório de interesse pela educação da região, quando governador do estado (1924 a 1928) incentivou de forma incisiva educação primária na região, anteriormente integrara a comissão da reforma educacional brasileira. No

século XX (nas suas primeiras décadas), tem-se a criação do Colégio (católico) Santa Terezinha e do Ginásio Seridoense, que ilustram o percurso educacional no Seridó.

A preocupação com a educação na região começa na formação dos primeiros núcleos urbanos. O caso de São João do Príncipe (hoje São João do Sabugi) revela o espírito educacional presente nos líderes edificadores das povoações primeiras da região. O padre Joaquim Félix de Medeiros foi um dos precursores da empreitada educacional, a partir de 1835.

“Com a fixação permanente das fazendas de gado, às margens do rio Sabugi [...] tornou-se imperiosa a necessidade de fundar uma capela com um cemitério para os misteres religiosos [...] Dado o patrimônio, por Ana de Sousa, em 1832, e construída a capela em 1840, lentamente foram sendo edificadas algumas casas [...] A casa do Padre era sóbria [...] O novo sacerdote era professor nato e [...] serviu de luz para iluminar a escuridão do analfabetismo daquela mocidade inculta. [...] Com morada fixa no novo povoado, fez convergir seu rebanho para os cultos religiosos na capela e os meninos para a escola.” (MEDEIROS²⁸, 1998, pp. 11-2-3)

Decerto os alunos, pelo menos em sua maioria, eram de famílias abastadas da localidade, algo comum na *criação* dos sertões brasileiros.

Sobre São João do Sabugi, tem-se, ainda, um artigo de Medeiros²⁹ (1998, p.31) que mostra a origem e evolução das primeiras escolas na localidade onde

“Com a aglomeração de famílias num núcleo, a partir de 1832, o povo de São João do Príncipe começou a ansiar por educação para seus filhos. Provavelmente fez reivindicações diversas, que se concretizaram com a

²⁸ MEDEIROS, Antônio Luís de. *Fundação de São João do Príncipe e emancipação de São João do Sabugi*. In ___ **Páginas Sabugienses**. Edições Mulungu, São João do Sabugi, 1998

²⁹ MEDEIROS, Djanira Araújo de. *Presságios, criação e rumos da primeira escola*. In ___ **Páginas Sabugienses**. Edições Mulungu, São João do Sabugi, 1998.

criação de uma cadeira de primeiras letras do sexo masculino, em junho de 1855 [...] Seria a educação básica para os filhos dos fazendeiros, que almejavam continuar seus estudos em povoação mais desenvolvida. [...] Mestres como os irmãos Manuel Martiniano e José Quintino de Medeiros, além de outros, tinham escolas particulares onde, ao soar da palmatória, iam educando os filhos daqueles que tinham condições de pagar mensalidades.”

Depois, em 1925, no governo de José Augusto, é fundada, junto com outras distribuídas pelo estado, a “Escolas Reunidas”, de caráter público e gratuito. A escola, além de ser para os filhos dos fazendeiros, também era apenas para o sexo masculino, ficando o sexo feminino a se instruir nas *tarefas do lar*, entre outras atribuídas para as mulheres.

Talvez uma das primeiras preocupações com a instrução escolar no Seridó tenha partido de Manoel Dantas, seridoense, bacharel das ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Recife. Numa série de quatro artigos escritos para o jornal *O Povo*, em 1889, ele trata da *vida sertaneja* e sai em defesa do sertanejo acusado de indolência atávica pelos evolucionistas darwinianos. Afirma que

“o sertanejo é ativo e empreendedor, e a indolência da qual é acusado, não é um princípio estabelecido; é uma consequência da má orientação que ele tem de sua vitalidade. Dêem-lhe os conhecimentos precisos, ponham-no a par do progresso em suas manifestação, e o sertanejo será o modelo típico do povo trabalhador, como êsse deve sê-lo (sic).” (DANTAS apud. MACEDO, 2005, p. 148)

Se por um lado ele mostrava-se capaz de resistir aos efeitos das *secas*, por outro se prendia a seu *modus vivendi* dificultando seus *avanço e progresso*, tão apelativos e necessários naquela época de *ventos* da modernidade e de “positividade augustiana” vindo, principalmente, da Europa.

Entre os “conhecimentos precisos”, para impulsionar o sertanejo da paisagem estacionária em que vivia estava a educação, afirma o articulista que “precisamos de idéias práticas e realizáveis; sobretudo de educar o povo ignorante para fazê-lo melhor compreender os seus direitos.” (DANTAS apud. idem, ibidem, p. 154).

As preocupações com a educação seridoense, desde a “construção” da região, nos discursos das elites locais forjaram no imaginário regional a idéia de que se tem no Seridó uma população “educada” em termos de instrução pública. Seria isso algo real, ou apenas uma vontade que vive e sobrevive nas subjetividades da população, passando de geração para geração, como conseqüência dos discursos regionalistas? Existem elementos teóricos e empíricos para afirmar que a tradição associativa seridoense, em sua base de construção, tem a educação (formal) como um dos pilares do seu tecido organizativo?

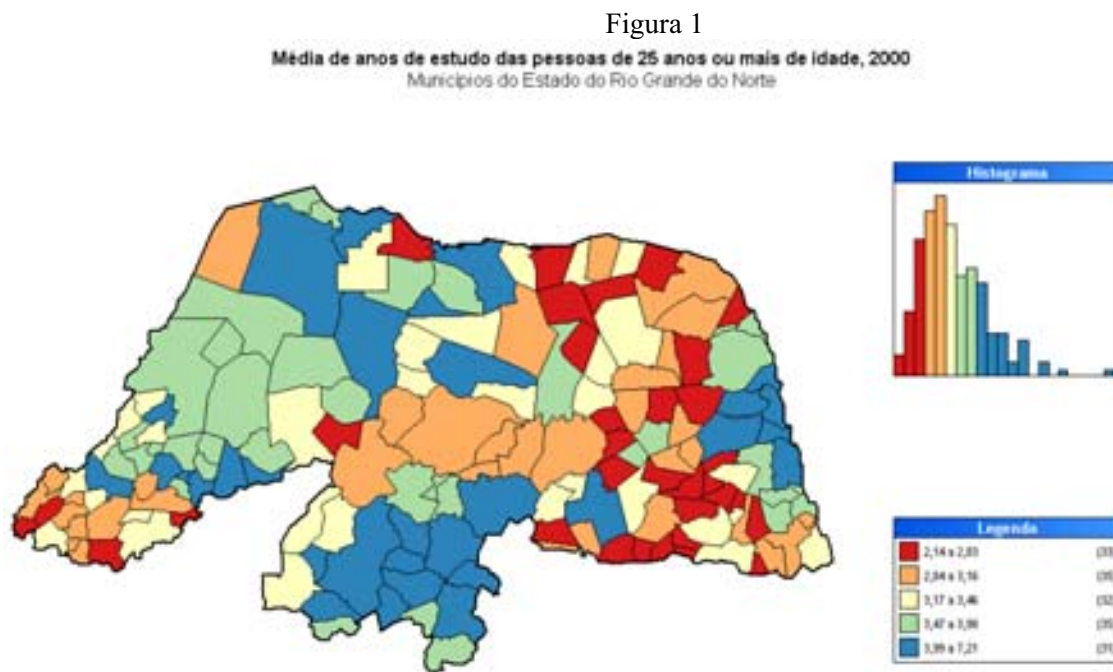
A seguir passar-se-á a “correr a vista” nos Índices de Desenvolvimento Humanos (IDHs) do Rio Grande do Norte na intenção de “esclarecer”, ainda que introdutoriamente, tais questões, no sentido de corroborar na verificação de que, primeiro, a educação na região é mais do que um discurso das elites regionais; segundo, que o nível educacional de uma população é capaz de colaborar para o fortalecimento do capital social regional.

3.2.3.2 Capital social e educação: um visto no IDH

O Seridó vem aumentando seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)³⁰, mesmo sem suas duas principais fontes antigas de geração de trabalho, renda e empregos: a mineração, com destaque para a xelita, e a cultura do algodão *mocó*. É certo que a região apresenta IDH menor que a média do estado Potiguar, e que o IDH vem aumentando no Brasil nas últimas décadas. No entanto, uma das variáveis utilizadas na construção deste índice é a educação; nesse sentido, a região apresenta números que desperta atenção do observador atento. Daí é cabível a questão seguinte: estaria o nível de educação relacionado ao capital social? A Figura 1 abaixo, ajuda na reflexão da questão, pois existem dados possíveis de comparação, já que mostra a média de estudos das pessoas com 25 anos ou mais de idade no ano de 2000 no estado do Rio Grande do Norte.

Observa-se que 11 municípios, dos 26 que compõem a região, estão dentro do intervalo (azul) que vai de 3,99 a 7,21 anos de estudo na faixa etária de 25 anos ou mais, ou seja, o melhor dos intervalos. Seis estão no intervalo (verde) entre 3,47 e 3,98. Outros três aparecem no intervalo que vai de 3,17 a 3,46 (amarelo claro). Nenhum dos municípios da região está nos intervalos 2,84 e 3,16 (amarelo queimado) nem no 2,14 e 2,83 (vermelho), os dois piores dos cinco intervalos. É interessante perceber que 11 dos 31 municípios do Rio Grande do Norte em melhor situação educacional, em termos de média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais (até o ano 2000) estão no Seridó.

³⁰ Para maiores informações sobre IDH no seridó ver *Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó, 2000* e *Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000*.



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil – 2000

Estes índices podem estar relacionados com a capacidade de organização comunitária e associativa da região? Afinal, pode ser plausível colocar em discussão que uma região possa, em virtude do seu capital humano, está mais propensa a aumentar seu estoque de capital social?

Sobre essa questão Rennó (2002), no artigo intitulado *Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina*, baseado nas abordagens de Seligson sobre os estudos de cultura política, testa algumas relações entre confiança interpessoal e comportamento político.

O autor se propõe a verificar quais são “as motivações individuais para participar em empreendimentos coletivos e se envolver em questões públicas, e como

a confiança medida no nível individual aumenta a propensão do cidadão a participar em ações coletivas.” (RENNÓ, 2002, p. 6) Ainda diz que

“Os países latino-americanos com se pode ver nos trabalhos de Seligson (1998) e Inglehart (1997) são os que têm menor confiança interpessoal, em comparação com as democracias norte-americanas e europeias. Os dados de 1996 indicam que mais de dois terços de todos os latino-americanos não confiam em seus concidadãos.” (Idem, ibidem, p.7)

A atribuição a tanta desconfiança se relaciona, segundo ele, com a herança autoritária da América Latina e as recentes mudanças institucionais no tocante a democratização do regime político, além da pouca intervenção do Estado no mercado.

Os dados da Figura anterior, a partir da análise de Rennó, mostram que há possibilidade de relacionar informações sobre educação com formas associativas. Com relação à educação, seu estudo conclui que ela

“varia positivamente com a confiança interpessoal. A medida com que os cidadãos adquirem níveis mais altos de escolarização formal, mais tendem a confiar nos outros cidadãos. A escolaridade aumenta em 16% as chances de ocorrer um comportamento confiante.” (idem, ibidem, p. 17)

Portanto, levando em conta o argumento de Rennó (2002), para a ação coletiva ocorrer é necessário, também, a confiança interpessoal. Pelo apresentado nos itens anteriores, é razoável, pensar que, no caso do Seridó, a educação é um dos suportes do seu tecido social e, conseqüentemente, do associativismo regional; já que a confiança, um dos elementos do capital social, está presente na população.

3.2.4 Dimensão Política

Aqui a proposta é explorar, em termos semelhantes às dimensões anteriores, a malha que compõe o tecido político da região com o objetivo de apresentar e analisar relações e ações políticas que possam contribuir na construção dos antecedentes associativos regionais. Primeiro ver-se-á, em parte, como surgem as relações políticas no discurso e nas práticas das elites políticas locais, acentuando-se a partir da década de 70 do século XX³¹. Em seguida apresentar-se-á a participação da população da região, em linhas gerais, na elaboração do PDSS e em outros momentos mais específicos e localizados.

3.2.4.1 - Relações no sertão seridoense: aspectos horizontais e verticais

A região Seridó, assim como muitas outras regiões nordestinas, caracteriza-se por ser, em termos políticos, uma região onde, historicamente, há um predomínio do paternalismo, clientelismo e do autoritarismo nas relações entre governantes e governados, principalmente, com relação às questões públicas e, em especial, as de cunho partidário e eleitoral onde se sobressaem as relações verticais. Este tipo de relação teria seu radical ligado às carências causadas pela pobreza acentuada nas camadas mais carentes das populações interioranas. Conforme Rennó (2002, p. 16)

“A escassez limita o envolvimento e os laços entre cidadãos porque eles têm de se concentrar na defesa de seu bem-estar num ambiente muito competitivo e economicamente restrito. Isso é inspirado pela idéia de ‘familismo imoral’. Devido à pobreza, os cidadãos se preocupam demais com seus problemas privados imediatos e evitam se engajar com outros

³¹ Escolheu-se trabalhar a partir da década de 1970 em virtude das lideranças políticas e comunitárias, que interessam a este trabalho, estarem vivas; assim, a dificuldade documental será, em parte, amenizada.

cidadãos em questões públicas. Portanto, quanto mais forte a percepção de aumento da pobreza, menos confiantes a população”.

Nesta ótica, e aplicando a observação geral do autor, a região seria um terreno, relativamente, farto para a construção desse tipo de relação.

Grosso modo, uma parte considerável dos municípios da região vive com uma arrecadação praticamente irrisória de impostos e só sobrevive em virtude, principalmente, do Fundo de Participação dos Municípios, de aposentadorias e do serviço público, apenas para citar os itens mais importantes. Por causa destas fragilidades, muitas vezes, as lideranças políticas se aproveitam para exercer o poder continuamente através da política do favor.

As elites políticas regionais demonstram habilidade ímpar na arte de usar artimanhas nas palavras e nas “negociações”, muitas vezes essas artimanhas são carregadas de *dons* em seu favor. Esses *dons* são utilizados para produzir e reproduzir poder político e econômico em favor das minorias locais.

A troca de votos em cargos nas câmaras legislativas e prefeituras é algo, relativamente, fácil de constatar nos municípios da região. Famílias inteiras, muitas vezes, votam em candidato fulano ou sicrano por receber a promessa de *emprego* nos quadros pessoais do poder público local. Ou, como é o caso do município de Ipueira, a família mais beneficiada com cargos públicos (comissionados) foi a da prefeita. Não fosse a lei contra nepotismo está sendo cumprida por força judicial, a situação talvez permanecesse a mesma.

Vereadores fazem poupança durante quatro anos para *gastar* no dia da eleição. “Sem um dinheirinho para o dia, você corre o risco de perder a eleição”³², diz um vereador de um município da região. Um outro vereador, de outro município, revela que durante a campanha eleitoral de 2006, para deputado, negociou seu apoio a um candidato a reeleição por três mil reais, e que tinha lhe prometido 50 votos, pelo mesmo valor negociou seu apoio a um deputado federal, mas, no pacote vieram alguns exames de vista com óculos.

É comum vereadores pagarem contas de energia elétrica e de água de seus eleitores, isso durante o mandato; pagar dívidas nas mercearias e pequenos mercados, também. Em período de festivais ou em festas esporádicas, prefeitos e vereadores compram senhas de bailes às dezenas para distribuírem com seus eleitores, nesse caso, principalmente a juventude.

Um ex-prefeito de São João do Sabugi diz que quando vai a uma festa leva o dinheiro dos eleitores em bolso separado e trocado para facilitar o trabalho de dar dinheiro para os jovens “curtirem a festa”.³³ Poderia se relatar outras mais destas experiências, mas, parece ser suficiente para se ter uma idéia de como se age para ter e estar no poder nos municípios seridoenses. Parece ser uma situação vivida em boa parte do interior brasileiro, principalmente em municípios pequenos.

³² **Entrevistas concedidas a José Lucena de Medeiros.** jul. 2007. OBS: Em virtude de acordo firmado entre entrevistador e entrevistados, as entrevistas deste item não terão os nomes dos entrevistados revelados e nem os locais em que elas foram realizadas (este último, em determinados casos).

³³ **Entrevista concedida a José Lucena de Medeiros.** São João do Sabugi (RN). 30. jul. 2007.

São gestos e ações como estas que fortalecem os laços verticais (Putnam 2002) na dimensão política de uma região. O paternalismo, o clientelismo e o autoritarismo vivendo na fronteira do (*ir*)racional prejudica o capital social pela força da sua verticalidade, mas, como se verá a seguir, há, paralelamente a este tripé vertical, ações horizontalizadas.

3.2.4.2 Participação direta: o PDSS e outros

Com relação aos projetos e programas governamentais e não governamentais executados na região, a população seridoense tem um histórico que se inicia no período de 1920, quando da fundação das primeiras formas associativas, com caráter mais elaborado, como as cooperativas de Caicó e Currais Novos, em projeto de organização social da Igreja Católica (conforme dimensão religiosa) até dias atuais com o PCPR e Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-árido: um milhão de Cisternas Rurais (P1MC), estes com uma abrangência geral da região.

Em termos isolados têm-se, para citar alguns: o Programa de Capacitação Assessoramento Técnico para a Gestão Social (PROCAT), em Serra Negra do Norte (2001); o Programa de Informática no Campo (INFOCAMPO), nos municípios de Caicó, São João do Sabugi, entre outros; o Projeto de Fortalecimento ao Associativismo no Seridó (FAS), em São Fernando (2002); além do trabalho da Igreja

Católica, através do SEAPAC, via convênio com a instituição *Miseror*, da Alemanha, que realiza ações para o fortalecimento coletivo.

O MEB, também, possibilitou participação direta das pessoas nas organizações de comunidades, só para reativar a memória, o caso de Parelhas, nas comunidades Juazeiro e Cachoeira (ver item específico citado antes), é expressivo dessa participação.

Ou seja, 87 anos (quase um século) de trabalhos realizados com participação da população. Na dimensão política, o Seridó tem o acúmulo de mais oito décadas de execução de projetos e programas com dispositivos participativos.

Talvez um dos momentos mais significativos na dimensão política tenha sido a participação da população na elaboração do PDSS, quando atendeu ao convite da equipe responsável pelo plano, principalmente, em virtude de a Igreja Católica ter, diretamente, realizado a mobilização tendo Dom Jaime Vieira Rocha como presidente do Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Seridó (CDS). Além da credibilidade da instituição religiosa e do *pastor*, tem importância relevante o trabalho da equipe técnica do SEAPAC que, na época, já dispunha de elevados níveis de confiança de parcela importante da população da rural e urbana, essa última, em especial, pelo caráter do trabalho desse serviço da Igreja ser, principalmente, ligado ao campo.

Sobre o PDSS Bacelar (2005, p.26) diz que

“Se a natureza não dotou a região de abundância de água, terra fértil ou vegetação exuberante, a sociedade que ai se desenvolveu é construída de pessoas que sempre valorizaram a educação, que tem iniciativa, que são solidárias, que sabem se organizar para conquistar o que julgam importante e não se deixam abater pelas adversidades. Um povo com uma cultura muito especial, que sabem construir seus próprios caminhos, que sabe o que quer. Foi com esse ânimo que seus representantes patrocinaram a experiência de elaboração de um Plano de Desenvolvimento para nortear ações futuras e vêm montando uma nova institucionalidade pela qual pretendem implementar as iniciativas que se propõem valorizar nos próximos anos.”

A metodologia de elaboração do Plano utilizou a participação popular através de reuniões municipais. Delas participaram mais de 1200 pessoas, ou seja, ai tem-se um indicativo da participação da população no processo.

UM COMENTÁRIO CONCLUSIVO

Sobre a formação do indivíduo brasileiro, Viana (apud. Cremonese, 2006, p.79) considera que o traço mais característico de sua construção é o individualismo. Este traço, se fosse verdade, ao ser comparado com a tradição cívica italiana, carregaria com ele a pouca tradição cívica do povo brasileiro, viria acompanhando as gerações pós-colonização e se assentaria no brasileiro de hoje impedindo que ele realizasse ações coletivas que colaborasse com o outro ou com o bem público.

Assim, “Dessa maneira criou-se no Brasil o *homo colonialis*, tendo como características fortes traços de individualismo e desconfiança; um amante da solidão, do deserto, rústico e antiurbano.” (CREMONESE, 2006, p. 79-80) Isto, do engenho aos currais.

“É claro que os laços de solidariedade social, os hábitos de cooperação e colaboração destas famílias na obra do bem público local não podiam formar-se. Com mais razão, não precisava elas associar-se para a vida pública, para organizarem – como as ‘comunidades agrárias’ da Espanha, por exemplo – os órgãos da administração da ‘região’, do ‘município’, da ‘freguesia’, do ‘distrito’. Em conseqüência: o espírito público não podia encontrar leira, nem húmus para germinar e florescer como tradição e cultura. (VIANA, apud, CREMONESE, 2006, p. 80)

O que teria se construído seria uma “solidariedade social negativa”, onde as questões públicas, em qualquer das suas esferas, acabariam na maioria das vezes sendo resolvidas pelos poderosos de cada localidade impedindo, assim, que se construísse a cultura do civismo em que a população atuasse na *coisa pública*.

Em espaços e territórios onde o *coronelismo* ocorreu de forma mais acentuada, isto pode ter se sobressaído com maior nitidez. Assim, o Nordeste, da cana e do gado, pode ter vivido, pelo menos em parte, esta construção de solidariedade social negativa com mais intensidade. A região Seridó, dentro do contexto dos *coronéis*, também foi terreno farto no *fazer e desfazer* dos mandatários locais. Viana, (apud, CREMONESE, 2006, p. 80), afirma, ainda, que

“No ponto de vista culturalístico, o nosso povo é, por isto, sob o aspecto de solidariedade social, absolutamente negativo. *Os pequenos traços de solidarismo social, que nele encontramos, são tenuíssimos, sem nenhuma significação geral: práticas de ‘mutirão’, ‘rodeio’ – e quase nada mais. Isto no que toca nas relações sociais privadas*³⁴. Politicamente – isto é, no que toca com as relações dos moradores com os poderes públicos locais – nada se registra também de assinalável.”

Se, no geral, a cultura do brasileiro se forjou com pouco interesse de colaborar com o outro, prevalecendo o individualismo, típico da sociedade capitalista, pelo menos no específico algo foge à regra: a solidariedade, a ajuda mútua e a ação

³⁴ Grifo nosso

associativa, pelo que demonstra o decorrer do presente capítulo, se não se sobressaem claramente, pelo menos revelam que no lastro da construção da sociedade seridoense, podem-se perceber, ao mesmo tempo, atitudes, no que diz respeito às relações sociais, fincadas na base do ato coletivo.

A questão das colheitas, não só ilustra o caso do Seridó, como, também, oferece elementos para a construção do argumento de que entre os seridoenses há solidariedade, reciprocidade, ações de ajuda mútua e associativa fugindo e/ou afastando-se do predomínio do *homo colonialis*. O quadro abaixo mostra o conjunto das ações associativas na região, e serve de elemento reflexivo para a questão do ponto de partida do capital social regional.

Quadro 3 demonstrativo das ações associativas seridoenses

Número de ordem	Ação associativa
01	colheita de grãos
02	debulha de grãos
03	batida de grãos
04	descaroçamento de algodão
05	Farinhada
06	apartação de gado
07	ferração de gado
08	partilha da Semana Santa

OUTRO COMENTÁRIO CONCLUSIVO

A presença da Igreja Católica no Seridó remonta às próprias origens da região e estende-se até os dias atuais. A literatura sobre a região revela que, junto com os currais, chegava a fé conduzida pela cruz para *zelar as almas colonizadoras*; assim, os sacerdotes, por vezes, adentravam os sertões nos rastros do gado e, em pouco tempo, as casas de fazenda dividiam espaço com as pequenas capelas que alimentavam a

religiosidade dos fiéis sertanejos³⁵. As festas religiosas, chamadas festas de padroeiros (as), revelam, também, a ligação e relação que a população da região tem, até hoje, com a Igreja Católica; como é o caso da Festa de Santana em Currais Novos e Caicó, ambas no mês de julho (conhecido, também, na região pelo mês de Santana) que são as maiores festas seridoenses e, como festa religiosa, uma das maiores do Nordeste.

Morais (2004, p. 366), ao tratar de *Cenários de resistência: matrizes simbólicas*, capítulo de *Geografia da Resistência*, com o objetivo de apresentar um enfoque que privilegie a Festa de Santana de Caicó como manifestação cultural, que perpassa pelo sentido e símbolos da identidade seridoense, diz que

“[...] os atributos desta festa, que se traduzem em uma estratégia para o fortalecimento da identidade e em uma forma de resistência da sociedade. A resposta a esta questão encontra-se nos labirintos da história e remonta-se aos alicerces da formação regional, empreendimento realizado pela colonização portuguesa que deixou para a cultura seridoense, dentre outros legados, o da religiosidade. As vivências e manifestações de fé na região sobrevivem às mudanças espaço-temporais e se instituem como um dos traços da identidade seridoense.”

A festa é uma maneira de a Igreja Católica revigorar a cada ano sua relação de fé e seus laços sociais com os seridoenses, pois a manifestação ultrapassa a dimensão religiosa e atinge o profano. Um e outro caminham paralelos.

São relevantes as atividades como a Feirinha de Santana, com suas comidas típicas e manifestações da cultura popular regional, e da Feira de Artesanato do Seridó (FAMUSE), com artesanato variado destacando-se os bordados de Caicó (que na

³⁵ Para maiores informações ver MACÊDO, 2005.

verdade é uma atividade regional); ou, ainda, os encontros sociais nos balneários (quando o açude Itans apresenta capacidade hídrica suficiente) e bailes, onde parte da sociedade se encontra e se confraterniza.

Comparando com Putnam (2002, pp.119-20-22)

“A religião organizada, pelo menos na Itália Católica, é uma alternativa à comunidade cívica e não um elemento integrante desta. [...] Os vínculos verticais de autoridade são mais característicos da Igreja italiana dos que os vínculos horizontais de solidariedade. [...] Na Itália de hoje, assim como na Itália dos humanistas cívicos da escola de Maquiavel, a comunidade cívica é uma comunidade secular. [...] A Igreja Católica, em seu plano geral, parece-me ter se dedicado a induzir o fiel a se conformar com sua condição social.”

Pelos indicativos apresentados nos itens anteriores, pode-se argumentar que, pelo menos inicialmente, a posição da Igreja Católica, no caso estudado por Putnam, se diferencia, *a priori*, do caso seridoense.

A posição da Igreja Católica na região Seridó a partir da década de 1980, pelo menos, tem sido de ofertar aos menos favorecidos algo de justiça e cidadania e menos miséria e abandono, a partir de sua ação social através do Departamento Diocesano de Ação Social (DDAS) e do Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários (SEAPAC). Principalmente, quando esteve cuidando do *rebanho*, *pastores* como Dom José Delgado, Dom Heitor e Dom Jaime Vieira Rocha.

Somando-se ao corpo sacerdotal estão os leigos que, com o apoio dos pastores, têm pensado, planejado e realizado ações importantes na construção de uma sociedade

menos infeliz e mais preparada para oferecer respostas satisfatória aos seus problemas mais sérios. Como, por exemplo, pode-se destacar sua importante participação na construção do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó (PDSS), que teve apoio e presença ativa e incisiva da Igreja Católica do Seridó, tendo Dom Jaime Vieira Rocha como presidente do Conselho de Desenvolvimento do Seridó (CDS). “Ele empenhou seu prestígio”, diz Bacelar (2006, p.32), “e seus esforços no sentido de mobilizar e envolver os segmentos representativos da sociedade civil do Seridó.” Fator importante para a região.

MAIS UM COMENTÁRIO CONCLUSIVO

Pode-se perceber que, no tocante à educação, a região apresenta uma relativa vantagem em relação a outras regiões do estado, não só pela situação em que a região encontra-se (no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil), mas, também, em termos comparativos com outras regiões do estado potiguar. Há indícios importantes, também nesta dimensão, assim como as duas anteriores, de um elemento “associador” de indivíduos. O Seridó, na dimensão educação, mais uma vez, parece fugir a regra ao afastar-se dos dois terços de população da América Latina que, segundo Rennó (2002), dispõe de pouca confiança interpessoal.

UM OUTRO COMENTÁRIO CONCLUSIVO

As relações verticais, apresentadas e comentadas no item da dimensão política, são partes de um paradoxo instigante. Por um lado os eleitores se prestam aos desejos eleitorais do candidato, dessa maneira fortalecem o clientelismo e o paternalismo, o candidato (eleito) é, em termos pessoais, atendido nos seus interesses. Isto dificulta a mudança de hábito, alimentando o que Putnam (2002) chama de *circulo vicioso*. Ou seja, o culto às ações verticais está, de um lado, formando o paradoxo. Do outro lado, completando o paradoxo está a participação direta e a organização social que vem tecendo o pano social dos seridoenses.

Para se ter uma idéia, os projetos e programas comentados anteriormente chamam a atenção do observador, pois, mesmo que eles, muitas vezes, sejam tidos como algo com pouco resultado, quando somados parecem multiplicar seus resultados e se revelam com certa eficaz, pelo menos na tarefa de colaborar na introdução de elementos da participação direta. Isto se evidencia quando se foca, por exemplo, o modo de organização e gestão das associações comunitárias com seus estatutos, livros de atas, seus convênios e projetos, suas reuniões etc.³⁶

Depois do que foi tratado, pode-se afirmar que caso da região Seridó parece ser uma das exceções à regra. Se uns existem, por determinados motivos, a cultivar a verticalidade; outros, por sua vez, seguem construindo a vereda da horizontalidade,

³⁶ Este assunto é abordado de maneira mais incisiva no capítulo 4

importante para o fortalecimento da democracia e para o desenvolvimento socioeconômico.

4 SERIDÓ: (IN)CONTEXTO ATUAL ³⁷

O presente capítulo constrói o quadro contextual da região Seridó e analisa as associações comunitárias e suas relações com a Igreja Católica e o Programa de Redução à Pobreza Rural (PCPR).

O número de organizações comunitárias rurais cresce de forma significativa nos últimos dez anos na região. Hoje, segundo o SEAPAC, um dos instrumentos da ação social da Igreja Católica no Rio Grande do Norte, a região conta com 500 associações comunitárias rurais, mas houve um crescimento significativo a partir da década de 1990.

4.1 PCPR E O RIO GRANDE DO NORTE: UMA RELAÇÃO EM CONSTRUÇÃO

A título de nota, vale lembrar que a temática do Banco Mundial já foi bastante abordada no Brasil. Mas, para efeito de esclarecimento, salienta-se que sua relação com o Brasil inicia-se em 1949 quando foi realizado o primeiro empréstimo entre o Estado brasileiro e o banco³⁸. De lá para cá, muitos outros empréstimos já foram feitos a essa instituição. Para esta dissertação o que interessa são aqueles direcionados ao

³⁷ As informações e os dados apresentados nesse capítulo foram levantados na região pelo autor deste trabalho no período entre os anos de 2001 e 2006.

³⁸ Para maiores informações, ver Melo (2004)

Nordeste, em especial ao Rio Grande do Norte, principalmente, a partir da década de 70 do século XX até chegar ao PCPR.

Inicialmente é necessário salientar que o PCPR do Rio Grande do Norte, com um recorte especial e específico para a região Seridó, será um componente importante da abordagem desse trabalho por três motivos, a saber. Primeiro, o Seridó Potiguar, desde a segunda metade da década de 1980, (re)constrói sua experiência de organização comunitária que surge em plena crise vivida pela região e se afirma. Essa experiência nasce com a implementação, principalmente, deste programa nos anos 1990, através de convênio entre o governo estadual e o Banco Mundial.

Segundo, a região vem chamando a atenção: de organismos internacionais, como o Instituto Interamericano de Cooperação à Agricultura na América Latina (IICA), o próprio Banco Mundial, de pesquisadores etc. pelo “desempenho satisfatório” de alguns municípios, como São João do Sabugi, Caicó e Serra Negra do Norte, entre outros, na execução de projetos comunitários via associações locais.

Por último, o Seridó recebe visitas *in loco* do Banco mundial nos projetos de infra-estrutura e produtivos, considerados experiências exitosas.

Aqui uma nota, também, é pertinente e necessário. A proximidade da Igreja Católica com o governo do estado potiguar não é algo novo, os capítulos 3 e 4 mostram isto, mas, a relação de aproximação do Estado x Igreja intensifica-se no

século XX. A partir do momento que cresce a esquerda no Nordeste no pós-guerra através, principalmente, das Ligas Camponesas, a Igreja assume uma atitude reacionária e posiciona-se, intencionalmente ou não, ao lado do Estado³⁹. Na última década do século XX e nos primeiros anos do século XXI, essa aproximação volta a ocorrer em virtude do Programa de Apoio ao Produtor Rural (PAPP) e do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR).

A Igreja, além de representar a sociedade civil no Conselho de Desenvolvimento Rural (CDR) – instância responsável para aprovar e acompanhar o os projetos que as comunidades enviam ao PCPR -, atua como agente de confiança do Estado. Isto se apresenta mais claro, talvez, no Seridó, por causa de uma ação mais incisiva da ação social da Igreja, através do Serviço de Apoio aos projetos Alternativos Comunitários (SEAPAC), que presta assessoria às associações comunitárias rurais em projetos dirigidos ao PCPR. Para continuar a ilustração ainda é possível lembrar que a Igreja teve papel de intermediária na construção do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó (PDSS) e, também, realiza convênios com o governo do estado para ofertar capacitação às comunidades em gestão e organização comunitárias. Por último, em 2006/2007 executa, mesmo que com metodologia própria, o programa de cisternas de placas para o governo potiguar.

Após esta nota, direciona-se novamente à questão inicial do capítulo sobre o Banco Mundial e o fortalecimento de laços sociais. Para problematizar a questão, parece salutar fazer uma breve abordagem sobre o Banco Mundial, com as seguintes

³⁹ Sobre isto ver ANDRADE (2000)

indagações: Por que o banco, a partir da última década do século XX, passa a ter preocupação em fortalecer laços sociais em comunidades carentes e elaborar projetos de desenvolvimento econômico? Estaria ele interessado em gerar capital social?

Dadas as escolhas no presente trabalho, com relação ao tema, objeto de pesquisa e aos objetivos, não há intenção de aprofundar tais questões. Mesmo assim, acredita-se que, em virtude de uma compreensão mais apropriada sobre capital social e da importância que o Banco Mundial tem como instituição internacional fomentadora dos chamados projetos de desenvolvimento e combate à pobreza, faz-se necessário problematizar, ainda que de maneira introdutória, tais indagações na intenção de contextualizar de forma “clara” e “arejada” a região Seridó no seu atual quadro socioeconômico, principalmente.

Com base nos trabalhos que o Banco realiza em convênio com estados do Nordeste, pode-se, assim, pré-supor que, primeiro, o Banco estaria focando seus objetivos a partir da discussão das décadas de 1970/80 acerca da crise do Estado. Afinal, na ausência de um Estado que envolva as questões sociais, uma alternativa plausível seria uma sociedade civil forte com capacidade de corrigir problemas de mercado. Em segundo lugar, o Banco, em virtude da conjuntura social e econômica dos países dependentes, poderia, perfeitamente, querer aumentar seu vínculo com a sociedade civil através de parcerias diretas com o Estado ofertando, ao mesmo tempo, na implementação e execução de programas e projetos, dispositivos de descentralização e participação, embora limitada. Um terceiro comentário sobre isso é

que o Banco pode ter passado a “apostar” numa sociedade capaz de produzir algum bem-estar, mesmo que reduzido.

Uma outra coisa a ser pensada é que o Banco Mundial poderia ainda trabalhar com os três pontos comentados, na intenção de “construir” capital social aonde não há, já que, de acordo com Putnam e Fukuyama a confiança é característica essencial do capital social, e, onde ela não existe, é necessário construí-la quando se pensa em desenvolvimento e combate à pobreza (D’ARAÚJO, 2003, pp. 32-40). Além do mais, pode-se pensar que o Banco tem agido, também, com o objetivo de reduzir possíveis tensões sociais.

Seja qual for à intenção do Banco Mundial, o fato é que em 1975, ou seja, ainda durante a ditadura militar, o Rio Grande do Norte é escolhido como pioneiro numa tentativa de implementação de um projeto com objetivos de combater à pobreza, como se verá a seguir.

4.2 DA CENTRALIZAÇÃO À DESCENTRALIZAÇÃO: UMA APOSTA EM CAPITAL SOCIAL

Assim, é financiada a chamada “primeira geração” de projetos que, por causa da polarização centralizada entre os governos federal e estadual as metas do projeto acabam sendo comprometidas. A “segunda geração” de projetos teve um componente denominado de Apoio às Pequenas Comunidades Rurais (APCR). Esse componente

foi considerado pelo Banco um avanço no rumo da descentralização do projeto, já que o APCR exigia que as comunidades participassem da escolha até a elaboração dos subprojetos. Finalmente, vem a “terceira geração” (anos 1990) e com ela o Programa de Combate à Pobreza Rural, que “aprofunda” um pouco mais a descentralização do projeto no estado através de mecanismos de participação dos comunitários, via conselhos municipais de desenvolvimento e de apoio às associações comunitárias.

4.3 O PCPR E O SERIDÓ

Nesse “tanger”, o Banco chega ao Rio Grande do Norte com um projeto de combate à pobreza que, segundo relatório do PCPR (1997 a 2002), apresenta resultados satisfatórios em algumas regiões do estado Potiguar, entre elas, a Seridó. Na avaliação do PCPR, que teve o apoio técnico do Instituto Interamericano de Cooperação à Agricultura (IICA), alguns municípios se destacaram por “melhor desempenho”, entre eles os já citados São João do Sabugi, Caicó e Jardim do Seridó. Seus conselhos se constituíram em espaços estratégicos de análise e deliberação de projetos e de articulação com os governos locais. Esses conselhos detêm 80 % de sua representação na sociedade civil. Desse percentual, a maioria pertence às associações comunitárias. Hoje, todos os municípios da região têm conselhos constituídos, implantados e funcionando, sem nenhuma exceção.

Segundo o Relatório de Implementação do PCPR (2000, p. 10):

“É consenso, pois, no meio técnico e entre as lideranças políticas, religiosas e sindicais, que o êxito obtido com o PCPR no Rio Grande do Norte se deve em grande parte à instituição desses mecanismos de participação direta da população e ao fortalecimento das organizações não-governamentais de assessoramento técnico e das organizações comunitárias, tanto pelos seus resultados práticos, quanto pelo caráter inovador.”

É possível que o tecido associativo regional tenha aumentado e fortalecido durante esse processo de implementação do PCPR, afinal o fortalecimento da sociedade civil deu-se através do aumento da confiança via associativismo, ou seja, o capital social ganhou elementos que fortaleceram o tecido social seridoense pela forma estratégica de descentralizar o projeto. A transferência de atribuições que o PCPR ofertou aos beneficiários colaborou, diretamente, com o aumento da participação da população e com a construção do controle social. Esses elementos são colaboradores no êxito do projeto.

A partir de alguns números, pode-se ter uma idéia mais próxima da proporção de participação e controle social que a sociedade civil tem no PCPR. De 1997 a 2000, o projeto esteve presente em 137 dos 167 municípios do Rio Grande do Norte. Nesse período, atende, diretamente, 96 mil famílias dentro de um universo de 1400 organizações comunitárias de base e com a colaboração de 137 conselhos do FUMAC. O Quadro 4 ilustra a evolução dos municípios atendidos de 1997 a 2000.

Em seis anos o número de municípios quase que triplicou. Isso significa que a máquina técnica/operacional do projeto conseguiu acompanhar o aumento da demanda

dos municípios e, que, também, a assessoria das comunidades foi eficiente no processo de organização da sociedade civil.

Quadro 4 - Evolução do número de municípios atendidos pelo PCPR – RN (1997 a 2002)

ANOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	
	SIMPLES	ACUMULADO
1997	48	48
1998	57	105
1999	06	111
2000	14	125
2001	10	135
2002	02	137

Fonte: PCPR/RN – Relatório de Implementação do PCPR (1997 a 2002)

Um outro fato a ser destacado nesse sentido é que, por outro lado, os beneficiários conseguiram dar respostas satisfatórias no tocante as suas capacidades organizativas e de poder de gestão dos seus subprojetos, ou seja, a assessoria e assistência técnica encontraram resposta nas comunidades.

Essa resposta no Seridó pode ser entendida quando se volta um olhar para os números de associações que o PCPR beneficiou. Se a região possui em torno de 500 associações comunitárias, isso significa que mais de um terço das organizações comunitárias que o projeto atende no período de 1997 a 2002 estão concentrados em 28 municípios, restando 900 organizações distribuídas pelas demais regiões do estado, que somam 109 municípios com a atuação do PCPR. Esse número é revelador da força organizacional seridoense. Olhar-se-á com um pouco mais de “luz” para as

associações comunitárias na região a partir do item seguinte, na tentativa de perceber, com mais clareza, como são suas “víceras”.

4.4 ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS NO SERIDÓ

Dados⁴⁰ revelam a existência de associações comunitárias em todos os 28 municípios que compõem a região. Dentro desse universo, alguns municípios se destacam por apresentarem uma “*certa solidez*” na frequência e na capacidade de articulação, mobilização, ações comunitárias, e a na conquista de projetos, entre eles Caicó, Serra Negra do Norte, Jardim de Seridó, Parelhas, São João do Sabugi etc.

As associações comunitárias, distribuídas pela região, apresentam uma frequência de reuniões internas e participações em encontros externos (regionais) no espaço temporal que vai de suas fundações em meados de 1980 até o final de 2003. Em média, cada associação reuni-se mensalmente⁴¹.

Além da capacidade de articulação política comunitária que essas associações demonstram, elas, também, revelam capacidade produtiva agrícola (feijão-verde, melancia, batata-doce etc.) através das barragens de pequeno porte construídas nos leitos dos rios, como o Espinharas, em Serra Negra do Norte (ver item na seqüência) e de pequenos açudes. Essas obras são frutos da organização dessas comunidades via

⁴⁰ Conforme levantamento realizado pelo autor.

⁴¹ Informações retirada do projeto que o SEAPAC enviou para a Misseror em 2006, onde, em um universo de 40 associações comunitárias rurais, distribuídas pela região, se constatou que seus diretores declaram se reunir, pelo menos, uma vez no mês.

associação comunitária e do PCPR, em determinados casos com apoio de prefeituras e, na maioria dos casos, com a presença da ação social da Igreja Católica, através do SEAPAC.

4.5 ILUSTRANDO O QUADRO COMUNITÁRIO SERIDOENSE: DO POLÍTICO AO ECONÔMICO

Esta ilustração tem dois caráter, a saber: um organizacional/político e outro organizacional/econômico. Primeiro apresentar-se-á o caso ilustrativo do município de São João do Sabugi, onde as questões políticas são percebíveis com menos dificuldade. Em seguida, uma outra ilustração, essa com um teor mais econômico, é o caso de Serra Negra do Norte, onde as questões econômicas surgem com mais facilidade, talvez em virtude das barragens assoreadoras no rio Espinharas.

4.5.1 São João do Sabugi: Participação e Projetos Executados

Um dos pioneiros na organização comunitária rural na região é o município de São João do Sabugi. Por mais de uma década e meia, ele teve o trabalho do SEAPAC presente, especialmente, nas questões organizativas e hoje apresenta alguns resultados importantes de sua organização social. O trabalho do SEAPAC iniciou-se na comunidade Cachos, em 1987 (ver capítulo 3).

Segundo José Procópio de Lucena (Técnico do SEAPAC e representante da Igreja Católica no Conselho Estadual do PCPR) e Dário de Araújo Gorgônio (então prefeito de São João do Sabugi de 1993 a 1996), a fundação de associações comunitárias, com caráter sócio-político e jurídico, seria uma exigência do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), denominação do PCPR no Estado Potiguar no período.⁴²

Assim, com o apoio do movimento sindical rural, do poder público local, lideranças comunitárias e da Igreja Católica, principalmente, dar-se início à tarefa de fundar pequenas associações comunitárias rurais em São João do Sabugi, para a captação de recursos em um programa específico: o PAPP. Isso se comprova nos relatórios do PCPR. Ou seja, as associações foram criadas em virtude de um projeto ou de um programa. Isso ocorre paralelo e processual com outros municípios da região.

As associações conquistam espaço no município e, já na campanha eleitoral para prefeito em 1996, elas ocupam lugar cativo nas falas dos candidatos a prefeito. Assim, com a assessoria da Igreja Católica, as associações elaboraram uma proposta de projeto administrativo com demandas para o campo e cidade; mobilizaram o município com carro de som e entregaram o documento aos candidatos na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), numa segunda-feira (dia da feira do município).

⁴² LUCENA, José Procópio de. GORGÔNIO, Dário de Araújo. **Entrevistas concedidas a José Lucena de Medeiros**. São João do Sabugi (RN). Jun. 2002.

O pequeno prédio do STR estava lotado e dividido entre lideranças, correligionários, candidatos, membros de associações comunitárias e da Igreja Católica. O *vermelho – arara* - (Partido da Frente Liberal – PFL) e o *verde – bacurau* - (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB), cores que representam os partidos locais e suas chamadas oligarquias, dominavam a cidade naquele dia.

Nas eleições de 2000, houve procedimento semelhante. Também, organizaram um evento onde os candidatos a prefeito apresentaram suas propostas e receberam das associações propostas para governar o município. Durante o período de campanha eleitoral, as associações foram o *foco* dos discursos para as propostas de governo direcionadas para o campo, principalmente. Esses espaços são marcados pela presença ativa de ações típicas de capital social.

No tocante à economia, principalmente no que se refere a infra-estrutura à produção, São João do Sabugi apresenta um quadro interessante. Veja-se que, com relação aos investimentos, 97% dos subprojetos financiados pelo PCPR no Rio Grande do Norte têm natureza de infra-estrutura e, muitos desses, estão voltados para a geração de ocupação e renda. O Quadro 5 mostra com detalhes a distribuição da categoria dos subprojetos.

Esse universo é formado por subprojetos de eletrificação rural, açudes, pequenas barragens etc., e assim, a natureza desses subprojetos possibilitou a geração de ocupação e renda. Para ilustrar a capacidade de “transformação” de infra-estrutura

em geração de ocupação e renda, observa-se o caso de eletrificação rural nas margens do rio Sabugi, no município de São João do Sabugi.

Parte considerável da economia do município está na pecuária de leite⁴³ e a maior quantidade dos pequenos produtores localiza-se nas chamadas *rendas do DNOCS*⁴⁴. As 205 famílias que tiram seu sustento, ou parte dele, das *rendas*, antes do PCPR, não tinham como utilizar todo o seu potencial produtivo oferecido pelo rio Sabugi e o açude Santo Antônio, este com 65 milhões de metros cúbicos de capacidade.

Quadro 5 – Número e valor dos subprojetos financiados pelo PCPR segundo a categoria (1997-2002)

CATEGORIA DOS SUBPROJETOS	NÚMERO		VALOR (R\$ 1,00)	
	ABSOLUTO	RELATIVO (%)	ABSOLUTO	RELATIVO (%)
PRODUTIVO	695	38	15.536.322,61	32
INFRA-ESTRUTURA	1063	59	31.613.548,17	65
SOCIAL	51	3	1.197.596,02	3
TOTAL	1809	100,0	48.347.476,80	100,0

Fonte: PCPR – RN / Relatório de Implementação (1997-2002)

Uma das maiores dificuldades encontradas pelos *rendeiros*, era o elevado preço do óleo diesel que alimentava os moto-bombas utilizados na produção de capineira para a alimentação do rebanho. Esse fator impedia o aumento da produtividade do leite

⁴³ *Páginas Sabugienses*, 1998, pp. 18-21

⁴⁴ As *rendas do DNOCS* são pequenas porções de terras medindo em torno de três hectares, sendo parte no aluvião e parte no tabuleiro, distribuídas às margens do rio Sabugi desde a construção do açude público Santo Antônio na década de 1960 pelo Departamento Nacional de Obras Contra às Secas (DNOCS).

e da geração de culturas de subsistência familiar como milho, feijão, melancia e outros produtos, ficando estes limitados, apenas com a produção de vazantes. A eletrificação rural possibilitou a baixa do preço de produção do leite, gerou aumento da produção do leite e de culturas de subsistência familiar; ou seja, gerou o aumento de ocupação e renda para os agricultores. Resultados e frutos de suas associações, também.

4.5.2 Serra Negra do Norte: O Potencial Econômico das Barragens

Um outro caso ilustrativo é o das barragens assoreadoras ao longo das margens do rio Espinharas, no município de Serra Negra do Norte. As comunidades, através de suas associações comunitárias, do Conselho do Fumac e em parceria com a prefeitura, discutiram a questão hídrica do município e diagnosticaram que o potencial do rio poderia ser mais bem aproveitado. Assim, decidiu-se levantar o número de barragens que o rio teria capacidade de receber no percurso do município e chegou-se à conclusão que poderiam ser construídas 11 pequenas barragens.

Os subprojetos foram elaborados, aprovados e encaminhados ao PCPR. Somados, os valores de cada subprojeto foram de R\$ 248.539,09. Como os valores dos subprojetos eram mais elevados do que o projeto poderia financiar, assim, os beneficiários firmaram parcerias com as prefeituras de Serra Negra do Norte e de São Bento, município do estado da Paraíba. Também atuaram com os Programas de Convivência com a Seca, convênio do Governo Federal com a Federação dos

Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte (FETARN), viabilizando a construção das barragens.

Os resultados obtidos com a construção dessas barragens foram os seguintes: (a) disponibilidade para irrigação de 440 hectares; (b) área efetivamente irrigada de 190 hectares entre os anos de 1999 a 2000, com a produção de 340 toneladas de feijão, no valor de R\$119 mil reais; 900 toneladas de melancia , no valor de R\$ 135 mil reais; 288 toneladas de tomate, no valor de R\$ 87 mil reais. Tudo isso somado chega ao total de 1528 toneladas de produtos agrícolas e uma cifra de R\$ 341 mil reais. A soma dos produtos colhidos supera a soma do valor financiado, isso em apenas dois anos de existência das barragens.

Ainda deve ser salientado o aumento significativo do peixe que, com certeza, diversificou o cardápio das famílias, além de gerar, também, ocupação e renda extras. As barragens beneficiaram nove comunidades e 43 famílias diretamente. Esse caso ilustra uma ação positiva do potencial que o Rio Grande do Norte tem em seus rios e riachos, principalmente, a região Seridó que é 100% semi-árida, ou seja, é uma ação de boa convivência com a seca.

O Quadro 6 mostra os projetos das barragens assoreadoras em Serra Negra do Norte. Nas palavras da equipe técnica que elaborou o Relatório de Implementação do PCPR (2000, p. 72)

“O projeto estimula investimentos e empreendimentos de interesse das comunidades rurais formalizadas através do componente Subprojetos Comunitários e que devem ser capazes de gerar ocupação e renda, ampliar a infra-estrutura de serviços básicos, bem como contribuir para o fortalecimento de organização e participação das comunidades.”

Os subprojetos comunitários têm contribuído para ampliar a infra-estrutura das comunidades, principalmente, de eletrificação e hídrica que, como consequência, tem gerado ocupação e renda; além de contribuir, também, no processo de organização política dos beneficiários, já que os projetos proporcionam, a princípio, o debate em torno da escolha das prioridades, colaborando, em tese, de maneira positiva com o capital humano e social das localidades. Em algumas comunidades isto aparece de modo mais acentuado, em outras menos.

Ainda, no que diz respeito à geração de ocupação e renda, é possível falar em “experiências exitosas”. Infelizmente, elas são pontuais dentro das perspectivas de desenvolvimento rural na região.

As experiências não exitosas, também, devem ser levadas em consideração, embora nos estudos e relatórios do PCPR não existe uma única reflexão de experiências não exitosas. Não é difícil identificá-las ao lado de experiências exitosas. Como é o caso dos subprojetos de bovinocultura de leite do município de São João do Sabugi que, depois de dez anos, encontra-se parado. É claro que ainda é possível localizar um ou outro animal, mas, para os objetivos e as metas do projeto, os resultados são preocupantes.

Quadro 6 – Número de beneficiários, valor dos investimentos e fontes segundo os subprojetos

Subprojetos/ Localidades	Famílias beneficiadas	Pessoas beneficiadas	Valor total do subprojeto	Contrapartida da comunidade	Outras fontes	
					R\$	Origem
Curral Queimado	16	72	25.200,00	2.520,00	10.000,00	Pref, Com, Coop, Prog Conv. Seca
Conceição	40	160	22.500,00	2.250,00	17.500,00	
Conceição (recuperação)					30.000,00	
Arapuá	61	268	37.500,00	3.750,00	79.500,00	
Pitombeira	32	127	18.700,00	1.700,00	5.000,00	
Rolinha	31	170	49.646,37	4.513,31	13.366,90	
Barra da Maniçoba	26	117	26.183,29	2.380,21	13.040,90	
Torrões	21	85	16.499,99	1.500,00	30.000,00	Prefcs SNR e São Bento PB
Boa Vista	16	77	52.309,44	4.755,42	24.045,78	
Total	243	1076	248.539,09	23.368,94	223.453,58	

Fonte: PCPR/RN e Relatório de Implementação PCPR 1997-2002

Quando se procura os beneficiários para recolher informação, logo se descobrem fatores que também colaboraram para o insucesso ou dificuldades dos subprojetos. As secas, a falta de local para a criação, a inexistência de assistência técnica são motivos que levaram os subprojetos de aquisição de bovinos ao fracasso. Faz-se necessário refletir sobre casos como esse: como um município que tem parte considerável de sua economia baseada na produção de leite, executa subprojetos de pecuária leiteira de maneira tão desastrosa? Será que os motivos alegados são suficientes para justificar o fracasso dos subprojetos e encerrar o assunto sem reflexão?

A discussão sobre essa questão é importante para elucidação dos “porquês” das experiências não exitosas, já que elas são partes de um todo que compõe o PCPR. É

possível que as respostas a essas questões estejam no próprio processo de implementação do projeto; tanto para as experiências exitosas quanto para as não exitosas.

4.6 ESPAÇO DE CIRCULÇÃO DE CAPITAL SOCIAL

Conforme Putnam (2002, p. 103), no âmbito interno, “as associações incutem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público...”. Nos encontros regionais, como é o caso de alguns ocorridos na elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável Local do Seridó, entre os participantes estavam os representantes das associações comunitárias colaborando na construção do plano.

No âmbito municipal, discutiam políticas públicas; participavam de debates sobre problemas regionais e nacionais; buscavam controle social de recursos públicos e interferiam na elaboração de orçamentos no tocante a pastas do campo. Assim, e falando no geral, “fazem-se visível um novo tipo de ação coletiva – a *ação cidadã*⁴⁵.” (TEIXEIRA, 2002, p. 25). Isso pode ser ilustrado no ocorrido na campanha eleitoral de 1996 no município de São João do Sabugi.

⁴⁵ Grifo nosso

4.7 MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO: UM CONSTRUCTO DE PROJETO ⁴⁶

No primeiro semestre de 1993, é feita uma mobilização na região convidando as pessoas do campo a participarem de reuniões com o objetivo de apresentar o PCPR. Na apresentação do programa, os critérios foram apontados. Entre eles estavam: (a) os projetos deveriam ser comunitários; (b) cada comunidade⁴⁷ rural criaria uma associação comunitária para que o município fosse incluído no programa.

No tocante à fundação da associação, no princípio houve certo receio. Surgiram nas pessoas dúvidas sobre o que seria e como seria um projeto comunitário. Afinal, a cultura do homem do campo seridoense tem base e raiz também numa espécie de “administração familiar” dos seus bens à sua maneira, ligada aos seus antepassados. As tarefas da *luta*⁴⁸ cotidiana, por regra, são divididas entre os homens da família, enquanto as mulheres cuidam do trabalho doméstico. Uma coisa é colher e debulhar (beneficiar) coletivamente, onde não há uma formalidade jurídica; outra é trabalhar normatizados do ponto de vista legal. O contrato social fazia-se (e/ou faz-se) na confiança e reciprocidade.

No projeto de bovinocultura do PAPP, no município de São João do Sabugi, em 1994, as pessoas beneficiadas com os animais não sabiam o que fazer se fosse necessário, conforme se cogitava na zona rural, criá-los em um só curral e numa única

⁴⁶ A descrição nesta secção dar-se a partir da observação participante e direta do autor.

⁴⁷ O termo *comunidade*, é aqui utilizado como um espaço territorial que define a área de abrangência de cada associação comunitária rural de acordo com os termos dos seus estatutos e também pela utilização do termo pelos moradores e residentes desses espaços.

⁴⁸ O termo *luta* no vocabulário do homem rural seridoense significa o cuidado e lida com os seus bens, como o pastoro do rebanho e a ordenha, por exemplo.

propriedade. Que tipo de iniciativa se montaria para dar conta dessa nova forma de trabalhar no campo? O que significava a expressão *projeto comunitário*?

Chegavam à região *novidades* para o homem do campo que, cuidadoso, as via com desconfiança. A ruptura com o tradicional *modo de cuidar* dos seus bens foi uma das primeiras dificuldades do processo, em virtude de séculos seguindo os passos e os rastros dos antepassados na forma de trabalhar com as atividades do campo. Qual a diferença das ações coletivas de outrora para a proposta do PAPP?

Ora, criar uma associação comunitária exigia-se mais que o fato de *juntar* os comunitários para apresentar-lhes a proposta do PAPP, construir e aprovar um estatuto, eleger uma diretoria e um conselho fiscal. Havia, também, outras tarefas, até então desconhecidas para os envolvidos, pelo menos para a maioria deles.

O processo de elaborar um projeto (ou, pelo menos, participar de sua elaboração), submetê-lo a um conselho municipal e a aprovação estadual, em seguida executá-lo com assessoria e capacitação em gestão comunitária era algo, literalmente, *novo* para as pessoas da região. O fato é que havia se construído algo maior e mais complexo que uma pessoa jurídica nas comunidades rurais: fora construída uma *nova* estrutura para uma *nova* organização social, pelo menos a base disso.

Os envolvidos diretamente no processo, sócios e diretores dessas associações, passaram a conviver com novas demandas: uma agenda de trabalho a elaborar e

executar, em um tempo determinado por força de contrato. É uma dinâmica que as associações comunitárias, por necessidade, começam a construir. Não haveria outra maneira de cumprir os compromissos da agenda que o PAPP lhes “impunha”, era necessário encarar e assumir o *novo*.

Essas novas ações passam a ocupar espaço na vida das pessoas que, de certa maneira e em determinados momentos, têm que voltar suas atenções às suas associações comunitárias. O sertanejo tinha que está com um pé no roçado e no curral e outro na associação de sua comunidade.

As associações criadas tinham que ir além da inclusão dos municípios no PCPR, já que só sobreviveriam se “nutridas” fossem com os “alimentos” adequados. Assim, abriram um processo de participação direta no local, com prefeituras como é o caso de Caicó e São João do Sabugi com os encontros anuais de levantamento de demandas e prestação de contas, nos chamados fóruns do campo.

Portanto, o PCPR (*re*)acende o pavio do (*re*)surgimento⁴⁹ de uma (*nova*) *organização social* que se esboça com características e elementos inovadores à região, com redes de debates como afirma Gohn (2003, p 15) no geral “[...] atuam segundo uma agenda emancipatória, realizam diagnósticos sobre a realidade social e constroem

⁴⁹ A organização comunitária fez o movimento social (*re*)surgir pois se crê que, como afirma Gohn (2004, p 13-4) “Na realidade histórica os movimentos sempre existiram e cremos que sempre existirão. Isso porque eles representam forças sociais organizadas que aglutinam as pessoas não como força tarefa, de numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais.”

propostas [...]”, com seus dispositivos de participação. Em seguida, apresentar-se-á um pouco da dinâmica das associações comunitárias.

4.8 FUNCIONAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS ⁵⁰

O funcionamento interno e externo das associações comunitárias pode demonstrar um aprendizado que vem se construindo no dia-a-dia. Suas discussões internas são abertas a toda a comunidade de sua área de abrangência; isso oportuniza os cidadãos a, primeiro, terem sempre direito a voz, e, segundo, de acordo com os estatutos das entidades, terem direito a voz e voto. São nas reuniões ordinárias e extraordinárias das associações, que se percebe e apreende-se o teor de sua gestão. Elas têm caráter público e são abertas à comunidade. As questões são discutidas; as propostas elaboradas e encaminhadas através do consenso ou do voto aclamativo.

As associações são estruturadas a partir de um estatuto social, construído e aprovado pelos comunitários. Depois ele é registrado em cartório, comumente com a assessoria do serviço social da Igreja Católica. É composta de uma assembléia geral, formada por todos que, de direito, queiram se tornar sócios; por uma diretoria executiva e um conselho fiscal; e também têm caráter jurídico com Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

⁵⁰ As informações desse item foram levantadas a partir dos estatutos sociais e das atas das associações comunitárias já citadas, das entrevistas realizadas com técnicos do SEAPAC, nos encontros regionais que participaram as associações comunitárias e, também, nas reuniões de associações em comunidades onde o autor participou de 1998 a 2006.

Nas reuniões para escolha do projeto a ser enviado ao PCPR, os comunitários levantam certo número de propostas e, através do debate, escolhem aquela considerada melhor para o ano. Depois de feita a escolha, os registros da reunião são transformados em uma ata que, após lida e aprovada, é assinada pelos presentes na reunião seguinte ou ao final de cada reunião.

Externamente, as associações comunitárias participam de eventos regionais, como o Encontro das Associações Comunitárias Rurais do Seridó, que já se realizou por cinco edições; seminários temáticos sobre água; desertificação; economia solidária; desenvolvimento local sustentável; políticas sociais; capacitações e aperfeiçoamento na área produtiva; gestão associativa; elaboração de projetos; noções contábeis etc. Com esse tipo ativo de funcionamento, as associações vão cristalizando-se como sujeito coletivo organizado e demarcando espaços de atuação na região.

4.9 SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS: APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais tem sido um pilar de apoio às associações comunitárias da região. Em suas sedes sociais, ocorre parte das reuniões mais gerais sobre as questões do campo. As sedes servem de casa para as associações, mais que isso, os sindicatos também mobilizam e assessoram-nas. Na maioria dos municípios, os sindicatos são os “puxadores” político dos fóruns do campo, eles abrem e fecham

encontros e reuniões. Assim, as associações são, também, “filhas” do movimento sindical dos trabalhadores rurais, através do sindicato local.

4.10 PREFEITURAS: UM APOIO GOVERNAMENTAL NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

As prefeituras municipais, de modo geral, têm sido, ao longo da história, “vilã” no que diz respeito às questões de participação. Historicamente, elas se colocam ao lado dos interesses dos grupos dominantes e seus administradores e se sustentam no paternalismo, clientelismo e, até, autoritarismo. Isso ocorre, comumente, também, nos municípios da região semi-árida do Nordeste brasileiro onde as chamadas oligarquias exercem domínios políticos por várias décadas.

Porém, ao contrário do que parece a primeira vista, no Seridó têm-se alguns *rabiscos* de uma postura que, para os padrões político-administrativos da região, poderia ser considerado, como inovações administrativas. Estes *rabiscos* tornam-se menos embaraçosos em dois municípios: Caicó e São João do Sabugi.

A partir do ano de 1997, o poder público destes municípios começou a tomar uma posição “diferente” no tocante a algumas das questões do campo. O Governo do Rio Grande do Norte naquele ano, começava a executar o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural. Esse programa tinha como finalidade o combate à pobreza

rural através de ações direcionadas para o homem do campo com projetos comunitários a fundo perdido.

As prefeituras, sabedoras das informações do projeto, trataram de incentivar a criação das associações rurais, com o objetivo de elaborar propostas e levá-las para a capital do estado para que, na “*briga*” política, os municípios fossem beneficiados com o programa. Entre elas, os dois municípios em questão. Juntos com a prefeitura estavam os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, o SEAPAC e os líderes comunitários.

Desde então, a prefeitura vem agindo como um parceiro esporádico, dentro do processo de organização comunitária destes municípios. Um parceiro que, de quando em vez, entra em atrito ideológico com o fórum do campo e vice versa, mas, no fim, uma ou outra parceria é fechada. Sobre isso o ex-secretário de Agricultura do município de São João do Sabugi e diretor do Conselho do FUMAC, Israel de Araújo Galvão⁵¹, diz:

“Existem atritos políticos e ideológicos com o Fórum do Campo Sabugiense, mas tem lugar garantido no Conselho do Fumac e é importante dentro contexto do desenvolvimento local municipal. Ela tem se colocado no centro da organização rural não apenas com sua força política institucional de aval, mas, principalmente, com ações mais consistentes como o complemento de projetos”.

No primeiro caso, ocorrido no governo do PMDB, nas gestões de Aníbal Pereira de Araújo (1997-2000 e 2001-2004), a sociedade civil organizada reunia-se

⁵¹ GALVÃO, Israel de Araújo. **Entrevista concedida a José Lucena de Medeiros**. São João do Sabugi (RN). jul. 2002.

com a prefeitura municipal no início de cada ano para levantar, discutir, propor e encaminhar soluções para as demandas, principalmente, no setor rural do município.

No segundo caso, o governo Roberto Germano (PMDB - 2001-2004) também sentava com a sociedade civil organizada para tratar dos problemas da zona rural do município de Caicó. Nesse caso, fora criado o Fórum do Campo Caicoense (FOCAMPO) que, até a presente data, realiza encontros mensais para discutir questões rurais. O FOCAMPO é composto por representantes das associações comunitárias rurais, com o apoio e a assessoria do sindicato dos trabalhadores rurais e da ação social da Igreja Católica através do SEAPAC.

4.11 AÇÕES DO SEAPAC NO SERIDÓ: VISÃO PANORÂMICA

Há quinze anos, pelo menos de maneira mais incisiva, a Diocese de Caicó – RN vem prestando um serviço de assessoria às comunidades rurais da região Seridó. Seus serviços vêm sendo elogiados e criticados por aqueles que fazem parte da *cena* de organização social e política do campo seridoense.

O SEAPAC acompanha e assessora o trabalho de organizações rurais, gerando para as comunidades um leque de informações que possibilitam avanços nas questões das políticas públicas da região. Esse serviço da Igreja Católica participa de forma ativa de criação de associações comunitárias, desde a idéia de fundar até a discussão de estatuto, eleição de diretoria e da formação política e jurídica. Além disso, ela ainda

assessora, elabora e acompanha a implantação/execução de projetos comunitários nos municípios da região, no Seridó Ocidental, principalmente. O Quadro 7 (abaixo) mostra o número de municípios que o SEAPAC atuou ou atua, no Seridó e revela, ainda, informações gerais do trabalho social da Igreja.

Dos últimos anos da década de 1980 até o final de 2005 o SEAPAC focou seu trabalho, principalmente, nos municípios de Parelhas e São João do Sabugi (ver capítulo 3). Primeiro, porque encontrou resposta das comunidades e segundo pelo limite imposto pelos recursos financiados pela *MISEROR* (instituição alemã que financia o SEAPAC), que não são suficientes para alargar o trabalho de acordo com a necessidade da região e com os desejos da própria Igreja. Mas, os limites não foram suficientes para impedir que o trabalho da ação social da Igreja se expandisse por outros municípios.

Outros projetos financiados por outras entidades como a *Manos Unidos* (instituição espanhola) e, também, pelo governo do Rio Grande do Norte, possibilitaram que as ações do serviço social da Igreja chegassem a outros municípios. Assim, a ação social católica ganha espaço e credibilidade, passando a realizar um trabalho de assessoria em 23 dos 26 municípios da região.

Estes elementos revelam a intensidade da presença da ação social da Igreja, através do SEAPAC, na região do Seridó. São 21 anos de trabalhos com as comunidades rurais, principalmente. As oito ações tipificadas no Quadro 7 dão uma

idéia, também, da diversidade do trabalho realizado pelo serviço social da Igreja Católica na região. Observando as informações com mais atenção, percebe-se que existe um caminho percorrido pelo SEAPAC que vai do “ponto de partida”, ou seja, da assessoria na criação da associação, até o prestígio de atividades de entretenimento. Isso estabelece um laço estreito na relação entre as partes, já que ela perpassa diversas esferas da comunidade.

Quadro 7: demonstrativo da atuação do SEAPAC no Seridó de 1985 a 2006

Nº de municípios atendidos	Nº de comunidades atendidas	Tipo de ação realizada	Período de ações realizadas
23	165	1) assessora a criação das associações; 2) elabora projetos nas comunidades; 3) presta assistência técnica em projetos elaborados por ela; 4) acompanha, apóia e assessora as atividades políticas; 5) acompanha e a assessora as atividades de gestão e administração; 6) financia projetos e ações de pequeno porte; 7) elabora e executa projetos de capacitação em áreas como desenvolvimento comunitário e 8) prestigia atividades de entretenimento, lazer e espiritual.	1985 a 2006

Fonte: SEAPAC/2006

Se for considerado que cada associação conta com 30 pessoas (em média) no seu quadro de sócio, significa que, em média, o SEAPAC trabalhou e/ou trabalha, diretamente, com 3300 pessoas, e se for considerado, ainda, que o quadro de sócio tem duas pessoas de cada família, pode-se ter 1650 famílias envolvidos no trabalho de ação social da Igreja Católica. É um número considerável de pessoas e famílias realizando trabalhos de cunho associativo no período de 21 anos. Ainda é possível projetar que, direta e indiretamente, o trabalho da Igreja atinge 8.250 pessoas, se for considerado que cada família tenha, em média, 05 pessoas.

Escolheu-se, dos 23 municípios com a atuação do SEAPAC no período citado, os quatro casos em que há uma atuação com um número mais elevado de comunidades. São eles: São João do Sabugi, Caicó, Ouro Branco e Jardim de Piranhas, objetivando a possibilidade de se ter uma visão mais próxima desse trabalho nas comunidades. Assim, é possível se ter uma idéia mais aproximada das ações em cada município. Os Quadros 8, 9, 10 e 11 mostram comunidades envolvidas, ações realizadas e período de realização.

No Quadro 8, sobre São João do Sabugi, pode-se ver que o município teve por 19 anos a presença do SEAPAC em sua zona rural realizando ações, junto com as comunidades, de ordem política, social etc. É claro que para se ter uma leitura mais sólida sobre tais ações, faz-se necessária uma análise de caráter mais profundo no que diz respeito à pesquisa científica. No entanto, é possível construir uma idéia de como essas ações podem ter gerado laços e nós para o fortalecimento do tecido social local.

Quadro 8: demonstrativo da atuação do SEAPAC no município de São João do Sabugi

Municípios	Comunidades	Tipo de ação	Período (anos)
São João do Sabugi	Cachos, Barra, Pescadores, Caraubinha, Acampamento, Caiçaras, Caieira, Campo Grande, Jatobá/Melado, Riacho do Melado, Jerusalém, Riacho do Salgado, São João de Baixo, Vaca Brava, Volta do Rio de Baixo, Volta do Rio de Cima	Assessoria na constituição de associações e conselho do FUMAC; elaboração de projetos; assistência técnica e assessoria ao Fórum do campo; participação em eventos de entretenimento.	1987 a 2006
Total	16	04	19

Fonte: SEAPAC/2006

Caicó, em sua zona rural, é outro município que tem quase duas décadas de trabalho realizado pela ação social da Igreja. Isso, sem contar as ações antes da

fundação do SEAPAC através do CECAPAS. Uma ação que chama atenção nesse município, é criação e a atuação do chamado Fórum do Campo, que se reúne mensalmente no sindicato dos trabalhadores rurais para discutir questões gerais ligadas ao campo como saúde, educação etc.

O município de Ouro Branco, diferentemente dos dois anteriores, tem 08 anos de trabalho com o SEAPAC, mas o número de comunidades apresenta-se maior do que São João do Sabugi. Isto talvez se explique pelo fato de uma “onda” de construção de associações nas comunidades ter ocorrido, principalmente a partir de 1997, devido às exigências do PAPP/PCPR no tocante à inclusão das comunidades nos programas, onde um dos critérios de participação era a comunidade estar organizada via associação comunitária.

Quadro 9: demonstrativo da atuação do SEAPAC no município de Caicó

Municípios	Comunidades	Tipo de ação	Período (anos)
Caicó	Juá, Palma, Ourives, Umbuzeiro/Concórdia, Barbosa de Cima, Manhoso, Barra da Espingarda, Nova Olinda, Seridozinho, Samanaú, Quixabá, Lajinhas, Miguel, Pau-D'arco, Riacho Fundo, Riachão, Caridade, Sabugi, Barra da Cachoeira, Riacho, Furnas da Onça I e II, Carrapateira, Morada Nova e Bom Jesus.	Assessoria na constituição de associações e conselho do Fumac; elaboração e execução de projetos; assistência técnica e coordenação do Fórum do campo; participação em eventos de entretenimento.	1987 a 2006
Total	26	05	21

Fonte: SEAPAC/2006

Um outro fator que pode ser considerado explicativo, é que no quadro de pessoal do SEAPAC havia um agrônomo com laços familiares estreitos com o

município de Ouro Branco: João Bento da Silveira Figueredo (candidato a vereador na campanha eleitoral de 2004 pelo Partido dos Trabalhadores - PT).

Quadro 10: demonstrativo da atuação do SEAPAC no Seridó no município de Ouro Branco

Municípios	Comunidades	Tipo de ação	Período (anos)
Ouro Branco	Esguicho, Volta do Espírito Santo, Salgadinho/Fechado, Porção Castelo, Porção, Lajes, Cachoeirinha, Gurupá, Timbaúba, Duas Ipueiras, Aroeiras, Cobiçado, Carnaubinha, São Roque, São Roque do Meio e São Roque II	Assessoria na constituição de associações e conselho do Fumac; elaboração e execução de projetos; assistência técnica; participação em eventos de entretenimento.	1998 a 2006
Total	17	04	08

Fonte: SEAPAC/2006

Por último, o Quadro 11 que trata de Jardim de Piranhas, um dos municípios mais novos com a presença do SEAPAC na região. Mesmo assim, como se pode observar, são 15 comunidades envolvidas com o trabalho de organização social.

Quadro 11: demonstrativo da atuação do SEAPAC no município de Jardim de Piranhas

Municípios	Comunidades	Tipo de ação	Período (anos)
Jardim de Piranhas	Riachão, Catucais, Assembléia, Timbaubinha, Cruz, Piedade, Ferreiro, Panorama, Góis, São Francisco, Campo da Paz, Angicos, Juazeiro, Santa Cruz e Santana.	Assessoria na constituição de associações e conselho do Fumac, elaboração e execução de projetos, assistência técnica e apoio na gestão associativa e participação em eventos de entretenimento.	2002 a 2006
Total	15	04	04

Fonte: SEAPAC/2006

O foco principal dessas comunidades é o PCPR. Através de suas associações, os comunitários levantam suas demandas, as priorizam e elaboram seus projetos.

Para continuar a perceber, mais de perto, as ações do setor social da Igreja Católica, veja-se os quadros de resultados entre os anos de 2003 e 2005.

Quadro 12 - Resultados da atuação do SEAPAC em 2003

Qtd	Atividade	Nº de pessoas beneficiadas	Recursos mobilizados (R\$)
123	Cursos de capacitação e formação em diversas áreas	7469	439.201,57
462	Cisternas construídas	462	557.605,94
01	Poço tubular	850	28.328,80
02	Pomar doméstico e tratamento da manipueira	2680	38.498,00
Total	588	11461	1.063.634,31

Fonte: trienal SEAPAC 2003-2005

Estas informações dão uma idéia da força de mobilização e articulação da ação social da Igreja Católica do Rio Grande do Norte e, em especial, na região Seridó. Talvez se possa começar lançando um olhar nas cifras.

Os três demonstrativos juntos (Quadros 12, 13 e 14) somam R\$ 7.907.199,85 para 3654 ações/atividades realizadas, chegando a beneficiar 23.103 pessoas/famílias na área de atuação do SEAPAC nas três Províncias Diocesanas: Natal, Mossoró e Caicó. Se essa cifra for dividida por três, chega a R\$ 2.635.733,20 para cada província diocesana.

Com outra divisão, é possível uma aproximação onde se pode fazer uma análise da relação recursos mobilizados/alocados e ações/atividades realizadas. Quando se divide 2.635.733,20 por três anos (2003 a 2005) tem-se o valor médio para cada província eclesiástica durante um ano: R\$ 878.577,73. Se esse valor for dividido pelos 23 municípios que o SEAPAC trabalha na região Seridó, significa que são R\$ 38199,03/ano por cada município.

Quadro 13 - resultados da atuação do SEAPAC em 2004

Qtd	Atividade	Nº pessoas/famílias beneficiadas	Recursos mobilizados (R\$)
49	Cursos de formação e capacitação em diversas áreas	2941	124.229,16
988	Cisternas construídas	988	1.338.567,65
68	Elaboração execução de projetos do PCPR	1749	1.646.741,64
Total	1103	5678	3.109.567,45

Fonte: Trienal do SEAPAC 2003-2005

Esse recurso é utilizado para despesas com pessoal, ações e atividades planejadas, combustível e manutenção de veículos etc. Segundo os administradores e técnicos do SEAPAC, os montantes são suficientes para a realização do trabalho planejado, mas a demanda é bem maior do que a oferta. Mesmo realizando a parte do trabalho social da Igreja Católica que lhe é determinado, em 21 anos, em 23 dos 26 municípios, a equipe é pequena (três técnicos) e os recursos limitados para cobrir todas as necessidades das comunidades rurais seridoenses.

Quadro 14 - resultados da atuação do SEAPAC em 2005

Qtd	Atividade	Nº pessoas/famílias	Recursos mobilizados (R\$)
77	Cursos de capacitação e formação em diversas áreas	2501	320.000,00
1835	Cisternas construídas	1835	1.140.232,59
47	Elaboração e execução de projetos (PCPR)	1474	2.218.080,33
06	Projetos de educação e saúde comunitária	155	55.875,17
Total	1963	5964	3.733.988,09

Fonte: Trienal do SEAPAC 2003-2005

Porém, os números de comunidades, pessoas/famílias beneficiadas e de ações realizadas distribuídas pelos 23 municípios podem ser considerados relevantes à região, já que dos 16 municípios que o SEAPAC planeja trabalhar com recursos da

Miseror no seu próximo triênio (2006-2009) mais de 40% (07) estão localizados no Seridó. Vale lembrar que a região conta com 450 a 500 associações comunitárias⁵².

O PCPR em seu Relatório de Implementação - 1997-2002 (2002) fornece a informação de que em todo o estado foram beneficiadas 1400 associações comunitárias, ou seja, mais de 30% das associações beneficiadas pelo programa estão no Seridó. Este dado corrobora ser o PCPR um elemento explicativo para a construção das associações rurais no Seridó.

COMENTÁRIOS DE FIM DE CAPÍTULO

Inicialmente, se faz pertinente lembrar a importância que o Banco Mundial vem direcionando no tocante ao capital social. Seus elementos de descentralização em projetos direcionados para os países dependentes e o número de experiências que vem sendo abordadas por ele, revelam que há uma aposta na visão ligada ao capital social⁵³.

No caso do Rio Grande do Norte a descentralização do PCPR, pelo que foi descrito e dissertado, não só foi positiva para o programa como, também, para as comunidades que fortaleceram os laços de confiança e, por conseguinte, o tecido social, pelo menos no caso do Seridó, espaço deste trabalho. A participação direta das

⁵² Para maiores informações ver Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó (2000)

⁵³ Sobre capital social e o Banco Mundial ver site www.wolddbank.com/br

comunidades, via associações locais, colabora no fortalecimento da sociedade civil quando esta consegue, pelo menos em parte, o chamado controle social do programa.

O poder de decisão que as associações dispõem no PCPR (mesmo que o seja limitado), e a forma positiva como que ele vem sendo exercido, tem lhes ofertado um aprendizado que, se por um lado ainda está longe do ideal, por outro indica um caminho a ser construído no que diz respeito a um desenvolvimento socioeconômico mais sólido e satisfatório da região Seridó.

Um outro comentário diz respeito aos diferentes, porém importantes, apoios que o processo de organização social recebe na região. No caso do movimento sindical dos trabalhadores rurais esse apoio é mais largo e profundo, não há um sindicato rural na região que não oferte um apoio às associações comunitárias, uns menos outros mais incisivos; mas, no tocante aos poderes públicos municipais, o que há são apenas um caso aqui outro acolá.

Por fim, a ação social da Igreja Católica, através do SEAPAC, contribui com a vida da organização comunitária do Seridó e, por conseguinte, para o aumento e fortalecimento do capital social da região, também. Talvez mais pela postura social dos bispos que passaram pela região e pelo o quadro de pessoal do SEAPAC, que pela própria vontade social da Igreja Católica em si.

CONSIDERAÇÕES (IN)FINITAS

De início, é bom que se diga que os comentários feitos ao fim de cada capítulo, somados a estas considerações que se seguem, necessitam, posteriormente, de uma análise mais profunda, mas, elas são de momento, resultantes do trabalho investigativo, analítico e reflexivo da pesquisa a que se realizou. Eles são produtos de um aprendizado científico forjado no processo de construção desta dissertação, assim, há que se considerar, e não esquecer-se, que a ciência é, também, processo cumulativo e aberto: se um determinado estudo abre uma porta há que, depois, vir alguém para adentrar pelos corredores que essa porta leva. Que assim seja.

Bem, os antecedentes associativos da região Seridó estão enraizados pelo menos em quatro das dimensões de sua sociedade: na religiosidade católica apostólica de Roma, na dimensão econômica, na dimensão educacional e na dimensão política.

A religiosidade católica, presente desde os primeiros riscos e rabiscos de construção da região através da pecuária, faz parte do que há de mais devoto e sagrado regionalmente. Nela revelam-se os princípios da doutrina judaico-cristã de unidade, partilha e comunhão, caridade, piedade, bondade etc.

Na dimensão econômica, principalmente, em termos de subsistência distribuída, especialmente, entre os pequenos proprietários de terras e aqueles que a utilizavam em regime de meia ou de terça com os grandes e médios proprietários, se salienta as ações de ajuda mútua, confiança e cooperação. Essas ações ocorrem pela necessidade da confiança recíproca, por um lado, mas, por outro, elas bem que podem ser frutos da ação doutrinária da Igreja Católica baseada em princípios cristãos que, pelo menos a partir do que fora dissertado, deixa de lado o dilema do prisioneiro: onde um prisioneiro não colabora com outro prisioneiro, pois o outro pode o trair e o outro, pensando do mesmo modo, resolve não colaborar com um, pois pensa do mesmo jeito: com medo de ser traído. Assim, a ação potencial que pode favorecer a ambos não ocorre e os dois prisioneiros continuam na situação em que se encontrava em momento anterior: presos.

Da mesma maneira ocorre com os dois agricultores que tendo ambos à necessidade de colher o milho, não o fazem de maneira coletiva ou através da ajuda mútua em virtude da recíproca falta de confiança. Pensam os agricultores que seria de bom grado colaborar com a colheita um do outro. No entanto, o medo do outro não cumprir o trato de ajudá-lo depois em sua colheita, faz com que corram o risco ou percam a colheita (HUME apud. PUTNAM, 2002, p. 173).

Pode parecer confuso, aqui, se perguntar: por que os seridoenses apresentam uma tradição associativa se, para alguns (como VIANA apud CREMONESE, 2005 e HOLANDA, 1995), a colonização luso-católica não cultuou o coletivismo? Ao

contrário, o homem sertanejo se construiu, segundo eles, nas brenhas dos sertões um ser individualista. Seria o Seridó uma exceção à regra ou há uma necessidade de revisar este tema nos sertões semi-áridos do Nordeste? Não há aqui a pretensão e nem é este o objetivo deste trabalho, mas, de qualquer forma, fica a questão para reflexão.

A terceira dimensão, a educacional, parece ser outra parte da trança que forma o tecido social seridoense e colabora com sua tradição associativa. Entre outras coisas, um nível razoável de educação formal, pode colaborar na construção do trabalho coletivo e fortalecer o capital social regional. Se assim o for, a região, que se situa bem dotada no tocante à educação (ver capítulo 3), vem, ainda que se guardem os cuidados necessários para não cair na armadilha da precipitação, usando seus níveis educacionais para colaborar e fortalecer seu capital social.

Por último, a instância política. Para o que aqui interessa, esta gira em torno da dicotomia centralização *versus* descentralização; verticalidade *versus* horizontalidade; paternalismo, clientelismo e autoritarismo *versus* arranjos de participação e elementos da democracia direta. Aqui, mais uma pergunta é cabível: como podem ações horizontalizadas conviver ao lado de uma tradição vertical herdadas dos chamados coronéis e do voto de cabresto? Isso é impossível? Ora, é bom lembrar, as ações de reciprocidades, ajuda mútua, confiança (típicas do capital social) têm suas origens em um momento histórico onde a chamada verticalidade, de certa forma, “dominava” a cena no interior nordestino.

O agricultor aposentado e ex-trabalhador rural de São João do Sabugi, Severino Emídio de Medeiros (79 anos), lembra que nas décadas de 40, 50, 60 e até 70 do século XX o voto pertencia aos grandes fazendeiros e políticos do Seridó. “Em véspera de eleição, diz ele, “o fazendeiro juntava seus ‘moradores’ e dizia: ‘Bem gente, meu candidato é fulano de tal’. Entregava a cada um uma chapa e no dia da eleição ia todo mundo *enlençado*⁵⁴. Pronto, ali, ninguém dizia nada, ia lá e votava.”⁵⁵ A tradição associativa foi forjada em ambiente autoritário e convive com ele até o momento atual. Assim, hoje as associações e sua dinâmica de funcionamento vivem e convivem, semelhantemente, junto com um sistema político regional que guarda saliências com aquele de outrora revelado na fala acima. Isto é fato. Na labuta do alimento “nosso de cada dia” o sertanejo ora cria *arranjos* coletivos de sobrevivência, ora mantêm-se ligado aos velhos costumes e tradições políticas eleitoreiras da região.

O trabalho de Moraes (2004), *Seridó: uma geografia da resistência* (em especial no capítulo *Cenários da resistência: matrizes simbólicas*) pode colaborar para uma compreensão mais nítida das artimanhas que os políticos usam em seu favor. Ela utiliza o conceito de identidade regional entendendo que ele corresponde “ao conjunto de valores através dos quais um grupo social [...] se reconhece e se identifica em determinado nível como pertencente a um território geograficamente comum (a região).” (HAESBAERT, apud, MORAIS, 2004, p.351) Em seguida, ela relaciona este conceito com as manifestações regionais para compreender o porquê da recorrência ao

⁵⁴ “Enlençado” significa que os eleitores colocavam um lenço com a cor que representava seu candidato e seu partido no pescoço no dia da eleição e iam votar.

⁵⁵ MEDEIROS, Severino Emídio de. **Entrevista concedida a José Lucena de Medeiros**. São João do Sabugi (RN). Jun. 2002.

nome Seridó na designação dos *seres* e das *coisas* regionais. Neste sentido Macedo (2003, p. 5) afirma que no estado potiguar “talvez somente o Seridó seja um substantivo a nomear o que parece ser uma identidade regional. Tanto isso é verdade que pessoas se denominam seridoenses. Assim, nenhuma outra região do estado tem nome próprio para seus habitantes.”

Ao apresentar e analisar as matrizes simbólicas da *geografia da resistência*, a autora afirma que

“A reestruturação do Seridó, em sua fase recente, foi marcada pelo recrudescimento das manifestações identitárias. Objetos, personagens, práticas, discursos e imagens da região, impregnadas de identidade, conformaram matrizes simbólicas que fizeram da economia, da política e de cultura os cenários de resistência. Neste constructo, a sociedade seridoense reinventou-se no plano das vivências cotidianas em um contexto de urbanização terciária e do reavivamento do sentido de pertença.” (MORAIS, 2004, p.351)⁵⁶

Ou seja, “resistir” no sentido, também, de continuar a viver no lugar. Retirar dele o sustento de cada dia. Esses elementos da identidade simbólica regional configuram, em outras palavras, o recrescer da região.

Ilustrar-se-á a relação políticos e cidadãos com dois casos: o de Vivaldo Costa e o de Manoel Torres, ambos, lideranças políticas da região. O primeiro é conhecido por ser uma *raposa* velha na política potiguar. Em sua carreira política já foi prefeito de Caicó, deputado estadual e até governador do estado Potiguar (ainda que tenha sido por apenas quatro meses). Seu símbolo maior é o jerimum, fruto consumido pelo

⁵⁶ Grifos nossos

sertanejo, forte e muito nutritivo. Além do mais é médico, ou melhor, o doutor “protetor da mãe pobre” como dizem seus eleitores e correligionários.

O outro, se apresenta com uma postura mais cautelosa com os eleitores. É conhecido por um homem digno. Já foi prefeito de Caicó e suplente de senador. Também, é um dos representantes mais “puros” dos bacuraus (PMDB) do Seridó.

Os dois representam bem a política partidária do atual momento em que passa a região no que diz respeito ao modo de fazer política verticalizada. Assim, é na fronteira entre o coletivo e o individual, no limite entre a confiança e a desconfiança que o capital social no Seridó vem pulsando, ainda que embrionariamente ou pulverizadamente.

No tocante ao capital social, percebeu-se que, em termos de origem, ele aparece na colheita, no beneficiamento, em algumas atividades da pecuária, nas festas religiosas e outras manifestações desta natureza. As demais atividades permaneceram sem ou com pouco sentido de coletividade.

Portanto, são no finco destas dimensões que se encontram traços de capital social. Estes alimentam, atualmente, a idéia de que as comunidades e regiões dotadas desse capital podem ser mais férteis na construção do seu desenvolvimento. Junto ao capital social seridoense, está a ação social da Igreja Católica. É claro que ela sozinha, *per si*, não tem a força motriz da mobilização, articulação e assessoria oferecida às

associações comunitárias; afinal, não se pode esquecer, conforme capítulo quatro, que há outros parceiros importantes no processo como é o caso dos sindicatos de trabalhadores rurais, prefeituras e o governo do estado (via PCPR). Mas, ela pode ser considerada, a princípio, como a agulha que puxa o fio que, aqui e acolá, coze o tecido social reforçando-o e, de certa maneira, evitando um “esgarçamento” maior desse tecido.

Afinal, há séculos, desde o Brasil Colônia, que ela está presente na região cuidando da alma, primeiro, e depois do “corpo”. Como dito anteriormente, a Igreja Católica é parte da invenção do Seridó. Além do mais, ela é pioneira no tocante a ação social, principalmente, no que refere-se as de coletividade. São quase 9 décadas trabalhando nas bases, criando cooperativas de pequenos produtores, associações e conselhos comunitários, pastorais sociais diversas etc.. As pessoas do campo e das cidades confiam na Igreja. A credibilidade de sua ação social vem sendo (ou foi) construída há séculos. Prova disto foi a articulação e mobilização realizada pro ela na construção do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó, em que as assembléias populares de discussão do plano ficaram marcadas pela grande presença das pessoas das comunidades.

Uma outra coisa, é que o trabalho de base realizado durante ininterruptos 10 ou 20 anos em alguns municípios, surtiu efeito positivo a ponto de, estrategicamente, o SEAPAC ter se afastado de Parelhas e São João do Sabugi, direcionando atenção para

municípios mais frágeis da região como os localizados na Serra de Santana (Lagoa Nova, Bodó, Tenente Laurentino etc.).

Pode-se afirmar, portanto, que, pela relação histórica entre a sociedade seridoense e a Igreja Católica do Seridó, esta é ponto de referência para aquela nas questões associativas regionais/locais. Suas ações causaram efeitos importantes na população seridoense. Ela demonstra, pelo seu trabalho, ser uma colaboradora importante para o capital social regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS/BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios**: repensando o desenvolvimento rural. Revista de Economia Aplicada – vol. 4 – 2000.

ABREU, Alzira A (org). **Transição em fragmentos**: desafios da democracia no final do século XX. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.

Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas>>. Acesso em: 30 de ago. 2006.

ABU-EL-HAJ, Jawdat. **O debate em torno do capital social**: uma revisão crítica. In ___ ANPOCS - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB), nº 47. Rio de Janeiro, 1999.

AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 10ª ed – São Paulo: Editora Cortez, 2003.

ANDRADE, Ilza A. L. **Políticas e poder**: o discurso da participação. São Paulo: AD-HOMEM; Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1996.

_____. **Igreja e Política no RN** (org). Natal: Sebo Vermelho, 2000.

ANDRADE, M. C de. **A terra e o homem no Nordeste**: uma contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1986.

Anuário da Diocese de Caicó. Caicó, 2007.

ARMANI, Domingos (org). **Agricultura e pobreza: construindo os elos da sustentabilidade no Nordeste do Brasil**. Porto Alegre: Tomo Editorial; Holanda: ICCO, 1998.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica**. Bauru: Edusc, 2006.

A arte de (con)viver e aprender no semi-árido potiguar. Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários. Caicó, 2006.

ATRIA, Raul et. all. **Capital social y reducción de la pobreza em América Latina y el Caribe: em busca de um nuevo paradigma**. Santiago do Chile: CEPAL, 2003. Disponível em: <<http://www.eclac.cl>>. Acesso em: 20 de ago. de 2006.

AZEVEDO & LIMA. **Associativismo e Desenvolvimento Local: um estudo da Comunidade Cachoeira no Município de Parelhas**. Natal, 2003. Monografia (Bacharelado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

BACELAR, Tânia. A contribuição da experiência do Seridó. In ____. CRUZ, José Luis Viana da (org). **Brasil, o desafio da diversidade: experiências de desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2005.

BAQUERO, Marcelo. & CREMONESE, Dejalma (org's). **Capital Social: teoria e prática**. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 8ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrnd Barsil, 2005.

BOSCHI, Renato R. **Descentralização, clientelismo e capital social na governança urbana: comparando Belo Horizonte e Salvador**. Rio de Janeiro: Dados, vol. 42, nº 4, 1999. Disponível em: <[http:// www.scielo.br/](http://www.scielo.br/)>. Acesso em 20 de ago. de 2006

Brasil Nunca Mais: um relato para a História. 31º ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Metodologia de planejamento local e municipal sustentável**. 2ª ed. Brasília: IICA, 1999.

BURITI, Iranilson e Dantas, Eugênia (orgs). **Cidade e região: múltiplas histórias**. João Pessoa: Idéia, 2005.

CERÂMICAS Comunitárias criam novas relações de trabalho. Revista Landuá. Natal, v. 1, n. 1, p. 28-29. 2002.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CORREA, S. M. de S. (org) **Capital Social e Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

COURE, Maria de L. M. **O que é cidadania**. São Paulo: brasiliense (coleção Primeiros Passos), 1995.

CREMONESE, Djalma. Insularismo e cordialidade: uma análise das mazelas políticas do Brasil. In _____. BAQUERO, Marcelo. & CREMONESE, Djalma (org's). **Capital Social: teoria e prática**. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

CRUZ, José Luis Viana da (org). **Brasil, o desafio da diversidade: experiências de desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2005.

CUNHA, Luiz A. G. **Confiança, capital social e desenvolvimento territorial**. Salvador, 2005. Disponível em: <<http://www.calvados.c3sl/ufpr.br/>>. Acesso em set. de 2006.

DALLARI, Dalmo de A. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense – Coleção Primeiros Passos, 1993.

D'ARAÚJO, M. C. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

DEL PRIORE, Mary. VENÂNCIO, Renato Pinto. **O livro de ouro da história do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

DOWBOR, L. Estado e Sociedade Civil: a democracia participativa. In: ____. **A Produção Social** – Proposta para uma gestão descentralizada. Petrópolis, Vozes, 1998.

DIAS, M. E. B. **Movimentos Sociais e ONG's na Construção das Políticas Públicas e da Ética Cidadã**. Revista Raízes de Ciências Sociais e Econômicas. Campina Grande, s/v. n. 11, p. 113 –123, Junho de 1997.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: Secretaria de Estado da Ação Social, Coordenadoria de Projetos Especiais & Projeto de Combate a Pobreza Rural. **A Experiência do PCPR no Rio Grande do Norte: Relatório de Implementação (1997-2002)**. Natal: IICA, 2002.

_____ **projetos de combate à pobreza rural no Rio Grande do Norte: avaliação de resultados**. Natal, 2005

FARIA, Juvenal Lamartine de. **Velhos costumes do meu sertão**. 3ª ed. Natal: Sebo Vermelho, 2006.

FRANCO, Augusto de. **Capital social e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.ebape.fgv.br/>>. Acesso em 22 de ago. de 2006.

FUKUYAMA, Francis. **A grande ruptura**: a natureza humana e reconstrução da ordem social. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

GOHN, M. da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais** – Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

_____(org) **Movimentos Sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores. 2ª ed. – Petrópoles (RJ): Editora Vozes, 2003.

HOBBSBAWM, Eric. **Sobre história**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLANDA, Sérgio B. de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT**: comentadas para trabalhos científicos. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2007.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JARA, C. J. **A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local** – desafios de um processo em construção. Brasília: IICA; Recife: SEPLAN, 1998.

KLIKSBERG, Bernardo. **Capital social e cultura**: as chaves esquecidas do desenvolvimento. Rio de Janeiro: PREAL, 2002. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em 20 de ago. de 2006.

_____. **Desigualdade na América Latina: o debate adiado.** São Paulo: 2ª ed. Cortez – UNESCO, 2001.

LIMA, Iracema & AZEVEDO, Jailma F. **Associativismo e desenvolvimento local: um estudo da comunidade Cachoeira do município de Parelhas – RN.** Caicó, 2003. Monografia (Bacharelado em História). Centro de Ensino Superior do Seridó. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

LÖWI, Michael. **Marxismo e Teologia da Libertação.** São Paulo: Cortez, 1991.

MACEDO, Helder A. de Medeiros. **Vivências indígenas em tempos cristãos: nascer viver e morrer na Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó entre o fim do século XVII e o início do século XIX.** Caicó, 2003. Monografia (Bacharelado em História), Centro de ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MACÊDO, M. K de. **A penúltima versão do Seridó - uma história do regionalismo seridoense.** Natal/RN: Ed. Sebo Vermelho, 2005.

_____. **Como deixar de ser sertanejo em uma “lição”:** o discurso sobre a vida sertaneja em Manoel Dantas (Seridó – século XIX). In__Revista do CERES. Caicó: EDUFRN, 1997.

MATOS FILHO, J. **Estado e agricultura: um estudo das consequências da intervenção estatal sobre a produção familiar do Seridó do Rio Grande do Norte.** Natal, 1983. Dissertação (Mestrado em Administração) – Departamento de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

____ **A Descentralização da Políticas de Desenvolvimento Rural: uma análise das experiências de gestão descentralizadas no Rio Grande do Norte.** Campinas, 2002. Tese (Doutorado em Economia). Universidade de Campinas.

MEDEIROS, Antônio Luís de. Fundação de São João do Príncipe e emancipação de São João do Sabugi. In ____ **Páginas Sabugienses.** Edições Mulungu, São João do Sabugi, 1998.

MEDEIROS, Djanira Araújo de. Presságios, criação e rumos da primeira escola. In ____ **Páginas Sabugienses.** Edições Mulungu, São João do Sabugi, 1998.

MEDEIROS, Leonilde S. **Desafios do sindicalismo rural nos anos 90.** In ____ CESE. Salvador: Debate, 1994.

____ **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MEDEIROS, José Lucena de. **A organização comunitária rural na região Seridó de 1987 a 2001: um estudo de caso da comunidade Cachos – São João do Sabugi – RN – em seus aspectos sociopolíticos.** Caicó, 2003. Monografia (Bacharelado em História). Centro de Ensino Superior do Seridó. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MEDEIROS FILHO, João & Osvaldo Lamartine de FARIA. **Seridó – século XIX (fazendas e livros).** Rio de Janeiro: Formato, 1987.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas famílias do Seridó.** Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

MEDEIROS FILHO, João Quintino de. & MORAIS, Grinaura Medeiros de. (org's). **Páginas Sabugienses.** São João do Sabugi: Edições Mulungu, 1998.

MELO, Célia Regina S. S de. **A atuação do Banco Mundial no Brasil, no período de 1949 a 2000.** Natal, 2004. Monografia em Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MILANI, Carlos. **Teoria do capital social e desenvolvimento local**: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). Salvador, 2005. Disponível em: <<http://www.adm.ufba.br/>>. Acesso em: 20 de ago. de 2006.

MONASTERIO, Leonardo M. medindo o capital social: uma análise das regiões do Rio Grande do Sul. In __: CORREA, S. M. de S. (org) **Capital Social e Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

MONTEIRO, Denise Matos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 2000.

MORAIS, Ione R. D. **Vivendo o final do século XX**: imaginário e informação na relação ideal/real. In __ Revista do CERES. Caicó: EDUFRN, 1997.

____ **Seridó Norte-rio-grandense**: uma geografia da resistência. Natal, 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

NOVAES, Ana Maria ett. All. **Processos de gestão e políticas públicas**. Recife: UFRPR/CMARCR, 1999.

O Banco Mundial e capital social. Disponível em: <<http://www.world-bank.org/poverty/scapital/>> Acesso em 14 de set. de 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. 2ª ed. Belo Horizonte: Auntêmica, 2005.

Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó. Governo do Estado do Rio Grande do Norte & Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura Familiar, Caicó/RN, 2000.

Pobreza no Rio Grande do Norte: condicionantes socioeconômicas. Natal: Vol. 1-série IDEC, 1995.

Projeto Vida 2000. **Plano de ação Comunitário das comunidades rurais sabugienses.** São João do Sabugi, 2001.

Província Eclesiástica de Natal. Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários. **Plano Trienal 2004-2006. Relatório de avaliação (ano II).** Natal, 2006.

Plano de Desenvolvimento sustentável do Seridó. Estado do Rio Grande do Norte & Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Caicó, 2000.

_____ **Plano trienal 2004-2006. Relatório de avaliação (ano I).** Natal, 2006.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia:** a experiência da Itália moderna. 3ª ed – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

REIDL & VOLGT. Associativismo e desenvolvimento: considerações sobre a existência de capital social. In___: CORREA, S. M. de S. (org) **Capital Social e Desenvolvimento Regional.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

RENNÓ, Lucio R. **Confiança, interpessoal e comportamento político:** microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em:<<http://www.scielo.br>.> Acesso em 22 de ago. de 2006.

SABOURIN, Eric e Teixeira, Olívio (orgs). **Desenvolvimento rural territorial e capital social**. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.econ.fea.usp.br>> Acesso em 20 de ago. de 2006.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 9ª ed. São Paulo: Martin Fontes, 1999.

SANTOS, B. V. (org). Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa. In ____. **Reinventar a emancipação social para novos manifestos**. Vol 1, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. A crítica da razão indolente contra o desperdício da experiência. In ____. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. Vol 1, 5ª ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 20 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA, Jomar Ricardo da. **Comunidades Eclesiais de Base: poder e participação sócio-política**. Campina Grande, 1998. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba.

SKIDMORE, David. Sociedade civil, capital social e desenvolvimento econômico. In ____. ABREU, Alzira Alves de (org). **Transição em fragmentos: desafios da democracia no final do século XX**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.

Sobrevivência e cidadania: avaliação qualitativa dos projetos alternativos da Cáritas Brasileira. Brasília: EDB, 1995.

SOUZA, M. L. de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 8ª ed – São Paulo: Cortez, 2004.

STÉDILE, João P. (org). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1994.

STEPAN, Alfred. **Estado, corporativismo e autoritarismo**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1980.

TAKEYA, Denise Monteiro. **Um outro Nordeste – o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880 – 1915)**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1985.

TEIXEIRA, E. **O Local e o Global - Limites e desafios da participação cidadã**. 3ª ed - São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2002.

TOCQUEVILLE, Aléxis. **A democracia na América: leis e costumes – livro I**. São Paulo: 2ª ed. Martins Fontes, 2004.

_____. **A democracia na América: sentimentos e opiniões – livro II**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

TONELLA, Celene. **Capital social e redução da pobreza: o ponto de vista da CEPAL**. Revista de Sociologia, nº 21, Curitiba, 2003. Disponível no site: <<http://www.scielo.br/>> Acesso em 22 de ago. de 2006.

VEIGA, José E. da. Pobreza rural, distribuição da riqueza e crescimento. In _____. TEÓFILO, Edson. **Distribuição da riqueza e crescimento econômico**. Brasília: NEAD, 2000.